

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Terraços para defesa da erosão na propriedade do Dr. Guilherme Weinschenk, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro. Aula dada pelo prof. Arthur Torres Filho aos alunos da Escola Nacional de Agronomia.

RIO DE JANEIRO — BRASIL
MARÇO-ABRIL, 1949

ANO LIII



*A rainha
do Radio
e
o rei dos
Refrigerantes*



Cafeeiro em flôr.

SUMARIO

	Pág.
Restauramos a lavcura cafeeira, nossa maior riqueza, baseando-a na melhoria da qualidade do produto — Prof. Arthur Torres Filho	3
Tipos e primores folclóricos da bacia do S. Francisco — Antonio de Arruda Câmara	7
Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação do solo — Geraldo Goulart da Silveira	9
A matéria organica e a conservação do solo — Eumenes Marcondes de Mello	13
O zebú e os mercados de carne — Prof. Raul Briquet Junior	13
A mecânica agrícola na conservação do solo — Victor C. de Mazo Suarez	21
A necessidade de novos rumos para a indústria e o comércio de carne bovina — Lincoln Morais	25
Romeu Rampazzo — G. Goulart da Silveira	31
Florestas, águas e solos — Pimentel Gomes	32
Primeira mesa redonda da conservação do solo	34
Alguns subsídios para a história do Cooperativismo no Brasil — Fabio Luz Filho	39
Consultas e informações — Geraldo da Silveira	41
Sociedade Nacional de Agricultura — Assembléia Geral de 24-3-45	42
Ensino Agrícola Avulso — Geraldo Goulart da Silveira	50
Banco do Brasil. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial	57

Senhores Fazendeiros

Sem a desinfecção adequada de chiqueiros, estábulos, galinheiros etc., os animais e aves estarão sujeitos a moléstias de cura difícil e dispendiosa. Com o uso diário do poderoso desinfetante profilático

CRUZWALDINA

Serão exterminados os micróbios, pulgas, mosquitos, moscas e cupim

LIMPA-DESINFETA-DESODORA

"CRUZWALDINA" É FABRICADA E GARANTIDA PELA

SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DO RIO DE JANEIRO

Indústria Nacional



*À venda em todos os bons armazens e
casas de ferragens. Para vendas a granel
peça informações a*

CASTRO LOPES & TEBYRIÇÁ — RUA DA ALFÂNDEGA, 81-A-3.º AND. — RIO DE JANEIRO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

Março - Abril de 1949

Restaremos a lavoura cafeeira, nossa maior riqueza, baseando-a na melhoria da qualidade do produto

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Em 21 de maio de 1946 tive ocasião de apresentar ao Conselho Federal do Comércio Exterior uma indicação sugerindo que, por seu intermédio, fôsem realizados estudos visando a reconstrução econômico-financeira da lavoura cafeeira. Fiz sentir que se fazia mister traçar os rumos seguros em bases técnicas, econômicas e comerciais, que impedissem a decadência dessa fonte de riqueza do país. Era preciso, como salientei, garantir ao Brasil o domínio que possuía da produção cafeeira no mundo, tratando-se de uma riqueza que dificilmente poderíamos substituir por outra, principalmente nos mercados internacionais.

Nessa indicação salientei o fato de que a questão cafeeira em nosso país estava sendo encaminhada, principalmente, em seu aspecto comercial, objetivando a garantia de preços altos nos mercados internos. Havíamos enveredado pela chamada valorização e em consequência dela a produção se avolumou com o estímulo da plantação, sem cuidarmos da qualidade do produto, favorecendo antes o aparecimento de competidores mais avisados no mercado internacional. Na safra de 29-30 alcançávamos uma produção de 28.942.000 sacas, o máximo obtido até então no país. Isso deu lugar à intervenção oficial para o restabelecimento do equilíbrio estatístico, pelo convênio dos Estados produtores, em 1931, criando-se a taxa de 10 shillings por saca de café exportado para compra do excesso da produção destinada à queima. Em 1933 esse Conselho era transformado em Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda, cuja função precípua era eliminar os excedentes da exportação e queimá-los.

Mais tarde essa compra tornou-se onerosa para os produtores com a criação das quotas de sacrifício e chegámos à eliminação de cerca de 80.000.000 de sacas. Ao invés de bases econômicas e para a produção e melhoramento da qualidade do produto, a orientação seguida foi a da política da alta de preços. Ao mesmo tempo proibiam-se as plantações e sobrecarregava-se o produto colhido com quotas de sacrifício e de equilíbrio e elevação constante de impostos e taxas.

Em 1937 cogitou-se sensatamente de dar liberdade ao comércio e eliminar-se as taxas que oneravam o café, visando permitir ao país competir no mercado internacional com seus concorrentes, principalmente a Colômbia, que elevou fortemente sua produção à custa dos sacrifícios da produção brasileira. Como salientou um dos nossos técnicos, à sombra das valorizações artificiais, a cafeicultura no Brasil converteu-se em verdadeira aventura. Esquecemos o que tínhamos a fazer — melhorar a qualidade da nossa produção e abaixar seu custo, porque enquanto os outros países, como a Colômbia, aumentavam suas culturas e vendiam totalmente suas safras por motivo das boas qualidades, o Brasil retinha sobras vultosas, geralmente de cafés baixos. Foi então que Fernando Costa, Secretário da Agricultura de São Paulo e depois Diretor do Departamento Nacional do Café, orientou a política cafeeira no sentido da produção de cafés finos.

Há os que afirmam, embóra não existam dados seguros, possuir o Brasil dois bilhões e duzentos milhões de cafeeiros em relativa produção, devendo crescer-se a esse número, dentro em breve, coeficiente apreciável de lavouras novas que se vieram formando depois que foi suspensa a proibição da plantação. Em 1931, quando se iniciou o plano de combate à superprodução, criou-se um impôsto para as plantações novas visando os Estados que já dispuzessem de mais de 50 milhões de cafeeiros. Essa proibição durou até 1943. Em 1942 foi calculado existirem no país 2.303.429.221 cafeeiros, dos quais 75.674.463 abandonados nos anos em que houve seca e geadas. Os conhecedores do problema cafeeiro calculam poder o Brasil, sem perigo, contar com uma produção anual de 20 milhões de sacas, tanto mais por estar, desde 1943, levantada a proibição de novas plantações. Segundo Teófilo de Andrade, não se justifica o pessimismo propalado na América do Norte, de que o Brasil está ameaçado de perder a sua riqueza cafeeira.

Entretanto, a grande ameaça para o Brasil residiu o reside na qualidade do produto que enviamos aos mercados exteriores. E' aí que está o grande perigo da concorrência que sofremos.

A qualidade do nosso produto tende infelizmente a baixar cada vez mais, e devemos enfrentar enèrgicamente a produção em qualidade. Precisamos de mercadoria para a concorrência com os "milds". Precisamos de quantidades suficientes de cafés moles, de boa bebida.

*Já muitos dos nossos homens de responsabilidade, dentre eles Fernando Costa, chamaram a atenção para a necessidade de produzirmos cafés de bebida fina e procurou-se nesse sentido realizar a campanha dos cafés "despolpados", campanha que não chegou a produzir os resultados dela esperados entre nós. Todavia, os cafés de terreiro, de bebida mole, esses podemos produzir, dentro de certos cuidados, em muitas zonas de nossos Estados, os quais têm grande aceitação nos mercados externos. Precisamos combater os cafés de bebida dura. Agravando essa situação da qualidade do nosso café depara-se-nos agora a bróca (*Stephanoderes Hampell*), que veio ainda comprometer a qualidade de nosso produto, nos mercados americanos.*

Infelizmente nossa política cafeeira não pode produzir todos os seus resultados e chegamos afinal ao reajustamento econômico e à destruição de milhões de cafeeiros e à situação atual, em que os mercados internacionais, depois da guerra, se vão restabelecendo, e o Brasil que chegou a ter 75% dêsse comércio está hoje reduzido a 48%. A fase que atravessamos é de recuperação da lavoura cafeeira.

Foi justamente visando concorrer para essa reconstrução da lavoura cafeeira e procurando contribuir para melhorar a comercialização do produto, garantindo-se ao lavrador o valor de seu produto, pela qualidade, que apresentei ao Conselho ante-projeto de padronização de café, o qual já havia sido por mim estudado, quando Diretor do Serviço de Economia Rural, com a colaboração de alguns dedicados classificadores de café daquele Serviço.

Da classificação atual dos cafés brasileiros exportados por tipos, bebida e favas, infelizmente não existe estatística segura a respeito, sendo falho, portanto, os que aparecem nas referências publicadas. Entretanto, para um julgamento, podemos elucidar essa matéria da seguinte forma:

a média de tipo exportada do Brasil é do tipo 5/6, o que equivale dizer 66 defeitos e impurezas em 300 gramas de café. Em São Paulo e Sul de Minas, os cafés melhoram nos diversos tipos, podendo-se ter em média o tipo 4 ou 26 defeitos e impurezas em 300 gramas.

Espírito Santo, Estado do Rio, parte de Minas (Zona da Mata) e Paraná a média em tipo cáí para 7/8 com 260 defeitos e impurezas em 300 gramas.

A nossa média exportada de café de bebida mole corresponde, geralmente a 2%. Esses cafés são oriundos das seguintes zonas: em São Paulo, da Mogiana e parte de Douradense e Paulista, Minas, somente a parte Sul.

Bebida mole a apenas mole	10%
Bebida dura	28%
Rio	60%
Separação (fava)	

Quanto à dimensão da fava, peneira ou separação podemos esclarecer o seguinte:

CHATO

Peneira	17/18 = 15%
Peneira	16 = 65%
Peneira de 15 p/baixo	= 20%
Peneira Moka	11/12 = 15% 8 p/saca 20%
Peneira	9/10 = 65%

As cotações tomando por base os elementos estatísticos de 1947, de modo geral, foram as que se seguem:

Cafés de procedência estrangeira, como por exemplo a Colômbia, nosso maior concorrente, temos conforme, dados em mão o seguinte:

Café Colombiano, cotado na Bolsa de Nova York.

Valor da saca \$42.20. Libra peso 32 centavos.

Café em cruzeiros Cr\$ 802,50 a saca.

Café Brasileiro cotado na mesma Bolsa.

“Santos”

1 saca em dólares \$27,72 em Cr\$ 526,68.

1 libra peso 21 centavos (americano).

“Rio”

1 saca em dólares \$18,48. Em cruzeiros Cr\$ 351,12.

1 libra peso 14 centavos (americano).

Estes cálculos foram feitos tomando por base o dólar peso Cr\$ 19,00.

O café brasileiro em relação ao Colombiano e outros é de grande inferioridade, e só há procura do nosso café, para cobrir às necessidades crescentes do consumo mundial, e, como a produção do café de origem estrangeira é ascendente a nossa, por força de fatos assinalados, é regressiva. Somente com aumento da produção de cafés finos é que poderemos concorrer e competir, no comércio internacional, com os nossos concorrentes.

Na Mesa Redonda do Café que sob os auspícios da S.R.B. se realizou em São Paulo nos dias 5, 6, 7 e 8 de junho deste ano (1948) foi conclusão aprovada que o Brasil deve produzir além de cafés de sua especialidade, também os despulpados, para assegurar a sua hegemonia em todos os mercados, tendo assim cafés para todos os paladares.

Foi conclusão também aprovada nessa reunião que a melhoria da qualidade do café dependerá da catação dos defeitos, tornando-se assim necessário que o Ministério do Trabalho revogue as medidas tomadas em relação ao trabalho nas catações de café do interior do Estado, tendo em vista que ele é geralmente feito por mulheres e menores em horas disponíveis às suas atividades ordinárias.

Outra forma de serem melhorados os preços de café, em São Paulo, é aprimorar a sua qualidade. Os cafés finos alcançam melhores preços, e São Paulo dispõe de condições para produzi-los. As possibilidades que temos para aumentar os

preços, por meio da melhoria da qualidade, é muito grande, e não deve ser desprezada. Ainda mais que é o único modo de competirmos com os outros países, que têm os seus mercados consumidores garantidos devido à qualidade de seus cafés. Com uma campanha bem orientada, é possível obter-se uma produção volumosa de cafés finos em São Paulo, ganhar-se terreno nos mercados consumidores e conseguir melhores cotações para o produto. (Da Mesa Redonda sobre o café recentemente realizada sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo).

Reconhece o Plano Salte, em relação ao café, estarmos perdendo, devido à qualidade, nossos mercados no exterior, recomendando ainda a assistência técnica do produtor. E' dêsse plano a recomendação da criação de um Instituto Nacional do Café com patrimônio próprio com sede no Distrito Federal, sendo que êsse Instituto se destinaria a traçar suas diretrizes da política econômica do café nacional.]

Resolveu o Conselho Federal de Comércio Exterior, que, a respeito do ante-projeto de padronização por mim apresentado, fôssem ouvidos os governos interessados e o próprio Ministério da Agricultura. Foram recebidos pareceres dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, deixando de se pronunciar o governo do Estado de São Paulo, apesar da insistência com que foi solicitado o seu pronunciamento. Êsse Estado remeteu ainda em 26-12-44, ao tempo da interventoria Fernando Costa, um trabalho valioso do Secretário Dr. Melo Moraes em que frizava o descalabro da lavoura cafeeira paulista, mostrando a situação de apreensão com a queda da produção cafeeira, salientando a necessidade de um programa de defesa econômica e financeira. Em 14-3-47, o Sr. Ministro Daniel de Carvalho remeteu ao Conselho de Comércio Exterior os pareceres daquele Ministério, inclusive o do Serviço de Economia Rural, que fez acompanhar o seu parecer das especificações para a classificação do café declarando que o assunto foi estudado "pelos técnicos especializados em café" e achando que o trabalho apresentado estava em condições de atender às necessidades da defesa da nossa produção. Os pareceres dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, em nada alteraram o ante-projeto organizado pelo Serviço de Economia Rural. Êsse ante-projeto habilmente organizado não trará perturbações ao comércio do café atualmente estabelecido, mas permitirá, a pouco e pouco, a melhoria da qualidade do nosso produto e, através do certificado oficial, permitirá as transações comerciais e beneficiará o produtor que procurar melhor a qualidade do seu produto.

No dizer da Secretaria da Agricultura do Paraná "o certificado oficial será a melhor maneira de preparar racionalmente o produto".

Já vimos a situação precária da qualidade do café brasileiro em face da exigência dos mercados externos e, portanto, da concorrência estrangeira. Êsse aspecto da nossa lavoura cafeeira já foi vigorosamente objeto da chamada campanha dos cafés finos, empreendida pela antiga Seção do Café da Secretaria da Agricultura de São Paulo, orientada pelo dedicado e competente agrônomo Rogério de Camargo, a qual, infelizmente, interrompida, não nos permitiu colher da mesma as vantagens que seria lícito esperar; seguiram-se ocorrências várias, já relatadas, em torno do complexo problema cafeeiro brasileiro, e agora se nos depara a avidez dos mercados externos pelo produto, e o Brasil pôde ainda exportar, em 1948, cerca de 18 milhões de sacas. Nunca será demais, a nosso ver, insistirmos pela melhoria da qualidade dos cafés que produzimos, pois é êsse um dos produtos, em cujos tipos comerciais, entram habitualmente paus, pedras e outros detritos.

Na obra de recuperação da nossa maior riqueza, de nossa "máquina de fazer dólares", no dizer expressivo de Edgard Teixeira Leite, não devemos deixar de considerar muito particularmente o melhoramento da qualidade do produto, por isso mesmo depreciado e perdendo mercados, principalmente o grande mercado americano...

Neste programa de ação pela recuperação da lavoura cafeeira, que apresenta múltiplas faces, não esquecermos de que temos possibilidades de aumentar grandemente o volume de cafés finos, para os quais haverá sempre mercados, a bons preços.

Tipos e primôres folclóricos da bacia do São Francisco

(ENSAIO)

Antonio de Arruda Câmara

3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

"As populações atuais do nosso interior conservam ainda os hábitos indígenas: — nada fóra dos rios ou dos divisores" — **Agenor Augusto de Miranda.**

Tem o São Francisco a sua gente. Dispersa ao longo do rio, dos seus afluentes e sub-afluentes, — nos vales, encostas, chapadas e montanhas que formam e limitam a bacia —, conserva ela, aqui e alí, obedecendo aos imperativos da diversidade de ações e de meios, maneiras e modos de viver próprios.

São velhos costumes e crenças, — hábitos, práticas e usos —, vindos do passado. Costumes e crenças que, pela tradição, em prosa ou verso, vêm transmitidos de uma outra geração.

As histórias e os cantares que os recordam constituem preciosidades folclóricas a recolher e a estudar.

Embora fortaleçam e dêem vida as tradições, — animem palestras e reünam, algumas vezes, conhecidos cantadores —, devem ser registadas antes que, pela influência do rádio, e até dos turistas, dispersem menos interesse e percam a originalidade de expressão e colorido.

E' certo muito já se dever aos estudiosos da região, mas, a verdade é que, sob alguns aspectos, quasi tudo está ainda por fazer em relação ao folclore na bacia do São Francisco.

Vasta, compreendendo zonas de grande extensão e variando, nelas, atividades e condições de vida, ter-se-á de fixar diferenças e de fazer, para estudo, delicada e difícil coordenação.

.....
O barranqueiro, seja ele barcaceiro, remeiro, "marinheiro", ou pescador, vive a vida do rio.

E' presa da corrente e do encanto da paisagem.

A sua história, como a de seus antepassados, é a do domínio das águas e povoamento do vale.

Entre as cachoeiras de Paulo Afonso e Pirapora, notadamente a partir de Juazeiro-Petrolina, a influência do rio é soberana e se estende, por seus afluentes navegáveis, aos povos ribeirinhos nos vales tributários.

Nêsse trecho do rio é o **barranqueiro** diferente do **mercador** da beira de outros rios. E' diferente, até mesmo, dos seus irmãos do alto e do baixo rio.

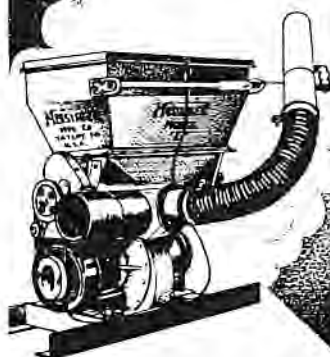
Abaixo de Paulo Afonso, sobretudo a partir da penetração do rio nas zonas da mata e litoral, sente-se a influência do mar. Da cachoeira de Pirapora à de Casca d'Anta e por tôda a extensão das serras lindéiras aos divisores da bacia, a influência das montanhas.

.....
O vaqueiro das zonas do médio rio, dos gerais da chapada ao planalto oeste baiano e destes aos sertões mineiros do Urucuia e Itacambira, — o **vaqueiro** de que nos fala Geraldo Rocha, e tantas recordações lhe traz da vida que viveu no cenário de suas proezas juvenis —, é parecido, mas não se confunde, por certos detalhes e modos de ser, com o seu famoso irmão das caatingas e sertões secos do nordeste. E' diferente do vaqueiro litorâneo e de comum com o **capiau** mineiro, citado por Alvaro A. da Silveira, apenas o uso do chapéu de couro. Com o **retireiro** e o **boiadeiro** da zona do alto São Francisco e suas visinhas do Alto Paranaíba, Oeste, Metalúrgica e Alto Jequitinhonha, nada tem de comum.

.....
O groteiro, pequeno agricultor do norte de Minas, assim como o lavrador "do seco", na zona baiana do médio São Francisco tem hábitos relativamente diversos do lavrador das ilhas e das vazantes do médio e baixo rio.

.....
Velhas histórias, de feição lendária, parecem lembrar o período da penetração e do povoamento, as lutas com o índio, a descoberta das minas e o estabelecimento

POLVILHADEIRA MOTORISADA **MESSINGER**



O perfeito exterminio das pragas como a broca do café, broca do algodão, corruquerê, lagarta rozada, percevejo rajado, etc. depende da eficiência das máquinas usadas na aplicação do inseticida.

A "MESSINGER" é uma fábrica especializada em polvilhadeiras de aceitação mundial, em varios tipos, manuais ou acopladas com motor a gasolina, de grande ou pequena capacidade.

PEÇAM FOLHETOS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

RUA EVARISTO DA VEIGA, 65/67 RIO DE JANEIRO

MESBLA

SÃO PAULO - P. ALEGRE - PELOTAS

B. HORIZONTE - RECIFE - NITERÓI



dos currais, referem-se a chefes que se tornaram famosos e à lutas de extermínio entre famílias poderosas.

Além desses elementos de natureza geral há também a registrar os peculiares à vida dos agrupamentos.

Entre os **barranqueiros**, é o folclore baseado em reminiscência relativas à fauna fluvial, à pesca, à navegação e às enchentes e vazantes do rio. Entre os **vaqueiros** é o gado e quanto a ele diz respeito, — o cavalo corredor, as vaqueijadas, o flagelo das secas e o das enchentes.

O correr das estações, as crises climáticas, as "retiradas", as enchentes e vazantes, as lutas pela propriedade da terra são rememoradas entre lavradores e criadores.

Nas minas e lavras, e entre os faiscadores e garimpeiros, é de supor que além das referências à descoberta das minas, ao

ouro, às pedras preciosas e às montanhas de prata, conserve a tradição lembrança das bandeiras e dos roteiros seguidas por baianos e paulistas.

Nessas fontes, e não somente à beira rio, é que se deve pesquisar e recolher os primores folclóricos dispersos na bacia do São Francisco.

BIBLIOGRAFIA

Agenor Augusto de Miranda — O Rio São Francisco — Comp. Editora Nacional — 2.^a Edição — 1941.

Geraldo Rocha — O Rio São Francisco — Comp. Editora Nacional — 1940.

Luiz da Câmara Cascudo — Vaqueiro e Cantadores — Livraria do Globo — 1939.

Orlando M. de Carvalho — O Rio da Unidade Nacional — Comp. Editora Nacional — 1937.

Urbino Viana — Bandeiras e Sertanistas Baianos — Comp. Editora Nacional — 1935.

Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade dos solos

Engenheiro Agrônomo

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Professor da Escola de Horticultura Wenceslau Bello

I — Generalidades

E' preciso que, através de um trabalho educativo bem orientado e conduzido, o nosso agricultor tenha uma idéia clara e real a respeito da necessidade imperiosa da *conservação da fertilidade do solo*, como um fator primordial do êxito de uma exploração agrícola.

E' indispensável que ele sinta que a terra constitui não somente um patrimônio valioso que precisa e deve ser conservado em condições de poder ser cultivado economicamente, como também, um patrimônio básico da Nação, que precisa ser preservado com todo cuidado e interesse.

O que é hoje um solo fértil, um terreno virgem que surgiu da destruição de uma exuberante floresta, será em poucos anos um terreno pobre, e, pouco depois, um terreno absolutamente impróprio para a agricultura remunerada, si ele não for cultivado racionalmente, e, sobretudo, protegido contra a perda da matéria orgânica e contra o seu transporte pela ação erosiva da água das chuvas.

De fato, entre outros, o problema da perda da *matéria orgânica*, tão acentuado nas zonas tropicais, como grande parte de nossas regiões agrícolas, e o problema da *erosão*, tão grave nas regiões acidentadas, como em grande área de nosso território, têm concorrido, de uma maneira muito acentuada, para aumentar o coeficiente de áreas incultas, abandonadas, sem árvores; ou então, aproveitadas para pecuária (mesmo assim em condições muito impróprias, não só pela quantidade, mas, também, pela qualidade deficiente das pastagens que nelas se desenvolvem).

Si a perda do humus de que tanto carece o solo para que nele se desenvolva uma vegetação exuberante, constitui um grave inconveniente para a agricultura, não menos alarmante é o trabalho de destruição provocado pelas enxurradas, que carregam consigo a camada mais superficial dos terrenos, justamente a mais fértil, aquela de onde as plantas retiram os alimentos de que carecem.

Infelizmente, porém, pela falta de uma campanha educativa em largas proporções, os nossos agricultores ainda não estão convenientemente esclarecidos e orientados a respeito de tão palpitantes questões, e, cada vez mais, a erosão por um lado, e a falta de humus, por outro, vão semeando desertos onde outrora prosperavam zonas ricas e férteis.

A agricultura só é, realmente, uma atividade remuneradora, quando se cultiva racionalmente o solo.

Obter sempre maiores colheitas e de melhor qualidade, isto é, obter sempre maior rendimento cultural e melhores produtos, deve constituir preocupação constante do agricultor.

A agricultura é, sem dúvida, a mais nobre das profissões, a mais nobre das atividades econômicas do homem, mas é preciso que, aqueles que cultivam o solo, aqueles que do solo retiram os meios para a sua subsistência, e, quiçá, para a subsistência de toda a população, se capacitem de que a terra não é uma coisa inextinguível, e que cabe a eles, honrando a nobreza da profissão que abraçaram, defendendo os seus próprios interesses e os interesses da Nação, a preservação do patrimônio valioso que é o *solo agrícola*.

O nosso homem rural foi e ainda é o verdadeiro construtor dos alicerces econômicos do país, e, por falta de uma conveniente educação para, com mais acerto conduzir a exploração do solo, tem concorrido, sem o avaliar em toda a sua extensão, para agravar, cada vez mais o desaparecimento de zonas outrora férteis que, mal cultivadas e desprotegidas, estão hoje, em grande parte abandonadas, ou então, embora em exploração, dão um rendimento cultural tão baixo, que não é absolutamente, remunerador.

Possuímos uma vasta extensão territorial que nos foi legada pelos nossos antepassados, mas não temos sabido preservar, convenientemente, a fertilidade das terras desse valioso patrimônio.

Temos feito, uma agricultura de devastação; o nosso agricultor caminha cada vez mais para a frente em procura de novas terras que, no fim de algum tempo, pelos cultivos inadequados a que são submetidas, são abandonadas pelo esgotamento rápido de sua fertilidade, principalmente pela perda de humus e pelos desastrosos estragos provocados pela erosão.

Urge que se inicie em larga escala uma campanha eminentemente educativa, objetiva e oportuna junto aos nossos agricultores, afim de que eles sejam perfeitamente esclarecidos sobre o que representam o humus e a camada arável do solo para o aproveitamento agrícola das terras; sobre como conservar a fertilidade evitando a perda do humus, protegendo os terrenos contra a erosão, adubando-os, cultivando-os racionalmente, etc, enfim, sobre como, de uma maneira econômica, ao alcance de suas possibilidades, podem ser encarados e resolvidos os problemas relacionados com a *conservação da fertilidade dos solos*.

II — O ensino prático como um recurso para que se concretize a defesa do solo pela conservação de sua fertilidade

Nenhuma assistência técnica é mais efetiva e eficiente do que a assistência sob a forma do ensino; não o ensino clássico, sob a forma acadêmica; mas um ensino prático e objetivo, ensino ao alcance do homem do

campo, ensino bem orientado e conduzido de tal maneira que seja atingido o seu objetivo fundamental, isto é, *instruir o homem do campo sobre os problemas mais prementes do racional aproveitamento da terra como uma condição primordial para a garantia de sua estabilidade econômica representada pela posse de terras férteis, e, especialmente, sobre como atingir tal objetivo sem que sejam necessários empreendimentos acima de suas possibilidades.*

A realização de numerosos cursos práticos, desde que bem planejados, tendo-se em vista as condições peculiares de cada região, e, bem executados por profissionais que, em linguagem clara, acessível e conveniente, saibam se fazer entender pelo homem rural, constitui, sem dúvida, um recurso de inestimável valor e segura eficiência na campanha de conservação da fertilidade do solo, que, quanto antes, precisa ser generalizada em todo o país.

Os exemplos de tantos cursos práticos já realizados no país e a nossa experiência em essa modalidade de ensino que praticamos, desde 1937, na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, dá-nos a certeza de que, através deles, muito conseguiremos de prático, objetivo e eficiente, junto aos nossos agricultores.

Através de cursos práticos, cursos eminentemente objetivos, verdadeiro curso de treinamento agrícola especialmente organizados para agricultores e ministrados com a finalidade de instruí-los e capacitá-los para o racional aproveitamento dos terrenos, conseguiremos modificar o panorama atual de nossa exploração agrícola, que, infelizmente ainda é conduzida por um empirismo e um rotinismo que só se justificam pela falta de uma campanha educativa em largas proporções, visando integrar o nosso homem rural nas atividades rurais racionais e remuneradoras.

Ao contrário do que muito afirmam, o nosso homem rural não é completamente avesso às inovações em seus velhos métodos de trabalho; ele é, apenas, um homem desconfiado, que não está disposto a experimentar aquilo sobre o qual não está convenientemente esclarecido e convencido de sua necessidade e vantagens.

Para que se consiga interessar o nosso agricultor nas práticas racionais de aproveitamento do solo preconizadas pela agronomia, é preciso que, não se pretenda, dogmaticamente, obrigar que ele faça aquilo que não está acostumado a praticar.

E' indispensável que, antes, através de exemplos concretos, ele se interesse pelo assunto.

A *motivação da aprendizagem*, é uma prática recomendada pela didática.

Agindo com critério, não temos dúvida em afirmar, muito conseguiremos através de um ensino bem orientado, sob a forma de cursos práticos ou cursos de treinamento, pois o nosso agricultor é capaz de aprender e executar convenientemente aquilo que lhe é ensinado por profissionais acostumados ao convívio com o homem do campo.

E' preciso, portanto, que aqueles que tiverem a seu cargo o ensino prático e direto aos lavradores, conheçam antes, a psicologia

do homem do campo com as suas subtilezas e seus complexos; saibam lidar com eles com tino, paciência e boa vontade, pois de outra forma pouco de eficiente conseguirão.

III — Alguns exemplos dos numerosos cursos práticos aconselháveis

E' aconselhável que, visando o *racional aproveitamento do solo e a conservação de sua fertilidade*, seja iniciada uma campanha em largas proporções visando orientar e instruir os agricultores, através de *cursos práticos e objetivos sobre assuntos que mais se fizerem necessários em cada região do país.*

Nesse sentido, entre outros, podemos lembrar como muito recomendáveis, os seguintes cursos práticos:

a — *Curso Prático de Reflorestamento*, visando o ensino de tudo quanto se relaciona com o reflorestamento; da sementeira ao plantio definitivo das essências florestais e os tratamentos culturais que elas exigem; e, principalmente, visando com que os agricultores, defendendo as suas terras contra a erosão mantenham os cimos dos morros cobertos de florestas; façam o reflorestamento das áreas erodidas e abandonadas; conservem áreas florestadas já existentes, etc;

b — *Curso Prático de Combate à Erosão*, visando alertar os agricultores sobre a verdadeira extensão do trabalho destruidor da erosão; ensinar-lhes quais os processos aconselháveis para combatê-la, familiarizá-los com o emprego racional e oportuno de cada um dos processos etc, enfim, esclarece-los sobre porque e como eles podem evitar os prejuízos provocados pela erosão;

c — *Curso Prático de Cultivo Racional do Solo*, visando salientar o perigo do inadequado cultivo do solo como agente que concorre para aumentar a erosão e para a perda da fertilidade do solo; mostrar quais as práticas culturais da região que precisam ser modificadas e como modificá-las; esclarecer convenientemente os agricultores sobre como, através de práticas culturais racionais, eles poderão obter maiores proveitos da exploração do solo;

d — *Curso Prático de Preparo e Utilização de Adubos Orgânicos*, visando mostrar aos agricultores a importância da matéria orgânica no solo; como conserva-la através de práticas culturais racionais; como preparar e utilizar o esterco; como utilizar os adubos orgânicos existentes nas propriedades agrícolas, como preparar o adubo chamado "composto"; como e quando praticar a adubação verde; etc. enfim, dar noções sumárias e objetivas sobre a utilização, conservação e enriquecimento do solo em matéria orgânica;

e — *Curso Prático de Preparo e Conservação de Pastagens*, visando esclarecer os agricultores sobre a necessidade das boas pastagens e de sua conservação; ministrá-lhes os conhecimentos práticos e objetivos sobre o ressemeio de pastagens, o controle do pastejo, o rodízio de pastagens, etc com fatores indispensáveis para o racional aproveitamento das terras em pecuária;

f — *Curso Prático de Exploração Racional das Florestas*, visando ensinar tudo quanto é necessário para que os nossos agricultores saibam como explorar racionalmente as matas e florestas, e, não destruí-las, como é corrente;

mostrando-lhes as inúmeras vantagens que advêm da aplicação racional dos princípios firmados pela silvicultura.

Salientámos, apenas, seis exemplos de cursos práticos.

Muitos outros, de acôrdo com as necessidades, as condições peculiares a cada região, etc., podem e devem ser ministrados, com grande sucesso.

Muito de objetivo e útil conseguiremos realizar através de cursos práticos sôbre os assuntos que mais se fizerem necessários em cada região, de acôrdo com as possibilidades nas diferentes zonas agrícolas do país, visando abranger o maior número possível de agricultores, afim de que, em um futuro próximo, seja outro o panorama de nossa agricultura, que tem sido, em grande parte, uma agricultura de destruição, uma exploração imprevidente do solo.

IV — Onde devem ser ministrados os cursos práticos

Na campanha de orientação e instrução dos agricultores a respeito da *conservação da fertilidade dos solos*, devemos lançar mãos de todos os recursos afim de que o ensino seja ministrado no maior número possível de zonas e venha a beneficiar o maior número de agricultores.

E' natural que o ensino ministrado nas próprias propriedades agrícolas, congregando os agricultores visinhos, é o mais recomendável e conveniente.

Igualmente muito recomendável e oportuno é o ensino ministrado nas estações experimentais e outros estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos, revestindo-se da forma de cursos de treinamento.

Nas escolas que ministrem o ensino agrícola, como já se vem fazendo em muitas delas sob a forma de semanas de agricultores, cursos de treinamento agrícola etc, o ensino pode ser ministrado com grande eficiência e sucesso, como demonstram os resultados já obtidos.

Nas escolas primárias rurais, muito poderão fazer as professoras criando nos adolecentes uma mentalidade de conservação da fertilidade do solo, desde que, em cursos previamente organizados para o magistério, sejam ministrados os conhecimentos básicos que devem ser transmitidos aos alunos.

As associações rurais, que congregam em seu seio os agricultores da região, podem e devem colaborar com os poderes públicos, realizando, sob seus auspícios, vários cursos para agricultores.

Em qualquer lugar, enfim, onde se encontre um agrônomo deve ser imediatamente iniciada a campanha da conservação do solo por intermédio de cursos práticos e objetivos, pois dela depende o problema econômico do agricultor e a própria grandeza do país.

V — Outras modalidades de orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação do solo

Na campanha que julgamos deva, quanto antes, ser iniciada, visando a conservação da fertilidade do solo, torna-se necessário sejam mobilizados todos os recursos possíveis afim

de que o problema seja focalizado em todas as oportunidades e sob todas as formas.

Semanas ruralistas onde sejam debatidos e estudados os problemas diretamente com os agricultores; excursões de agricultores às estações experimentais onde eles possam observar as vantagens e os processos de conservação da fertilidade dos solos; as excursões de agricultores às propriedades rurais particulares onde venham sendo postos em prática os processos racionais de cultivo do solo; a concentração de fazendeiros em escolas agrícolas, onde, mediante estágios, cursos de treinamento etc, eles se familiarizem com os métodos de conservação do solo; a exibição de filmes instrutivos e educativos sôbre o assunto; o fomento à formação de cooperativas de agricultores visando a conservação da fertilidade do solo em uma determinada região, e tantas outras medidas são aconselháveis e devem ser postas em prática, dada a relevância do assunto.

A conservação do solo não é só um problema que interessa ao agricultor; é também um problema que interessa aos poderes públicos, a quem cabe a preservação do patrimônio que o solo agricultável representa a Nação.

CONCLUSOES

1 — O problema da *conservação da fertilidade do solo* é máxima revelância e precisa e deve ser encarado em seus múltiplos aspectos, como uma necessidade imperiosa, pois o solo representa um patrimônio básico da Nação.

2 — E' indispensável que, quanto antes, seja iniciada uma campanha em grandes proporções, visando *orientar e instruir os agricultores*, sôbre a necessidade da conservação da fertilidade do solo.

3 — E' muito recomendável a realização de numerosos *cursos práticos* sôbre os mais variados assuntos relacionados com a conservação da fertilidade dos solos, visando capacitá-los para a solução do problema em suas propriedades.

4 — Os cursos preconizados, eminentemente práticos e objetivos, devem ser organizados de acôrdo com as *necessidades e as condições peculiares de cada região*.

5 — Entre outros, são recomendáveis cursos práticos sôbre *Reflorestamento, Combate à Erosão, Cultivo Racional do Solo, Preparo e Conservação de Pastagens, Exploração Racional das Florestas*, etc.

6 — Os cursos práticos preconizados devem ser realizados nas *próprias propriedades agrícolas, nas estações experimentais, nas escolas agrícolas*, etc.

7 — E, igualmente recomendável, que nas escolas primárias rurais o problema seja focalizado afim de que *se chame a atenção dos adolecentes para um problema de tanta relevância*.

8 — Outros recursos recomendáveis visando a orientação e a instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade do solo, são as *semanas ruralistas* onde o problema seja debatido com os agricultores; as *excursões de agricultores às propriedades agrícolas* onde sejam empregados os processos racionais de exploração do solo; as *visitas às*



HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...

A Natureza requer tempo para agir... não dá saltos. É tanto o preparo do mel pelas abelhas, quanto a maturação da boa cerveja são processos naturais que não podem ser apressados. Durante dias e dias, Brahma Chopp fica em repouso, fermentando e amadurecendo em gigantescas dornas. É nesse período de l-e-n-t-a maturação que o Brahma Chopp absorve todos os ricos princípios revigorantes do malte e adquire as propriedades digestivas e o aroma e sabor amargo-agradável do lúpulo. Essa maturação lenta é o segredo da super-qualidade do Brahma Chopp - a boa cerveja que lhe proporciona sempre grande prazer.

**Brahma
Chopp**
EM GARRAFA OU EM BARRIL



PRODUTO DA CIA. CERVEJA A. ESTIMA S. A. B. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALEGRE - P. FÚND.



estações experimentais onde o problema esteja sendo estudado; a concentração de agricultores nas escolas agrícolas, onde, mediante estágios e cursos de treinamento eles se familiarizem com os problemas relacionados com a conservação da fertilidade do solo; etc.

9 — São muitos recomendáveis ainda, as palestras, demonstrações práticas, exibição de filmes educativos e instrutivos, etc, levadas a efeito no meio rural, focalizando o problema da conservação da fertilidade do solo.

10 — A formação de cooperativas de agricultores, visando a conservação do solo em determinadas regiões, constitui, também, recurso de grande oportunidade e viabilidade.

11 — As associações rurais podem e devem, na medida de suas possibilidades, cooperar com as autoridades públicas na campanha da conservação da fertilidade do solo.

12 — A campanha de orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade do solo deve ter âmbito nacional e mobilizar todos os recursos disponíveis afim de que no menor tempo possível, sejam atingidos os seus elevados objetivos.

Obs) O presente trabalho constitui a tese que o Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou, como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, à Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira. A referida tese, relatada pelo Dr. Moacyr Pavageau, foi com parecer favorável do relator, aprovada pela VI Comissão Técnica e enviada ao plenário que, na reunião de 22.2.1949, por unanimidade, também a aprovou.

A matéria orgânica e a conservação do solo

Por EUMENES MARCONDES DE MELLO
Engenheiro Agrônomo

1. Solo — a mais importante reserva de um país. Necessidade de conservá-lo.

O solo é a mais importante reserva que um país pode possuir e é necessário conservá-lo, pois com o seu desaparecimento o próprio país também desaparecerá. Quando se lê a história da Humanidade pode-se ter essa convicção, pois os povos nascem, crescem, se desenvolvem e morrem também, de acordo com a conservação de seus solos. E de se notar que a velocidade de desaparecimento tem sido também proporcional à dose de imprevidência com que os seus dirigentes se comportaram, sem contar também naturalmente com a grande dose de ignorância aliada a um certo número de preconceitos de ordem política e religiosa que os impediram de agir em benefício da manutenção das boas condições do solo.

O esaurimento progressivo do solo em consequência de práticas agrícolas que possam assumir as proporções de uma verdadeira rapina ou vampirismo, não pode mais ser assistida de braços cruzados por todos aqueles que conhecem os exemplos já existentes em várias partes do globo, seja na Austrália, no Canadá, na África do Sul e principalmente nos Estados Unidos que já criou mesmo um organismo especializado para tratar do assunto e que é o conhecido "Soil Conservation Service" (Serviço de Conservação do Solo.) O problema da conservação do solo foi desleixado e também em parte ignorado durante séculos, mas no momento atual ocupa a atenção dos técnicos e dos legisladores dos maiores países do mundo, seja em seu próprio território, seja em seus domínios coloniais.

Já foi reconhecida a sua importância e a necessidade de ser atacado de frente com todos os recursos técnicos e econômicos. Trata-se de salvar milhões de hectares de terras ameaçadas de completa esterilidade e destruição pelo terrível flagelo da erosão que assumiu em alguns países fóros de verdadeira calamidade nacional. Compreende-se aliás a sábia razão da existência de tais cuidados, pois é sabido que a boa produtividade de um solo depende, além de outras cousas, do modo pelo qual foi ele tratado durante todo o tempo de seu cultivo. Significa isso que os maus métodos culturais acumulados durante longos anos e muitas vezes transmitidos através gerações e gerações de agricultores aos quais não se procurou orientar por qualquer meio, podem causar o decréscimo progressivo da produção agrícola até um ponto que podemos considerar como o limite de suas possibilidades. Chega então o momento (que aliás nunca deve ser esperado) em que uma ação pronta se faz necessária para a completa cessação de todos os métodos contraindicados pela agronomia e também pelo simples bom senso.

Está claro que entre as medidas acauteladoras aconselhadas pelos técnicos e que devem

o mais possível ser esclarecidas ao agricultor, terá de ser mencionada a própria noção de conservação do solo, que deverá ser perfeitamente definida ou explicada de modo mais simples possível. Será necessária possivelmente tentar uma classificação dos solos mais do ponto de vista de suas possibilidades agrícolas, sem naturalmente pôr de parte o aspecto científico. Se o emprego de maus métodos culturais tiver sido feito durante um período bastante longo, agravado pela quase nenhuma ou até mesmo nula aplicação de adubos ou corretivos de qualquer natureza, é quase certo que o solo em questão caminha para uma situação insustentável quando atinge a conhecida situação popularmente denominada "canseira". Nesse caso já possui, segundo algumas opiniões, uma certa dose de substâncias tóxicas, além de uma possível condição de desequilíbrio no tocante às qualidades de nutrimentos disponíveis existentes, em consequência do fato de não serem iguais exigências das plantas cultivadas com relação aos elementos de que precisam para o seu perfeito desenvolvimento. A mudança da planta cultivada periodicamente é medida aconselhável dentro de certas possibilidades econômicas do agricultor. Muitos lavradores infelizmente, ainda adotam no Brasil a prática da agricultura nômade, acompanhada frequentemente de desflorestamento, de abandono do solo desmudado durante muito tempo e também de uma grande dose de incredulidade e pessimismo nas sugestões apresentadas pelos agrônomos. A tudo isso podemos acrescentar o fato de não ser feita, ainda mesmo quando possível, qualquer correção ou adubação. Se o rendimento já começa a ser pouco compensador não se pensa em melhorar o solo já muito explorado e sim procura-se mudar um pouco mais para diante em busca de outras possibilidades.

Não parece haver exagero em tais considerações, pois sabemos perfeitamente que o cultivo do café, iniciado no vale do Paraíba, já atingiu as férteis regiões do norte do Estado do Paraná. Tem-se a impressão de que há uma verdadeira marcha em direção aos pontos em que o humus vitalizante e precioso ainda se encontra em perfeita condição de ser aproveitado, ao lado evidentemente de outros nutrimentos de que o cafeeiro precisa.

Se se procura seguir a trilha segura onde pode ser encontrado o humus, porque então não se cuida de mantê-lo no solo o mais possível, pela adição de matéria orgânica sob a forma mais apropriada que o caso indicar? Porque não procurar então proteger o solo pela prática da cobertura do solo com palha ou palhicho ("mulching", dos ingleses e americanos) ou renovar os estoques de matéria orgânica pela adição de estrume de curral, composto, adubação verde, etc.? Porque então se continua a derrubada inclemente das matas em vastas regiões, nem mesmo respeitando as

cabeceiras dos rios e a proximidade dos mananciais, nem os acidentes do terreno, usando e abusando da queimada e da monocultura, recusando-se a adubar e a corrigir? É preferível neste caso, como e muitos outros, prevenir em vez de remediar.

É necessário de que nos lembremos de que as jazidas minerais, sejam elas de ferro ou de ouro, se esgotam, nem que com isso causem o desaparecimento de um povo porque, embora sejam fatores de riqueza, não são a própria vida dos indivíduos que as exploram. O mesmo não pode evidentemente ser afirmado com relação ao solo.

É notório que os povos mais bem alimentados são também os que maiores empreendimentos realizam, pois possuem energia física suficiente para o trabalho tanto braçal como intelectual. No Brasil, é preciso nos capacitarmos uma vez por todas de que os métodos exóticos não podem e não devem mais ser cegamente adotados com relação às práticas agrícolas, pois se há algumas cousas que obedecem às normas e leis científicas, outras há que têm de ser modificadas ou adaptadas devido às nossas condições de país de clima tropical e sub-tropical. No estudo científico do solo, modificações radicais têm de ser feitas nos métodos de análise tanto física, como química ou biológica. É necessário considerar também que os solos tropicais têm sido muito menos estudados do que os dos climas temperados. Daí as muitas surpresas que já têm impressionado os técnicos e pesquisadores em regiões tropicais. Os critérios de classificação, análise, apreciação de grão de fertilidade, correção, adubação e conservação terão portanto de ser como que especializados para os climas tropicais.

Está nesse caso a adição de matéria orgânica cuja destruição nos climas tropicais preocupa agora seriamente os técnicos e agricultores dessas regiões, durante muito tempo iludidos por uma falsa noção de riqueza, em que se apresentava o solo tropical como sendo de fertilidade inexaurível. Felizmente já é tempo de se desfazer tal mito, tratando-se do caso com positividade e sem fantasia. Nas condições climáticas que prevalecem nos trópicos é necessário dispensar cuidados especiais ao humus que, segundo o que escreveram Vageler, Erhart, Deyne e outros notáveis estudiosos dos solos tropicais, pode ser considerado como o elemento por excelência regulador das boas condições de granulação do solo. Da boa regulação dessas condições é que depende por sua vez o perfeito equilíbrio do regime de água nos climas tropicais. Essa condição favorável de humidade tem muita importância, pois a aplicação da adubação verde como processo auxiliar de conservação pela presença da matéria orgânica estabiliza, ajuda a auxiliar da granulação, depende principalmente das condições de humidade, sendo necessário um teor ótimo a fim de que a matéria orgânica possa ser decomposta com perfeito aproveitamento e integral transformação do humus. A adubação verde precisa portanto obedecer a certos preceitos técnicos sem os quais tornar-se-á ineficiente.

O emprego da planta destinada a adubação verde como cultura intercalar é aconselhável, pois desse modo o solo poderá ser enriquecido em matéria orgânica e também em

azoto se for feita a mesma com uma leguminosa. Em algumas fazendas do Brasil já foram obtidos resultados às vezes bastante compensadores com a prática da cobertura do solo com a palha ou resíduos vegetais das colheitas, acompanhada ou não de amontôa, para proteger o solo contra a dessecação excessiva procurando por esse meio também preservar a matéria orgânica que nele se encontra e cuja destruição é necessário impedir ou pelo menos retardar o mais possível.

2. *Importância da matéria orgânica na conservação do solo tropical.*

Nunca será demasiado chamar a atenção para a enorme importância do humus, mormente nos países tropicais, em que a sua destruição se faz com grande rapidez. Sem humus não poderá haver cultivo nenhum rendoso. Muitos milhões de microorganismos vivem em cada centímetro cúbico do solo e a eles cabe a responsabilidade pela atividade vital de que resulta a mobilização dos diversos nutrientes fornecidos às plantas.

O solo, graças ao humus, não pode mais ser considerado como um corpo morto, semelhante a um produto químico ou uma rocha; deve antes ser considerado e tratado como um verdadeiro organismo, quicá como um ser vivo, pois como estes, nasce, cresce e morre, alimentando e sendo por sua vez alimentado por outros seres vivos, como os vegetais e os animais depois que estes cessam de viver e voltam ao solo. Aliás é um aforismo que deve ser seguido pelo agricultor que quizer preservar a fertilidade de suas terras: "Para manter a fertilidade, as plantas e os animais devem voltar ao solo de onde vieram." Significa isso que somente às custas do precioso humus a vitalidade do solo poderá ser mantida. Uma vez esgotada a reserva de humus, a quantidade de microorganismos fica reduzida e portanto desse modo também muito diminuída a transformação das rochas com a libertação de sais solúveis e assimiláveis que podem servir de alimento às plantas.

É sempre necessário frisar a condição de assimilabilidade, pois é sabido que a porcentagem total de elementos nutritivos revelada pela análise química pouco valor tem, visto como somente interessa verdadeiramente o conhecimento das quantidades "assimiláveis", isto é, as que podem ser completa e rapidamente assimiladas, quer dizer, aproveitadas pelas plantas. Se não existirem certas proporções de humus, naturalmente não serão mais libertadas as quantidades úteis de elementos nutritivos, ressentindo-se com isso a planta; daí vem a denominação de "terra cançada" que talvez possa ser traduzida melhor pela expressão "terra pobre em humus". A volta da planta ao solo, pode ser feita seja diretamente, como no caso da adubação verde, ou da queda de folhagem sobre o solo, seja indiretamente como no caso do estrume de curral em que as plantas são transformadas primeiro através do corpo de um animal, possuindo maior facilidade de transformação em humus.

O melhor processo de conservar o solo deve ser o de procurar manter as condições da natureza, isto é, as condições que predominam nas matas, onde a cobertura vegetal é constante. Somente nesse caso deverá ser feita

a mudança periódica de planta cultivada pelo processo de rotação. A cobertura vegetal permanente se justifica ainda mais no caso das chuvas anuais caírem todas em um período de tempo muito curto e naturalmente com muito mais violência, como acontece por exemplo em certas áreas do Estado de São Paulo. O sistema adotado em muitos pontos do Brasil de derrubar matas e cultivar a terra até seu esgotamento mudando depois para outro ponto em que se procede da mesma maneira é tipicamente nômade pois em geral expõe o solo demasiadamente ao sol que por assim dizer queima a matéria orgânica e favorece, como bem se poderá concluir, a erosão. Esse método primitivo é agravado pelo uso da queimada. Basta considerar que temos solos quase completamente improdutos, com pouco mais de 40 anos de cultivo.

A decantada fertilidade dos solos tropicais não passa de um mito. A conservação do solo constitui uma prática nova, pois vem sendo feita desde mais de 5.000 anos no Oriente, bastando citar o caso da Índia e da China, países com superpopulação e que no entanto vêm substituindo com centenas de milhões de habitantes devido unicamente aos cuidados com que cuidam do solo. A agricultura européia tem naturalmente seus métodos especiais que não podem de modo algum ser comparados com os que devem ser usados nos trópicos. Daí o verdadeiro desajuste ou inadaptação que sofreram quando foram transportados para as terras da América quando as terras da América quando as levas de imigrantes aí se estabeleceram.

O que a história nos conta é que o homem europeu, ao chegar às terras americanas encontrou o selvagem e, sem querer aceitar as novas condições que encontrou, foi adotando discricionariamente os métodos de cultivo que trouxera das plagas européias, muitas vezes com prejuízo para o solo. A falta de tradição nas culturas é outra causa de degradação dos solos de muitas partes do mundo pois, devido a esse fato torna-se uma verdadeira aventura e desse modo o agricultor não zela pelas suas culturas de modo que possa tirar lucro e ao mesmo tempo preservar o solo das consequências dessa prática de improviso em matéria de exploração agrícola.

O enriquecimento do solo em humus pode ser feito em parte pelo processo natural, que consiste na queda de folhas e outras partes do vegetal sobre o solo durante toda a vida da planta, sendo bastante notável no seio das florestas. No caso geral, entretanto, essas quantidades de humus necessárias a uma boa condição de estruturar nos solos tropicais são pequenas, não chegando a rigor a suprir as exigências n tocante a esse importante elemento de manutenção das boas condições físicas e também biológicas do solo. Apesar, entretanto, dessa pequena porcentagem, não pôde ser considerada como inútil do ponto de vista da influência que pode ter sobre o processo de evolução que intrinsecamente compreenhe o de conservação.

O enriquecimento do solo em humus pode ser em parte feito pelo processo natural, que consiste na queda de folhas e outras partes do vegetal sobre o solo durante toda a vida da planta, sendo bastante notável no seio das florestas. No caso geral, entretanto, essas quanti-

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**
Diretor



Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
Diretor Técnico



Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conselhos emitidos em artigos assinados.

dades de humus necessárias a uma boa condição de estrutura nos solos tropicais são pequenas, não chegando a rigor a suprir as exigências no tocante a esse importante elemento de manutenção das boas condições físicas e também biológicas do solo. Apesar entretanto dessa pequena porcentagem, não pode ser considerada como inútil do ponto de vista da influência que pode ter sobre o processo de evolução que intrinsecamente compreende o de conservação.

Na operação da queimada, tão praticada infelizmente no Brasil, são destruídas quantidades enormes de humus além de outros elementos de natureza mineral que são em parte volatilizados pelo calor desenvolvido durante a combustão, apesar de dizerem os que a praticam que o solo fica enriquecido com as cinzas que são deixadas como resíduo. Tal argumento não pode ser aceito como justificativa da utilidade da queimada, servindo quando muito para explicar a sua necessidade por transportar os resíduos que ficam depois da derrubada como dizem muitos lavradores. Além disso a porcentagem de cinzas é pequena com relação à massa verde queimada, pois não vai em geral acima de 5%. O que fica de substâncias nutritivas nas cinzas não parece compensar a perda do humus sofrida, além das vantagens que poderiam advir para as condições gerais do solo pela presença do humus.

Aliás não é fácil convencer a muitos de que a queimada é prejudicial ao solo, pois há os que apelam para ela como único recurso para a eliminação de grandes quantidades de resíduos vegetais que ficam depois da derrubada. Afirmam muitos que é mais econômico queimar do que transportar para certos pontos da fazenda esses resíduos.

A matéria orgânica, tão preciosa como sabemos, para a vitalidade do solo não é deste modo aproveitada. Se o motivo dessa prática é o de ordem econômica, pela impossibilidade alegada de remover todos os resíduos, não fica fácil de compreender porque motivo não se aproveita ao menos alguns deles para a obtenção de "composto", além de se destruir a quase totalidade de humus existente na camada superficial do solo. Acreditam alguns que os resultados dessa prática sejam prejudiciais também porque os sais de potássio e sódio que ficam nas cinzas são alcalinos, podendo conforme o caso produzir certas condições desfavoráveis sobre as propriedades físicas do solo que se acham sob a forma granular que como sabemos é a melhor para assegurar boas condições físicas. Nos denominados "solos cançados" de que temos grandes áreas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a matéria orgânica é importantíssima e talvez a única que pode garantir uma melhor condição no que diz respeito à estabilidade de estrutura, para que possivelmente possam resistir ao perigo de terrível flagelo da erosão.

A vantagem que tem o humus é a de ser polivalente pois é um agente cimentante, agindo como aglomerante de certas partículas nos solos arenosos, enquanto pode ser de ação quase contrária nos solos argilosos, que podem adquirir, pela presença de uma quantidade conveniente de humus, maior permeabilidade.

Se o humus tem tais propriedades físicas pode-se então perguntar: Será verdade que os

fatores físicos são tão importantes não só para o rendimento das colheitas como para a conservação do solo? É esta uma pergunta um pouco difícil de responder, principalmente se levarmos em conta a existência de duas escolas quase antagônicas, afirmando uma delas que a riqueza do solo em princípios nutritivos é a principal condição para um bom rendimento, enquanto que a outra por sua vez afirma ser necessário também um certo conjunto de propriedades físicas que dependem da estrutura do solo e que condicionam essa produtividade. Essa estrutura, de que depende a estabilidade e sem a qual as outras não terão em que se apoiar, nos solos de climas tropicais, depende em primeiro lugar do humus e em segundo lugar do cálcio. Isso porque um solo é considerado de boa estrutura quando contém quantidades regulares de cálcio em condições de saturar perfeitamente o humus que aí se encontre para manter as boas condições de granulação e por consequência a integridade das propriedades físicas.

A presença de cálcio é também de uma importância pois é ele um nutrimento além de ser um auxiliar indispensável do ponto de vista físico. Há aliás uma experiência simples que pode ser feita com um solo argiloso que contenha porcentagem apreciável de humus; após o humedecimento com água e secagem fica ele duro e impenetrável; depois de humedecimento com água de cal e secagem subsequente, fica fácil de ser esborado, e que demonstra claramente a influência do cal como agente de floculação, quer dizer que permite que as partículas de argila e de humus em estado de extrema subdivisão possam ser aglomeradas e desse modo granuladas.

A falta de matéria orgânica no solo é a causadora de situações às vezes catastróficas em algumas regiões do globo, mormente naquelas sujeitas a chuvas regulares porém muito afastadas umas das outras por longas estiagens. Foi o que aconteceu há meses de com anos atrás em vastas áreas de solos na parte noroeste da América do Norte onde a precipitação anual atinge cerca de 550 milímetros por ano. Os primeiros agricultores que aí se estabeleceram viram que era uma região muito conveniente para o plantio de trigo e desenvolveram um sistema no qual esse cultivo alternava com o alqueive. Nada foi feito entretanto para restituir ao solo a matéria orgânica e o constante cultivo reduziu de tal modo o seu conteúdo no solo que este ficou cada vez mais pulverulento pela ausência de qualquer agente cimentante e finalmente tão fino que pode ser levado pelo vento para muito longe. Grandes tempestades de poeira levantaram-se frequentemente e levaram grandes quantidades da camada superficial de solos de milhões de acres deixando apenas uma na safara e desértica no local onde outrora haviam existido fazendas prósperas e solos férteis. A matéria orgânica deve ser fornecida por uma constante cobertura de vegetação, e preferivelmente fazendo a rotação das culturas.

A erosão sómente torna-se perigosa quando a cobertura vegetal é completamente retirada, ficando o solo descoberto durante muito tempo, pois além de ficar sujeito à ação mais direta das chuvas pode ter grande parte da matéria orgânica que encerra como estabilizador destruída pela ação direta dos raios sola-

res que no clima tropical não pôde ser desprezada. Conquanto exista um fenômeno de erosão natural, não pode essa espécie ser apreciada com o mesmo critério com que se o faz relativamente a uma outra espécie provocada pelas más práticas agrícolas empregadas pelo homem que pôde, em alguns casos ser definido como um verdadeiro fabricante de desertos.

O solo e a sua cobertura vegetal devem ser considerados como inseparáveis para fins de conservação pois ninguém ignora mais que as plantas que crescem suprem-se constantemente com um elemento indispensável em um solo fértil: a matéria orgânica originadora do humus.

É notória a relação mais ou menos íntima que pode ser observada entre as condições gerais de fertilidade e de produtividade do solo tropical e a proporção de matéria orgânica que o mesmo possa encerrar. É um fato facilmente compreensível entretanto se for levada em conta a importante propriedade que possui o humus de agir como retentor das substâncias nutritivas existentes na parte superficial do solo, impedindo-as de poderem ser arrastadas ou levadas através do solo. O melhoramento de muitos solos quase totalmente esgotados em seu estoque de matéria orgânica, geralmente por imprevidência do lavrador pode tornar-se às vezes uma operação um tanto demorada principalmente se forem necessárias doses maciças de matéria orgânica, pois é necessário esperar algum tempo para a completa desagregação.

Para a aplicação racional dessas práticas de restauração da vitalidade do solo pela adição de matéria orgânica é aconselhável proceder com previdência, procurando renovar periodicamente em épocas não muito afastadas, o estoque de matéria orgânica. Se o lavrador traçar um plano de rotação de culturas no qual se inclua uma parcela com leguminosas os resultados serão mais seguros pois constituem elas as plantas ideais para a adubação verde dos solos pobres em azoto pois cerca de 2 terços do seu azoto total elas retiram do ar por meio dos microorganismos das nodosidades das raízes. Se for feito o enterrio de uma planta leguminosa, além de devolvermos ao solo os nutrimentos que ela teria conseguido salvar da lavagem pelas águas das chuvas forneceremos ao mesmo tempo, também, boa porção de azoto captado pelos microorganismos. O lavrador que deseje fazer adubação verde em suas terras deve escolher uma leguminosa que preencha, o mais possível certas condições tais como:

- 1) Que seja rica de vegetação, especialmente folhagem;
- 2) Que possua raízes bem desenvolvidas;
- 3) Que seja dotada de rusticidade;
- 4) Que possa produzir bem no local (boas condições de solo e clima);
- 5) Que tenha ciclo vegetativo curto, para não ocupar o local por muito tempo;
- 6) Finalmente, que seja de fácil aquisição e de pouco custo.

Todas essas condições devem ser observadas racionalmente pois do contrário será menos compensador o seu emprêgo pelo lavrador.

A questão do ciclo vegetativo curto por exemplo terá ainda mais importância se por exemplo a adubação verde tiver de ser feita em solo argiloso em que se torna necessário fazer o enterrio com mais antecedência do que num solo arenoso devido a que em solos argilosos a decomposição da matéria orgânica se faz com certa morosidade. A espécie e a variedade da leguminosa escolhida tem também muita importância. Assim, as variedades com caule herbáceo na época da florescência são de fácil decomposição no solo pois é sabido que a liquificação do caule dificulta esse processo. Ha variedades próprias para solos arenosos, outros para solos argilosos, outras para solos de composição média; quanto à estação do ano mais própria, há necessidade também de ser levada em conta. Para os solos de composição média e a estação quente, por exemplo, o feijão meúdo costuma ser indicado. Entre nós já vem sendo adotadas muitas leguminosas tais como o feijão de porco, a mucana de sementes pretas, a ervilhaca, o feijão meúdo, o tremoço, a cretalária juncea. Sendo notória a deficiência do esterão de curral terão naturalmente os lavradores de ser obrigados a recorrerem a outras fontes onde possam suprir-se de matéria orgânica. Já não se ignora mais que a produção do cafeeiro, por exemplo, deve basear-se no emprêgo de matéria orgânica, pois já se sabe quais os efeitos extraordinários da adubação orgânica na restauração da produção cafeeira.

Ao apreciarmos o valor da matéria orgânica do ponto de vista de sua importância e necessidade na manutenção da fertilidade e conservação do solo não podemos decretar uma abolição completa dos adubos químicos; o que devemos é estabelecer que o emprêgo deles deve ser feito com acompanhamento de matéria orgânica para uma melhor compensação nos resultados. A obtenção de grandes massas de matéria orgânica nas zonas de produção cafeeira, por exemplo, poderá ser obtida pela adubação verde além de outros processos tais como os do tipo Indore para a obtenção de um "composto" cuja composição poderá variar de acordo com as necessidades e também com os recursos econômicos e industriais da região considerada. O feijão de porco, por exemplo, é uma das leguminosas que devem ser consideradas dignas de atenção, pois é de rápido ciclo vegetativo, pois pode ser enterrada 90 dias apenas após a semeadura; possui vegetação abundante de 30 a 40 toneladas por hectare; contribui para a cobertura do solo, diminuindo desse modo o número de carpa necessárias; protege contra a erosão. Já a mucana não pode ser adotada arbitrariamente pois é planta trepadeira e tem sido empregada com muita aceitação em laranjais. Se for feita em maior escala a adubação verde no Brasil haverá necessidade de maior produção de sementes para atender aos lavradores.

Seria ocioso transcrever aqui, para confirmar o valor atribuído à matéria orgânica como elemento indispensável para a conservação do solo tropical, as valiosas opiniões de Vageler, Erhart, Deyne, Hardy e outros notáveis especialistas em solos tropicais, cuja situação de precariedade foi pintada com cores tão negras por William Vegt em trabalho recente e tão aumentado.

As necessidades brasileiras quanto à matéria orgânica que terá de ser incorporada ao solo nos pontos de maior intensidade de exploração agrícola devem orçar pela casa dos milhões de toneladas por ano. Para conseguir uma tal massa de matéria orgânica seria útil, a nosso ver, planejar:

1.º — A criação de grandes centros produtores de sementes de plantas destinadas a adubação verde, com preferência de leguminosas.

2.º — Criação de grandes centros produtores de "composto" Indore, Beccari, etc., sendo também distribuídas instruções detalhadas aos lavradores.

CONCLUSÕES

Os seguintes pontos devem ser postos em evidência para a compreensão da necessidade e importância da matéria orgânica na conservação do solo:

1.º — O solo é a mais importante e preciosa reserva que um país pode possuir.

2.º — É necessário por esse motivo conservá-lo.

3.º — Deve ser detalhadamente explicada aos interessados, lavradores ou não, o que deve ser entendido por "conservação do solo".

4.º — É necessário manter a cobertura vegetal permanente a fim de proteger o solo contra a erosão.

5.º — O húmus deve ser mantido no solo merecendo condenação todas as práticas agrícolas que possam destruí-lo tais como a derubada com desnudamento excessivo e prolongado, especialmente em zonas com forte declive ou próximas às cabeceiras dos rios e mananciais, evitar o uso da queimada.

6.º — A falta de húmus no solo é o mais seguro caminho para a erosão, por provocar alterações na estrutura do mesmo.

7.º — Há muita relação entre a fertilidade do solo e os teores de húmus e cal que o mesmo encerra.

8.º — As leguminosas são as plantas mais aconselháveis para a adubação verde.

9.º — Será de grande utilidade a criação de centros produtores de sementes de leguminosas, em pontos escolhidos do território nacional, a fim de fornecê-las aos interessados.

10.º — Será também útil e estabelecimento de grandes centros de produção de "composto" em locais aconselháveis pelas necessidades da produção agrícola, devendo também ser distribuídas aos lavradores instruções sobre o modo de prepará-lo.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — G. T. Wrench — Reconstruction by way the soil.
- 2 — G. V. Jackn & O. Whyte — The rape of the earth.
- 3 — E. M. Crowther — Fertilizers during the war and after.
- 4 — Soils and men — U.S.A. Yearbook of Agriculture 1938.
- 5 — Moore — Good husbandry.
- 6 — Weir — Soil Science.

CARRETA AGRÍCOLA



Fabricantes:

INDÚSTRIAS CASTÃO PINATEL

RUA D. BOSCO, 156

São Paulo

★

Representante:

C. GILBERT

RUA DA QUITANDA, 20-S. 407

Telefone: 22-9503

End. Telegr.: "Treblig"

Rio de Janeiro

- 7 — Waksman S. & Iyer K.R.N. — Contribution of our knowl. Chem. nat. humus — Soil Science, vol. 34, N. 1, 1932.
- 8 — Gustafson — Soil conservation.
- 9 — Bennett — Soil conservation.
- 10 — Pieters — Green manuring.
- 11 — Mc. George — The base-exchange properties of soil organic matter — Journ. Am. Soc. Agron., Vol. 23 — N. 5 pág. 331 — 1931.
- 12 — G. R. Clarke — The study of the soil in the field.
- 13 — Theodoreto de Camargo e P. Vageler — Bol. Tch. 40 — Instituto Campinas.
- 14 — Bayer-Soil physics.
- 15 — Hall — the Soil.
- 16 — Robison — Soils.
- 17 — Lutz & Chandler — Forest Soils.
- 18 — Kellogg The soils that support us.
- 19 — Albaroda — El Suelo.
- 20 — Russell — Soil Conditions and plant growth.
- 21 — William Vogt — El hombre y la Tierra — E. U. de Venezuela — Min. de Agric. 1948.
- 22 — Jonny — Factors of soil formation.
- 23 — Vageler — Tropische und Subtropische Bodenkunde.
- 24 — Stanley B. Whitehead — Gardner's Earth.
- 25 — Erhart — Pédologie — Vol. 2.º — Pédologie agricole.

O zebú e os mercados de carne

Hibridação do zebú e mercado do FI. O governo e os planos de hibridação nas áreas centro-norte

(Especial para "A Lavoura").

Prof. Raul Briquet Junior

Catedrático da U. R.

O zebú no Brasil

E' fóra de dúvida que o zebú (*Bos indicus*), representa, para a maior parte do Brasil, animal de inestimável valor econômico. As suas vantagens fisiológicas são múltiplas, permitindo que se adapte bem às nossas condições mesológicas nas áreas central e norte do país, ao nosso usual e precário sistema de manejo (alimentação, etc.), o que se não verifica, em igual grau, com as chamadas raças finas de corte (Hereford, Polled-Angus, Shorthorn, etc.). Verdade é que as raças finas não se comportam bem devido, especialmente, às condições de manejo e não por causa das influências climáticas. Quando bem alimentadas e manejadas, e as raças produzem bem, em condições bem adversas de meio físico. Mas o nosso criador médio não pode, ainda, oferecer condições ótimas de criação para as raças estrangeiras, em rebanhos "puros".

O zebú, entretanto, apesar de suas notáveis qualidades de adaptação e produção nas nossas condições usuais, não constitui, por certo, padrão comparável em média, com o das raças finas, do ponto de vista do mercado. A produção, em quantidade e qualidade é inferior à média obtida com os bovinos europeus de corte, nas suas condições ideais de criação. Consequentemente, a aceitação no mercado estrangeiro é inferior a dessas últimas raças. A carne do zebú é relativamente dura; é carne seca, muito desprovida de gordura, sendo esta apenas de cobertura. Por este motivo, a carne do zebú é especialmente empregada para "corned beef". As fibras musculares são desprovidas de gordura de infiltração, mesmo quando o animal é gordo, pois, neste caso, a gordura se dispõe, acumulada, em certas partes do corpo e apenas como cobertura dos músculos. As partes mais valiosas do corpo do animal, do ponto de vista de mercado, são, via de regra, pouco desenvolvidas no zebú.

Resulta desses fatos a necessidade de serem aproveitadas as qualidades das raças finas, mas cuja criação, em condições óti-

mas, não pode ser feita pelo nosso criador médio. Também se patenteia a necessidade de se aproveitarem as qualidades da espécie indiana.

Híbridos. Quando se acasalam animais de duas espécies diferentes, estamos diante da **hibridação**. A primeira geração (F1) híbrida, apresenta uma média superior à média dos pais. Este fenômeno chama-se, como se sabe, vigor híbrido ou **heterose** e tem a sua explicação genética (ou melhor, as suas explicações, pois modernamente se admite que nem todos os casos de heterose possam ser explicados pela interpretação clássica), mas isso é assunto que não interessa nem tem cabimento neste artigo de divulgação. Basta saber que, quando se pratica a hibridação ou o cruzamento (acasalamento de raças diferentes) temos via de regra, o fenômeno da heterose, na primeira geração, fenômeno esse que é tanto mais intenso quanto mais diferentes forem os animais acasalados e quanto mais "puros" forem eles para essas diferenças.

Hibridação do zebú — Os resultados da hibridação do zebú são os mais aproveitáveis. Já tem sido feitos estudos dos acasalamentos Zebú x Hereford, Zebú x Shorthorn, Zebú x Angus, Zebú x Charolês, etc. notando-se, em todos os casos, resultados vantajosos. Não vamos, é claro, analisar todos esses casos, mas, a título de demonstração, escolheremos o exemplo Zebú-Hereford que, parece, é o tipo de acasalamento de mais intensas vantagens. Os híbridos Zebú-Hereford são os chamados **Brafords** pelos americanos que formaram o nome tirando **Bra** de Brahman (zebú em inglês) e **Ford** do nome Hereford. A primeira geração da hibridação, constituída por esses híbridos, apresenta notáveis qualidades, conforme já mostraram diversas experiências norte-americanas, as quais podem ser resumidas no seguinte:

- a) maior peso ao nascer;
- b) maior rapidez de ganho;

- c) maior quantidade de carne na carcassa;
- d) menor quantidade de osso na carcassa;
- e) carne de melhor textura, mais tenra;
- f) carne de melhor palatabilidade, aroma e sabor;
- g) menores perdas no transporte do animal;
- h) melhores propriedades culinárias da carne, com menores perdas;
- i) maior preço por unidade no mercado, obtido em menor tempo coram em consequência, as vantagens precedentes.

A hibridação do zebú com outras raças de *Bos taurus*, como por exemplo Zebú-Angus, Zebú-Shorthorn, etc., bem como cruzamento de raça europeias entre si (Shorthorn-Hereford, Hereford-Angus) também apresentam muito bons resultados, mas, ao que parece; não tão intensos, em média, como no caso Zebú-Hereford. Acresça-se, ainda, que, das raças Angus, Hereford e Shorthorn, a segunda é a que melhor se adapta às condições climáticas semelhantes às nossas, embora o faça de modo inferior ao zebú. Dêse modo, o uso do Hereford seria relativamente mais aconselhável à condições das áreas centrais do nosso país.

O problema do criador — O criador deve vender a carne produzida pelos seus animais. Evidentemente, se tais híbridos oferecem aquelas vantagens de melhor produto, em menos tempo e maior lucro, seria interessante produzir tais híbridos com a finalidade única de vendê-los. Mas, para tanto, seria necessário manter dois planteis — um de zebú e outro Hereford —, “puros”, afim de produzir, continuamente, os híbridos, os quais seriam levados ao mercado. Ora, já dissemos, de início, que o nosso criador médio, devido às suas condições financeiras, às terras, às doenças, ao clima, à ignorância, não pode, via de regra, oferecer condições ótimas para planteis finos “puros”, e, sem elas, tais planteis não se comportarão, bem. Como solucionar o caso?

A ação do governo — Se o governo estabelecer fazendas de criação nas zonas de maior criação do zebú, com o objetivo fundamental de criar animais finos, poderemos, penso, resolver o problema. Em se tratando de um estabelecimento do governo, administrado por técnicos e dispondo de elementos financeiros, as condições ótimas exigidas pelo plantel fino poderão ser obtidas.

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do médico-Veterinário

DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R i o

Ao mesmo tempo, seria organizado, nessas mesmas fazendas, um serviço de inseminação artificial, cuja atividade seria, primordialmente, inseminar as vacas zebuínas com semen dos melhores touros finos das fazendas.

Dêse modo, como se vê, o criador ficaria apenas com os planteis de zebú, que, no momento, lhe são mais fáceis de criar. O governo manteria o gado fino e controlaria a reprodução nas fazendas do criador, dando-lhe assistência, auxiliando-o a escolher as melhores vacas e inseminando-se com material das raças finas. Os híbridos obtidos seriam criados e vendidos pelo criador.

É evidente que as fazendas de criação e inseminação do governo, com as finalidades acima, não se estenderão a esses objetivos sem o concurso de técnicos especializados. Além de técnicos para executar os planos de trabalhos, devem existir outros para pesquisarem, continuamente, fatores que possam melhorar as suas atividades. A seleção dos melhores touros a serem empregados na inseminação, por exemplo, é tarefa, árdua, que requer tempo e provas genéticas cuidadosas, como seja a comprovação do animal pela prova de performance de sua descendência. A fazenda, deverá, ainda, manter planteis de zebú e de algumas raças finas (Angus, Charolês, etc.), afim de promover experimentação própria e investigar os resultados que melhor satisfaçam as nossas condições. Poderá, ainda, fazer inseminação de vacas zebuínas do criador por touros dessa espécie, pertencentes ao governo, afim de melhorar o plantel zebú do criador. Enfim, terá atividades múltiplas que girem, entretanto, em torno da formação de melhor produto para o mercado nacional e estrangeiro, com maiores e mais rápidos lucros para o criador.

A Mecânica Agrícola na Conservação do Solo

(Adaptação do Trabalho de Victor C. de Mazo Suarez, Diretor Técnico da Fazenda Felicidade, em S. José dos Campos).

O Ministério de Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados da União, Instituições particulares, e principalmente a Seção de Combate à Erosão, Irrigação e Drenagem da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, estão desenvolvendo importante labor de divulgação dos estragos das erosões hídricas e eólicas e a forma de combatê-los. Resultados otimistas testemunham a quantidade de agricultores que hoje adotam o sistema preconizado por nossos agrônomos.

As enchentes e os ventos que corroem as terras são velhas pragas do Universo. Foi iniciada, recentemente, nos Estados Unidos da América, uma corajosa campanha de combate a essas pragas, para recuperar e conservar a felicidade das terras de cultivo.

Terras com declives de 10% a 50% foram utilizadas pelos Incas, há 4 mil anos, empregando os tipos de terraços mais custosos e difíceis que a História recorda. Hoje, depois de milênios, seus descendentes no Perú continuam aproveitando esses solos ainda férteis.

No entanto, os métodos de cultivo, custosos e necessários, têm sido modificados, reduzindo os gastos, a mão de obra, utilizando modernos implementos mecânicos, na construção de terraços, sulcos em contornos, cultivos em cordões, etc.

A luta está fundamentada, em indicar aos agricultores os elementos mecânicos, simples e econômicos, que permitam realizar, com velocidade e eficiência, as tarefas agrícolas, que a técnica aconselha, para defender suas fazendas e granjas, das calamidades das águas sem controle.

E' impossível levar a cabo um plano de luta contra a erosão, se não se dispõe de moderno material agrícola.

MAQUINARIA AGRÍCOLA ADEQUADA AO CONTRÔLE DAS ÁGUAS NAS FAZENDAS

Não vamos ocupar-nos da erosão eólica e dizer sobre desgaste do solo, produzido pelo vento, com o correspondente traslado de partículas e as consequentes acumulações e depressões. Trataremos de explicar, como se controla a água, que nas épocas das chuvas invadem as fazendas, provocando devastações lentas e violentas.

O agricultor uma vez planejando a construção de terraços, cordões, sulcos em contornos, etc., deve adquirir implementos mecânicos de baixo custo, que não precisem de especialistas para manejá-los. E' preferível utilizar os tratores de pouco consumo, leves e simples, com os implementos agrícolas estritamente necessários, que possam ser usados continuamente e conseguir a máxima eficiência.

Entre as marcas de tratores e implementos agrícolas modernos, encontra-se o AGRO-MOTOR FERGUSON, com um sistema completo de implementos. Antes de adquirir o material agrícola, o agricultor deve consultar agrônomos especializados, sobre qual o mais adequado, especialmente ao que a aração se refere.

Os ARADOS de aivecas ou de discos, de acordo com os novos conceitos, sobre rotura da terra, devem ser usados conscientemente. Após estudos minuciosos, parece existir a coincidência de opiniões, em que a manutenção das condições naturais do solo, sem alteração de sua estrutura, é a condição que mais favorece o progresso de grande quantidade de cultivos.

O importante é provocar no solo uma condição de semeadura favorável em relação ao fator clima e planta.

Indicar que tipo de arado e qual sistema de lavrar é mais conveniente, não pode ser feito em termos gerais, pois pode provocar sérios erros, que serão pagos, primeiro pelo agricultor, e indiretamente pela Nação, sobre a qual repercutem sempre os acertos ou erros.

Quando na lavra não é imprescindível a remoção dos restolhos dos cultivos, ou quando as terras são soltas, usam-se removedores.

Nos últimos anos tem-se operado uma grande modificação na construção de *grades de discos e dentes*. O maior progresso tem-se conseguido, permitindo, que os discos possam ser movidos, indistintamente à direita e esquerda do trator, regulando a largura necessária, para trabalhar em terraços ou entre pomares ou plantações de café, e permitindo que não fique um só metro de terra sem cortar.

Igual progresso se tem alcançado, nos *cultivadores e escarificadores* de terras duras. O rendimento-hora tem-se quadruplicado, permitindo operações velozes, na época das chuvas, com o objetivo de que as hervas invasoras não prejudiquem os cultivos, na época de maior crescimento.

Para a construção dos terraços, cordões, valetas, açudes, sulcos em contornos, estradas, etc., os fabricantes tem criado novos implementos agrícolas, antes desconhecidos ou aperfeiçoados às velhas e pesadas niveladoras de escasso rendimento.

As *cavadeiras mecânicas*, são imprescindíveis para a construção de açudes e tanques, para encher valas corroídas pela erosão, esgotos de terraços, paredes de terraços, para encher buracos, construir silos subterrâneos, excavações para alicerces, valetas de irrigação e muitos outros usos congêneres.

As *terraceadoras-gradeadoras* mecânicas, permitem ao agricultor construir terraços, a baixo custo em poucas horas. Os serviços dessas máquinas assim como as *Recortadeiras e Niveladoras* são imprescindíveis em toda

Fazenda onde se trabalhe para evitar a erosão.

A *semeadeira* para arroz, trigo, etc., e as *plantadeiras* para feijão, algodão e milho são construídas atualmente com o principal intuito de oferecer ao agricultor a oportunidade de efetuar as sementeiras no mínimo prazo possível, para obter uma colheita uniforme.

Com estes implementos o agricultor, sem perda de tempo, poderá atacar os labores, que impeçam a contínua perda de fertilidade da terra, a desapareição das terras da fazenda, que fogem pelas valetas abertas pelas enchentes, e que pelos ribeirões, rios pequenos e grandes se escoam para o Atlântico.

MEDIDAS PARA CONTROLAR AS ENXURRADAS

As principais medidas que devem providenciar no controle das águas são:

Cursos de Água (Gramados).

É este um simples meio para sustar as enxurradas e reduzir a perda de solo. Os canais gramados com forrageiras — gramineas e leguminosas — devem ser feitos superficialmente e suficientemente largos para permitir a ceifa e rastilhagem da forragem. Estas franjas gramadas devem ter duas ou mais vezes a largura da faca da máquina ceifadeira. Não se deve pensar que são espaços perdidos, que o único objetivo é permitir o escoamento lento das águas, pelo contrário, são estreitos e serpenteantes pastos. Com um tratamento apropriado, estas franjas podem ser altamente produtivas em forragens e sementes, pois, contém geralmente o melhor solo e conservam umidade quando a terra lavrada está seca.

Valetas de Desvio

As águas que se despejam das partes altas das culturas de milho, algodão, feijão, etc., no tempo das chuvas, formam enxurradas que abrem, nas superfícies baixas, perigosas valas que prontamente estragam terras de ótima fertilidade. Com a construção de valetas de desvio, encanam-se as águas que podem ser aproveitadas na formação de açudes e tanques.

SULCOS EM CONTORNOS

As enxurradas também destroem os pastos, mesmo que estes não ofereçam grandes variações de nível. Construindo sulcos em

contornos nos pastos das fazendas que criam gados, se conservam a qualidade da forragem pela absorção lenta das águas e pela retenção dos elementos fertilizantes. Estes sulcos devem ser cuidadosamente traçados em nível, para evitar que comecem a formar valetas de drenagem. Como no caso das valetas de desvio, as águas dos sulcos podem ser utilizadas na construção de lagoas.

CORDÕES EM CONTORNO

Com o AGROMOTOR FERGUSON e um removedor, se constroem, sem inconveniente e a baixo custo, os cordões que defendem as terras agrícolas contra as erosões hídricas. A conservação dos cordões é de primordial necessidade. Transcrevemos o que a este respeito aconselha a revista "Colheita e Mercados" dirigida pelo Eng. Agrônomo Edgard Fernandes Teixeira:

"Não basta construir os cordões. A sua eficiência está ligada diretamente à sua conservação. Esta é realizada principalmente pelas carpas adequadas, evitando-se atirar a terra das imediações do canal para o seu interior. As carpas devem ser feitas a partir do fundo do canal para o alto da leira. Assim o canal estará sempre desobstruído e o dique manter-se-á a uma altura adequada. Muitos lavradores realizam suas carpas em sentido inverso, isto é, levando a terra capinada para o canal. Isto concorre para baixar a altura do dique, reduzindo a sua capacidade de retenção".

"O cordão tem por função coletar a água das enxurradas e o solo por ela arrastado. Compreende-se portanto que após as chuvas pesadas alguma terra fique retida no canal. Cumpre ao lavrador vistoriar os cordões após as grandes quedas pluviométricas, providenciando para que o solo retido no canal seja removido para reforçar a altura do dique".

"As rupturas por qualquer defeito de construção, devem ser também imediatamente reparadas, antes que assumam proporções mais graves".

"Mediante essas providências simples de manutenção, os cordões em contorno desempenham integralmente suas funções contra a erosão e se conservam indefinidamente no terreno, compensado altamente as despesas exigidas para a sua construção".

CULTIVOS EM FRANJAS

Achamos de interesse transcrever as apreciações do Eng. Agrônomo argentino Cas-

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO; SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.

siano V. Quevedo, publicadas no seu livro "Conservación del Suelo", editado pela Editorial Suelo Argentino de Buenos Aires, sobre o cultivo em franjas: "o cultivo em franjas com rotações adequadas é uma prática agro-técnica, que deve levar-se a cabo em toda fazenda agrícola, reúne uma série de vantagens sobre os cultivos rotineiros".

- 1 — As franjas podem utilizar-se desde as terras mais planas até às mais abruptas; podem traçar-se facilmente e cultivadas mais tarde, em forma muito similar aos cultivos comuns.
- 2 — O tipo de franjas a usar pode determinar-se com grande facilidade, pois a topografia, clima e espécie utilizada como cultivo básico a indica imediatamente.
- 3 — Melhora as condições físicas do solo (estrutura, porosidade, etc.).
- 4 — Permite utilizar com proveito todo o solo.
- 5 — Regula e mantém a quantidade de matéria orgânica, tão útil para os cultivos e o solo.
- 6 — Facilita a oportuna utilização dos princípios nutritivos que se encontram distribuídos a diferentes profundidades.
- 7 — Diminui a possibilidade da ação de tóxicos ou enfermidades.
- 8 — Dificulta o desgaste do solo.
- 9 — Permite controlar, com maior probabilidade, as ervas daninhas e pragas.
- 10 — Melhora a qualidade dos produtos.
- 11 — Permite o máximo aproveitamento do solo com a retenção da fertilidade.
- 12 — Permite uma melhor luta contra a erosão.
- 13 — Quando se constróem curvas de nível, favorece a infiltração superficial.
- 14 — Facilita a supervisão dos campos em linhas definidas, sejam elas retas ou em contornos.

TERRAÇOS

De número do mês de Fevereiro de 1948, do Boletim de Divulgação do D.P.V., Colheitas e Mercados, de S. Paulo, transcrevemos o artigo intitulado "Vantagens dos Terraços":

Um campo terraceado apresenta uma série de vantagens dignas de serem consideradas:

1.º — A formação de enxurradas é função do comprimento do declive. Quanto mais comprido um declive, maior a possibilidade de se formar caudais e consequentemente maior probabilidade de se erodir o solo. Distribuído-se os terraços de distância em distância pelos campos cultivados, eles coletam as águas que escorrem, impedindo que se concentrem pelos terrenos. Logo, não haverá erosão.

2.º — Proporciona o aproveitamento total das terras. Muitos lavradores ignoram que o cultivo se faz mesmo sobre os diques dos terraços e imaginam que as áreas por eles ocupadas não devem ou não podem ser cultivadas. Engano. O cultivo se faz em toda extensão dos terraços sem a perda de um palmo sequer.

3.º — Facilita todos os trabalhos de capina e cultivos, porque são feitos em contorno, paralelamente às linhas dos terraços. Assim os animais e homens não se fatigam com subidas e descidas.

4.º — Dá aos lavradores a possibilidade de arar, gradear e semear em nível, anualmente, e esses pequenos riscos em contorno auxiliam a evitar a formação de enxurradas.

5.º — Evitando as enxurradas e erosões, os adubos permanecem no terreno sem arrastamento para as baixadas. Em consequência, as lavouras ficarão livres de folhas e soterramentos e proporcionarão um apreciável aumento na produção.

6.º — As plantas apresentam uma germinação e crescimento uniformes. Os terraços retêm a umidade para as épocas mais secas, estimulando a vegetação e proporcionando um viço permanente às plantas.

7.º — Os terraços quando bem planejados e construídos constituem uma proteção permanente. A sua manutenção não exige mais do que as lavouras, quando executadas cuidadosamente.

ESTABILIZAÇÃO DAS VALAS

As valas formadas pelas águas das enxurradas, devem ser enchidas com terra ou em caso de serem muito profundas, estabilizadas. A escolha dos métodos para efetuar este controle depende do estrago sofrido, tipo de solo, forma de cultivo e outros fatores. Muitas valas podem ser facilmente enchidas de terra, nivelando o solo agrícola e utilizando cavadeiras mecânicas.

CONSTRUÇÃO DE AÇUDES

Nas fazendas como morros e terras desniveladas, tão comuns em todo o Brasil, e onde o regime pluviométrico acontece em épocas determinadas; guardar as águas das chuvas é de capital importância. As enxurradas que destroem as melhores terras dos vales e erosionam tudo quanto atravessam, podem ser armazenadas em bacias apropriadas, mediante a construção de barragens, taipas, etc. A escavação destas futuras lagoas se fazem em pouco tempo com a utilização dos tratores FERGUSON que levam rebocados a cavadeira mecânica já mencionada.

CERCAS EM CONTORNO

As cercas determinam, limitam e padronizam os cultivos. Quando as cercas são recolocadas na virada das linhas de contorno, elas amparam, defendem e "animam" um permanente sistema de cultivo encarado para levar a cabo o máximo controle da erosão que determina as enxurradas e enchentes.

CONCLUSÃO

E' óbvio dizer que o agricultor obterá com lucros a merecida recompensa do fruto de seu trabalho, com os métodos de controle das águas da sua fazenda, que ele poz em prática.

Sua terra aumentará a produção.

O valor de sua propriedade é mantido ou acrescentado.

Ele tem obtido um seguro contra as secas, quando elas em seus períodos surgirem.

Enxurradas foram mitigadas, diminuindo e retardando o ímpeto das águas enfurecidas. As areias sedimentadas são reduzidas. O trabalho no controle das enchentes será cada vez mais efetivo.

A Navegação será incrementada, devido à diminuição dos depósitos de sedimentos, mantendo uma constância maior no nível das águas, e reduzindo os desastres, que as enchentes ocasionam, nas populações ribeirinhas, nos diques, e todas aquelas instalações, onde

as águas correm sem governo. As usinas hidro-elétricas e outros transformadores de trabalho, terão reduzido os perigos que representam os aluviões e as enchentes.

Todas aquelas pessoas que se interessam em focalizar as causas das calamitosas enchentes, de calcular as perdas que acarretam, devem voltar seus olhos aos modestos sítios, às hortas, aos pomares, às granjas, às fazendas, onde a pequena enxurrada começa a destruir.

"Tudo tem um princípio".

Agricultores do Brasil, para deter esse começo é à vós que a Pátria conclama.

N. da R.: A respeito do maquinário utilizado nos diversos tipos de operações, referidos neste trabalho, podem os interessados dirigir-se diretamente à Varam-Motores S.A., Rua Barão de Itapetininga 273, 3.º andar — S. Paulo.

ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HORA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gases para Refrigeração:
Amônia — Fieon 12
— Metila e Sulfuroso

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suissa Ltda.

ENGENHEIROS:
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA N.º 12
End. Telegr.: "Sisla"



IMPORTADORES:
Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

A necessidade de novos rumos para a indústria e o comércio de carne bovina

Lincoln Moraes
Veterinário Zootecnista

Muito se tem falado e escrito sobre o problema da escassez e do preço da carne bovina na Capital Federal. Exigem os produtores melhor preço para o produto, isto é, melhor remuneração para suas atividades. Por sua vez, reclama o consumidor contra a alta dos preços. Já não mais protesta contra a qualidade do produto.

A situação não é, porém, bem aquela do adágio: "Casa onde não há pão todos gritam e ninguém tem razão".

De fato, ambos têm razão, tanto o consumidor como o produtor. Mas, neste caso, devemos admitir que não há culpados para essa situação?

— Não. Pois entre o produtor e o consumidor estão os grandes e pequenos intermediários, as classes eternamente mais bem aquinhoadas, as que levam a parte do leão, mas, que, todavia, ficam à margem da natural contenda entre aquelas duas.

Mas será justo, então, lançar a culpa exclusivamente sobre os intermediários? Por que podem agir livremente, em detrimento das outras duas classes, sempre as sacrificadas? Não ha, em nosso país, leis nem justiça para os culpados? Pelo contrário, ha leis e até muito bem feitas. E ha justiça, embora seja difícil aplicar as leis e movimentar a justiça, com oportunidade e rapidez.

O fato é que o problema continúa insolúvel, a desafiar a argúcia e o tino administrativo dos governantes, a despeito de bem intencionadas tentativas locais no sentido de contornar as dificuldades naturais das épocas de entre-safra, as quais, porém, si têm, por vezes, como simples paliativos, apresentado resultados passageiros, agravam a questão ou, pelo menos, retardam, cada vez mais, ano após ano, a desejada solução final, de conjunto.

O que é preciso fazer é uma planificação objetiva do problema; o equacionamento deste em bases seguras, de maneira a se poder solucionar, a um só tempo, cada uma das suas faces. E ânimo, coragem e patriotismo para resolvê-lo. Temos tido habilidade para equacionar e resolver outros problemas mais difíceis que este, mas não menos graves, com ânimo, coragem e patriotismo.

A fartura da carne bovina para o consumo interno e para exportar não depende, como é claro, somente do fomento direto às atividades pecuárias.

Fomentar a pecuária de corte não é apenas importar reprodutores de alto preço e vendê-los pelo custo ou emprestá-los aos criadores; não é simplesmente multiplicar, pela inseminação artificial, a capacidade procriadora dos reprodutores; não é somente realizar exposições nacionais, estaduais e regionais de gado; não é unicamente defender os rebanhos contra a febre aftosa, a raiva e outras zoonoses; não é só instalar, a manter fazendas experimentais de criação; não é apenas ensinar ao criador a cuidar melhor das pastagens, a melhorar o arraçamento do gado e a exterminar o carrapato e o berne; não é, finalmente, facilitar e prodigalizar o crédito bancário, de preferência aos criadores de produtos destinados às exposições, de maneira a inflacionar vertiginosamente essa útil atividade.

Fomentar, animar, estimular, incentivar a pecuária de corte é, sobretudo, fazer que o criador, o verdadeiro pecuarista, receba o justo preço pelo produto do seu trabalho e do capital invertido, cuidando-se, no entanto, que esse preço não ultrapasse nunca a capacidade aquisitiva do consumidor.

Fomentar a pecuária, é, também, eliminar o maior número possível de intermediários entre o produtor e o consumidor, único meio de se conseguir o equilíbrio desejável do preço satisfatório a um e outro.

Fomentar a pecuária é, no caso brasileiro, equipar, convenientemente, nossos meios de transporte do produto e seus derivados.

Fomentar a pecuária é, ainda, de certo modo, realizar a substituição radical do nosso vetusto e anti-higiênico sistema de distribuição e venda da carne nas cidades, de maneira a aumentar seu consumo, em consequência do melhor estado sanitário do produto, e a aproveitar totalmente subprodutos até aqui desperdiçados.

E', também, aparelhar nossos matadouros, frigoríficos ou não, grandes e pe-

quenos, para o aproveitamento integral da matéria prima.

E', igualmente, montar dois ou três grandes matadouros-frigoríficos nacionais, de propriedade do Estado, destinados à função de órgãos controladores dos mercados externo e interno da carne.

E', finalmente, montar grandes armazens frigoríficos reguladores nos centros consumidores, afim de conservar o natural excesso do produto da safra anual, para distribuição durante a entre-safra, isto é, acabar, para o consumidor, com a fatalidade das épocas de filas ou de miséria de carne, e, para o produtor, fazer que não mais sinta a diferença, entre o tempo das "casas gordas" e o das "vacas magras".

Como se vê, trata-se de um problema complexo, que o Brasil tem de resolver, com urgência.

Aqui damos nossa modesta opinião a respeito, possivelmente incompleta, mas honesta e entusiástica.

Vamos nos referir somente ao transporte e à industrialização da matéria prima — o boi de corte, e à distribuição do seu produto principal — a carne. Não, propriamente, à pecuária. Mas, tendo em vista o progresso da pecuária, por ação reflexa.

Não trataremos, em particular, no presente trabalho, da questão da crise atual de carne na Capital Federal, acentuada, desta vez, como no ano passado, paradoxalmente, às vésperas do início da safra. Apenas diremos que, como não se desconhece, além das causas mediatas, apontadas aqui, principalmente a carência absoluta de grandes armazens frigoríficos reguladores da distribuição, nas grandes cidades, ocorrem, no caso, outras causas imediatas, entre as quais a matança considerável mas inconsiderada e ilegal de vacas e vitelos que vem sendo feita, sobretudo, nos matadouros municipais e nas charqueadas, ha alguns anos. Não é de desprezar, também, a atividade de alguns "pecuaristas" que, anualmente, quando os bois estão gordos, e se avizinha a época da safra, pleiteam dos poderes públicos, o aumento do preço da carne, como medida de salvação da pecuária do Brasil Central. Assim têm sido obtidos os aumentos anuais, à custa do consumidor e sem benefício apreciável para o verdadeiro criador que, via de regra, nessa época já dispôs dos seus lotes.

* * *

A localização dos grandes matadouros-frigoríficos nos centros de criação e engorda de bovinos, a montagem de armazens fri-

goríficos reguladores nos grandes centros consumidores e exportadores, a construção de matadouros-frigoríficos nacionais e, bem assim, a substituição radical do atual sistema de distribuição e venda da carne nas grandes cidades, constituem medidas de mais alta relevância para a economia nacional. Pode-se, mesmo, afirmar que êsse assunto precisa ser considerado, com urgência, não apenas pelas autoridades a que estão afetos os nossos problemas econômicos e sanitários, mas, também, pelas altas esferas militares, visto que entram em jogo até os supremos interesses da defesa nacional.

E' um verdadeiro delito econômico, a localização dos grandes matadouros junto aos grandes centros consumidores. Infelizmente, ainda é essa a situação ocorrente no Brasil. Apenas dois matadouros-frigoríficos, o de Barretos, em São Paulo e o de Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul, fazem exceção à regra.

O assunto tem sido bem estudado e planejado, no sentido de ser solucionado por etapas o grave problema. E' de recear-se, entretanto, que as medidas de ordem prática sejam procrastinadas, não tanto pelos órgãos governamentais, mas, a despeito dos seus esforços, pela possível dificuldade de encontrar a desejável compreensão dos nossos grandes industriais e de afastar outros óbices conhecidos.

As vantagens da localização dos grandes matadouros-frigoríficos nos centros de engorda de bovinos são evidentes.

O estado sanitário da carne, tanto para o consumo das grandes cidades brasileiras, como para a exportação, seria extraordinariamente melhorado, visto que somente seriam abatidos bovinos descansados e ainda gordos, em ótimas condições de saúde.

Isto não pôde, evidentemente, acontecer após o transporte de três, quatro e mais dias por estradas de ferro ou depois de longas e cruentas caminhadas de centenas de quilômetros, durante semanas e até meses, pelas rodovias ou pelas "estradas de boi". Nessas viagens, tanto por trem como a pé, os animais perdem uma boa porcentagem do seu peso, atingindo, mesmo, até 15 por cento, na ocasião quente do ano. Além disto, ficam estropiados, cheios de equimoses e hematomas e alguns apresentam fraturas, tudo em consequência de quedas, coices, chifradas e esbarros; sofrem de um mal semelhante ao enjôo que afeta às pessoas nas viagens marítimas ou por ferrovias; sua carne é muito prejudicada em qualidade, como é intuitivo, podendo até ocasionar sérias in-

toxicações alimentares, nos casos em que não tenham os bois o devido e regulamentar descanso de vinte e quatro horas após a chegada ao campo do matadouro e antes do abate; finalmente, é muito avultada a porcentagem de perdas totais, por morte, mesmo nos vagões ferroviários, sendo que, no verão, essa porcentagem ultrapassa de dez por cento.

Os prejuízos causados à economia nacional, em consequência das mortes, rejeições totais e parciais da carne e, ainda, pela perda de peso, montam a centenas de milhões de cruzeiros, anualmente, como é fácil de calcular, sabendo-se que são abatidos, em média, nos grandes matadouros e nas charqueadas, quatro milhões e duzentos mil bovinos (estatística de 1945).

E' de se ter em vista, ainda, o papel que desempenham as boiadas conduzidas a pé e destinadas aos matadouros do Rio e São Paulo, na disseminação de algumas zoonoses infecto-contagiosas, notadamente a febre aftosa, entre os rebanhos leiteiros, em sua maioria situados em regiões mais ou menos próximas dessas duas capitais. O assunto é de tal gravidade que tem merecido atenção especial das autoridades encarregadas da defesa sanitária animal, as quais procuram uma fórmula capaz de enquadrá-lo numa regulamentação exequível.

Por outro lado, pôde-se assegurar que a localização adequada daqueles estabelecimentos contribuirá decisivamente para o descongestionamento das nossas estradas de ferro. E elas deixariam de ser eternamente deficitárias, como acontece a quasi todas, com excepção, talvez, de uma ou duas no Estado de São Paulo. E' fácil de esclarecer.

Um vagão de estrada de ferro, série H, vulgarmente denominado "gaiola", transporta apenas 16 a 18 bovinos, em média; um vagão frigorífico pôde comportar as carcaças de 70 a 80 rezes, para exportação; e mais de 150 carcaças transformadas em carne empacotada destinada à distribuição nas grandes cidades. Como se verifica, não é apenas uma questão de peso a transportar, mas, sobretudo, de volume ocupado inutilmente, do espaço vital perdido, da lotação roubada a outras utilidades.

A capacidade das nossas principais vias férreas, destinada ao abastecimento interno e à exportação de carnes, seria, assim, extraordinariamente aumentada, se transportassem elas somente carne refrigerada ou congelada, ao invés de gado vivo, dos centros produtores para os consumidores e exportadores.

Importar, ainda, considerar que os vagões de gado fazem o retorno vazios, por exigência da defesa sanitária animal, devidamente desinfectados. Os centros de engorda de bovinos são todos muito distantes, de maneira que esses carros levam dias e dias para chegar ao Rio de Janeiro, ou a São Paulo; a demora é muito maior no retorno, porque são preteridos pelos vagões carregados, além do tempo empregado na desinfecção. Assim sendo, na realidade, a capacidade média de transporte de um carro "gaiola" não chega a ser de dois bois, por dia!

São, portanto, até muito baratos os fretes cobrados pelo transporte de bovinos vivos. Uma rez é transportada, atualmente, por 118 cruzeiros de Barretos ao Rio, incluídas, além do frete, todas as despesas com taxas, carregamento e descarregamento. As estradas de ferro cobram-se, assim, apenas em parte, do ônus representado pelo retorno do vagão vazio. E não o fazem em proporção, equivalente aos fretes exigidos por outras mercadorias de fácil transporte.

Da localização conveniente dos matadouros adviria, portanto, uma grande sobra de lotação nas estradas de ferro, a qual atenderia às necessidades do transporte de outros gêneros do interior, e vice-versa, o que permitiria, evidentemente, o barateamento dos fretes em geral, e, consequentemente, do custo das mercadorias, inclusive o da própria carne.

Sem artifícios de dialética, antes, pelo contrário, encaminhando o assunto de maneira clara e objetiva, chega-se à conclusão de que o problema, no que diz respeito aos transportes, interessa, de fato, à defesa nacional. Com efeito, é fácil de imaginar o que poderia acontecer, no caso de uma nova conflagração mundial, e numa emergência extrema — próxima ou remota, mas que, infelizmente, não pôde ser afastada das cogitações e estudos das autoridades competentes — de desembarques inimigos em nosso litoral, do Rio de Janeiro à Baía, por exemplo. Alijada logo nossa navegação de cabotagem e apesar do papel que pudesse então desempenhar nossa aviação, teríamos de contar, sobretudo, com duas das nossas ferrovias: a Leopoldina e a Central do Brasil. Estas, porém, vivem atravancadas de "gaiolas" de gado destinado aos matadouros de Mendes, Nilópolis, Penha e Santa Cruz, além dos de Niterói, Petrópolis e Três Rios. Isto constituiria sério impedimento ao movimento de tropas e material bélico. Passariam elas a atender, preferencialmente, como

é natural, às necessidades militares. Mas, neste caso, ficaria em falta do seu alimento principal a população da capital do País, isto é, a tão importante "frente interna" das guerras modernas, visto que ainda não nos aparelhamos para receber, ao invés de bois vivos, a totalidade da carne necessária à nossa metrópole, por meios adequados e rápidos.

A racional localização dos matadouros-frigoríficos, o equipamento das nossas estradas de ferro para o transporte de carne frigorificada, a montagem de grandes armazéns-frigoríficos nos maiores centros consumidores e a substituição do atual sistema de distribuição e venda desse produto nas grandes cidades pelo de carne desossada e empacotada, são medidas que, certamente, muito contribuiriam para o desfogo do nosso parque ferroviário, numa dessas contingências extremas, tendo-se em vista que uma das vantagens principais da adoção daquelas medidas, é, justamente, o aumento da capacidade de transporte das mesmas, ao lado da economia representada pelo aproveitamento praticamente total da produção da nossa pecuária de corte.

O transporte da carne destinada ao abastecimento das grandes cidades — Rio, São Paulo, Santos, etc., seria, evidentemente, mais facilitado, de maneira altamente compensadora para as estradas de ferro e para o consumidor, se o produto viesse já desossado e empacotado. A Prefeitura do Distrito Federal realizou, neste sentido, em 1947, interessante e convincente experiência. Facilitou, durante alguns meses, a distribuição, em alguns mercadinhos e caminhões, de cerca de seis toneladas, semanalmente, de carne já inspecionada, cortada, classificada, desossada, empacotada e refrigerada ou congelada, em pequenos blocos de um quilograma. Não houve sequer uma reclamação a respeito da qualidade, do peso ou da classificação dessa carne. O produto era avidamente procurado nas primeiras horas da manhã.

Além da garantia assegurada ao consumidor, de receber um produto hígido, e da economia de transporte, esse sistema permite um eficaz controle da distribuição das cotas de cada açougue, por dispensar a classificação feita pelo retalhista, facilitando, sobretudo, a ação das autoridades sanitárias e, principalmente, a vexatória fiscalização policial, que o Governo foi forçado a estabelecer, em defesa da economia popular, isto é, da maioria da população, que não pôde suportar os preços do "câmbio negro"

mais persistente e mais ladino de que se tem conhecimento.

É bem verdade que o novo sistema, quando instituído, tenderá a generalizar-se rapidamente, visto que o produto assim acondicionado poderá ser exposto à venda em qualquer mercearia que disponha de instalações frigoríficas, comuns, com evidente risco para a sobrevivência dos açougues que não o queiram adotar ou que insistam em não limitar seus lucros à porcentagem honesta que lhes fôr atribuída pelo tabelamento.

Essa eventualidade nada mais será, pois, que a consequência de uma imposição natural do progresso, em benefício do saneamento material e moral desse gênero de comércio.

Existem, porém, outros motivos de maior importância que justificam o máximo empenho que devem ter as autoridades competentes em instituir, com urgência, o novo sistema de distribuição e venda da carne, no Rio e em São Paulo, pelo menos.

Mais de quarenta por cento do bovino retornariam à economia nacional, transformados em alimentos para o próprio gado e excelente adubo orgânico para o enriquecimento das nossas lavouras e pastos. Cerca de trinta por cento, já incluídos naquela porcentagem, constituídos de ossos (21 por cento), pelancas, ligamentos, aponevroses, etc., ao invés de alimentarem cães vadios nas latas de lixo e servirem de aterro impróprio de lugares baldios, como acontece ainda na Sapucaia, em plena Capital da República, atentando contra as condições sanitárias das cidades, teriam aquele destino mais conveniente e econômico.

E, assim, lavouras e pastagens, que cada vez mais empobrecidas ficarão, em virtude da retirada sem remissão ao solo da sua proteína e dos seus sais de cálcio e de fósforo, sob a fórmula de cereais, legumes, carne, leite, ovos, lã, ossos, etc., teriam uma boa fonte de elementos para a recuperação de sua fertilidade... Isto, evidentemente, na dependência de uma distribuição criteriosa desses alimentos concentrados e dos adubos, sabendo-se que os alimentos do gado retornam em boa porcentagem ao solo, como resíduos da digestão; e, ainda, se envolvermos por outra política de recuperação da fertilidade de nossas terras, não deixando que se exporte a maior parte dos nossos resíduos proteínicos, de origem animal ou vegetal, como, infelizmente, ainda acontece em escala capaz de assustar aqueles que se preocupam com tão grave problema.

Com o decorrer dos tempos, si prosseguirmos nêsse sistema arcaico de exploração agro-pecuária, inclusive em relação ao transporte e distribuição dos produtos, com uma política de economia rural vetusta e perniciososa, ou, melhor, sem a adoção, de nenhuma política verdadeiramente agrária, teremos, passadas algumas gerações, conseguido apenas o deserto, pois, como já disse alguém, a terra se vinga daqueles que a desvirginam mas não a fecundam.

Com o integral aproveitamento do bovino, como sucede nos grandes matadouros-frigoríficos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, si bem que ainda em parte, porque os ossos também são exportados com as carcaças, o País faria uma economia de algumas centenas de milhões de cruzeiros. A tanto atingem os prejuizos com os desperdícios ocasionados pelos nossos antiquados sistemas de industrialização e distribuição da carne. Aquela economia seria, ainda, extraordinariamente elevada si fosse possível tornar obrigatório o aproveitamento total em todas as charqueadas e matadouros municipais. E, sabendo-se que são abatidos, anualmente, em média, nos matadouros municipais, dois milhões e quinhentos mil bovinos, é fácil calcular o montante do desfalque sofrido pela economia brasileira com o abandono daquilo que a nossa incúria de gente até bem pouco tempo acostumada à fartura joga fóra. Inadvertidamente, para não dizer, delituosamente, de vez que não têm faltado conselhos ajuizados e veementes brados de alerta da parte de alguns economistas e, especialmente, de muitos veterinários brasileiros. O assunto é de tal importância e atualidade que a própria imprensa laica já dêle cuida cotidianamente.

Poderíamos, como se deduz, dispôr fartamente, para o consumo interno e para alguma exportação, de farinhas de carne, de ossos, de sangue, etc., as quais, atualmente, tanta falta fazem aos nossos rebanhos de bovinos, suínos, ovinos e equídeos e, principalmente, à nossa promissora avicultura.

Convém não esquecer, mas, antes, ressaltar que o consumidor, nas grandes cidades, comprando carne empacotada, em invólucros higiênicos, impermeabilizados e até elegantes, como eram os que foram expostos à venda em 1947, no Rio de Janeiro, terá a certeza de que adquire um produto sadio, bem pesado, da categoria especificada no rótulo, não pagando carne de segunda ou terceira, como de primeira e de que não leva para casa, mais do que carne boa, ossos,

pelancas, sêbo e contrapesos outros, ainda embrulhados em papel de jornais já lidos. . .

Contra o novo sistema se rebelaram algumas centenas de açougueiros, por motivos óbvios. Mas não devem desanimar as autoridades competentes, visto que o mesmo, além das vantagens comprovadas experimentalmente, permitirá, ademais, à Capital da República, abastecer-se da ótima carne gaúcha, congelada e, quiçá, apenas refrigerada, por via marítima ou, mesmo, aérea, com o que será aberto novo e importante mercado para os produtos do estado sulino, sempre ameaçado de sofrer a concorrência funesta do produto australiano, néo-zeelandês e sul-africano, como sóe acontecer, periodicamente, maximé em seguida às grandes guerras, por obra e graça do cartel estrangeiro que maneja, de acôrdo com suas conveniências financeiras, a indústria e o comércio mundiais da carne, ora valorizando-a na América Latina, e desvalorizando-a, concomitantemente, na Oceania e na África do Sul, ora agindo em sentido contrário, provocando dessarte e doutras maneiras, a instabilidade do mercado e as crises cíclicas da pecuária de córte, em todo o mundo, mas assegurando a estabilidade e a prosperidade de suas empresas.

E' bem verdade que para êsse grande mal só existe uma terapêutica drástica: a instalação de três ou quatro grandes matadouros-frigoríficos nacionais, junto aos nossos principais centros produtores e de engorda de bovinos e adequadamente dispostos, nas regiões do Centro, Sul e Oeste de País

A aquisição de dois desses estabelecimentos já existentes em São Paulo e no Rio Grande do Sul, aliás, os únicos bem localizados, resultaria na necessidade da instalação de apenas dois, que deveriam situar-se, um em Mato Grosso, à margem da Noroeste do Brasil, em Porto Epitácio, por exemplo, a ser abastecido pelos produtores da zona do Pantanal e outro em Montes Claros ou município servido pela Central do Brasil, naquela região do norte de Minas.

Mas, a despeito de valiosas e honestas opiniões em contrário, esses grandes matadouros devem ser de propriedade do Estado que poderá, quando muito, confiar sua exploração a empresas nacionais, mediante contratos rigorosamente fiscalizados. Só assim poderão ser realmente nacionais, integralmente brasileiros, para que posam servir lealmente aos nossos interesses.

Eis por que devem ser tomadas, oportunamente, cautelas neste sentido, visto não

ser mais admissível, nos dias atuais, desconhecer alguém o formidável poder de penetração e de aglutinação e o admirável mimetismo do poderoso capital internacional, assim como a ação sub-reptícia e impatriótica dos chamados "testas de ferro"...

Aqueles estabelecimentos, coadjuvados pela rede de armazéns frigoríficos reguladores, seriam verdadeiros órgãos controladores dos mercados interno e externo da carne e seus derivados, seriam o fiel da balança das nossas conveniências, de maneira a se extinguir a velha praxe sempre escudada na mais velha ainda "lei da oferta e da procura", que seria, de fato, verdadeira, se, apesar de ser real ou de poder ser sempre real a "oferta", graças aos esforços dos nossos criadores, não fosse a "procura" hábilmente manobrada por mãos misteriosas e traiçoeiras de poderosos interessados estrangeiros.

Somente com a efetivação dessa medida, como complemento às soluções das já referidas, especialmente a construção de grande armazéns frigoríficos reguladores no Rio, em São Paulo e nos portos de Santos e Rio Grande, poderemos, finalmente, não apenas estabilizar mas fazendo progredir satisfatoriamente a nossa sempre periclitante pecuária de corte, libertando-a dos altos e baixos que, em geral, lhe vêm de fóra, de além-mar; somente assim poderemos regularizar o mercado do nosso produto, pedindo ao comprador alienígena o justo preço do mesmo e não lhe implorando, volta e meia, que o

compre a qualquer preço, para evitar a miséria do produtor; somente com a adoção desse conjunto de medidas, inclusive a referente à modificação do atual sistema de distribuição e venda da carne em nossas grandes cidades, poderemos atender às necessidades do abastecimento interno, sem sacrifício da bolsa, do estômago e da saúde do consumidor brasileiro.

E não há necessidade, neste particular, de procurar conselhos e estímulos, como é de nosso hábito, em terras distantes, onde, é de presumir-se, não os poderemos encontrar leais e desinteressados.

Nossos vizinhos, o Uruguai e a Argentina, cada qual com apenas um matadouro-frigorífico nacional, já estão quasi livres das garras do polvo que também tanto infelicitou a sua pecuária de corte, que hoje prospera em bases seguras.

A execução das medidas em causa encontrará, muito possivelmente, resistências e esforços obstrucionistas da parte dos grupos interessados na manutenção do "statu-quo" atual. É fácil de prever, a dificuldade a vencer, inclusive para a aquisição do equipamento indispensável aos matadouros, frigoríficos e estradas de ferro.

Mas, um povo que levantou Volta Redonda, para se libertar, em futuro próximo, da condição paradoxal de produtor e exportador de ferro e manganês, mas de importador de aço e de máquinas; que, em breve, conseguirá alimentar os motores dos seus veículos e fábricas, com o petróleo afinal descoberto e extraído de seu sub-sólo; que realiza, há alguns anos, a maior obra de engenharia sanitária e de profilaxia de todos os tempos — diante da qual fica reduzido a proporções medíocres o tão decantado saneamento dos Lagos Pontinos, na Itália, — salvando da morte e do aniquilamento físico, moral e econômico, resultante da maldária, milhões de patrícios nossos e tornando produtivos centenas de milhares de alqueires de terras ubérrimas, antes pantanosas e abandonadas; que está se livrando do estrangeiro, rapidamente, — e a despeito da descrença generalizada e tão ardilosamente mantida durante decênios, para a obtenção do seu próprio pão, graças à vitoriosa campanha do trigo brasileiro; um povo que realiza tão grandiosos empreendimentos não pode encontrar dificuldades insuperáveis para a solução de um outro problema que, como vimos, tanto interessa à sua independência econômica, à sua saúde e à própria defesa nacional.

FERRAMENTAS

PARA HORTAS E JARDINS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RUA EVARISTO DA VEIGA, 65 - RIO

Peçam Catálogos e DESCONTOS A REVENDEDORES

ROMEU RAMPAZZO

Muito jovem ainda, vem de falecer, no Estado do Espírito Santo, seu torrão natal, o horticultor Romeu Rampazzo, diplomado pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello, e que ocupava, no magistério, o cargo de meu assistente na referida Escola.

Aluno dos mais brilhantes, obteve, quando cursava o curso de Horticultor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, vários prêmios, não só por aplicação como também por comportamento, inclusive o prêmio anual do Concurso da Árvore.

Colou grau em 26 de Novembro de 1942, e, dadas as suas qualidades, foi convidado para trabalhar na própria Escola, como Chefe da Seção de Horticultura.

Mais tarde afastou-se da Escola de Horticultura Wenceslão Bello para trabalhar no Fomento Agrícola do Estado do Espírito Santo.

Em 1946, foi novamente convidado para ocupar o lugar de Chefe da Seção de Horticultura da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, e, como bom profissional que havia se revelado, convidado para meu assistente da cadeira de Floricultura.

Em 1947, quando se realizou o 1º Curso Prático de Hortas Domésticas da Fundação Getúlio Vargas, foi convidado para, sem prejuízo de suas outras funções, ocupar o lugar de meu assistente no referido curso.

Em 1948, o jovem profissional, além de Chefe da Seção de Horticultura da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, era meu assistente das cadeiras de Horticultura e de Floricultura e assistente dos Cursos Práticos de Solos e Adubação da Fundação Getúlio Vargas.

Quando, embora moço, já fazia uma brilhante carreira profissional, foi atacado por traiçoeira enfermidade que, em pouco tempo, nos roubou o convívio de um companheiro que tanto estimávamos.

Deixou Romeu Rampazzo nos corpos docente, administrativo e discente da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, um largo círculo de amizade, dadas as suas qualidades de bom companheiro de trabalho e bom professor.



Romeu Rampazzo

Como meu assistente e particular amigo, ao registrar em "A Lavoura", o seu falecimento, o faço saudoso do companheiro em quem depositava confiança de que viria a ser um grande nome do magistério da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que o tornara profissional e que para o seu corpo docente o chamara.

Perdeu a Escola de Horticultura um magnífico auxiliar; e perdemos nós, seus amigos, um bom e leal companheiro.

Que Deus vele por êle, que, profundamente católico, sempre viveu como um perfeito cristão.

G. Goulart da Silveira.

Florestas, águas e solos

Pimentel Gomes
Engenheiro Agrônomo

E' do conhecimento de todos que o Pomba, o Pirapetinga e outros rios afluentes ou confluente do Paraíba do Sul, em Novembro, depois de chuvas torrenciais que duraram vários dias, saíram dos leitos e inundaram violentamente suas várzeas, provocando uma das maiores catástrofes da História do Brasil. Houve cidades e vilas destruídas, com perda de vidas humanas. Deslizamentos de terras das encostas íngremes e agriculturas aumentaram de muito o efeito das águas, além de terem prejudicado o próprio solo. A catástrofe abalou profundamente a nação.

Casos semelhantes, embora em escala muito menor, quanto a prejuízos materiais e pessoais, estão acontecendo todos os anos num ou noutro ponto da área vastíssima de nossa Pátria. Há, assim, frequentemente, inundações, erosões, açoreamento de açudes, destruição de obras de artes, etc. Acrescente-se que o regime dos rios, em algumas regiões, nas regiões mais povoadas e devastadas, se torna cada vez mais irregular.

Urgem, assim, medidas que venham melhorar, desde já, tanto quanto possível, uma situação que já não é boa e que se agrava de ano para ano.

Aconselhamos, aqui, algumas das mais interessantes.

Urge Reflorestar

Calcula-se que as florestas devem cobrir 33% das zonas tropicais para terem efeito benéfico sobre o clima, o regime das águas e a conservação dos solos. As florestas devem espalhar-se com certa regularidade em toda a região, e não se acumular em determinados trechos mais ou menos longínquos, deixando todo o resto desnudo, ou quase. As florestas exploradas racionalmente não são destruídas, e constituem um excelente emprêgo de capital. Está havendo, todos sabem, grande escassez de lenha e madeiras de lei em zonas extensas do Brasil, pois o grosso, a quase totalidade de nossas florestas se encontra na Amazônia no Vale do Rio Dôce, no oeste do Paraná e Santa Catarina, no noroeste do Rio Grande do Sul,

no sul da Bahia e em pequenos trechos esparsos. Essa escassez aumentará, pois a população cresce rapidamente e o consumo de madeira aumenta numa proporção maior, enquanto nossas reservas exploráveis desaparecem com assustadora rapidez. Há, ainda, a acrescentar as derrubadas absurdas que se continuam fazendo, com a finalidade de alargar as culturas e as pastagens, com uma irreflexão e uma imprevisão que causam lástima, e sem que se leve em conta o Código Florestal.

Urge, portanto, poupar, nas zonas mais povoadas e devastadas, as poucas matas existentes. Ademais, se faz mister um reflorestamento intenso, trabalhando, para isto, além do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, os órgãos equivalentes dos Estados, as prefeituras, as companhias de estradas de ferro, os industriais consumidores de madeiras, e os fazendeiros e sítiantes. Reflorestar deve ser uma palavra de ordem no Brasil. Plantar mais, muito mais árvores do que cortam, precisa ser uma preocupação constante de nossos proprietários rurais.

Não é difícil restaurar com certa rapidez as magníficas florestas que já possuímos na zona mais povoada do País. Basta, aos poucos, mas com pertinácia, ir reflorestando as terras baldias que existem por toda a parte.

Reflorestar é um bom negócio

Mas não se refloresta apenas tendo em vista a conservação do solo, o melhoramento do regime dos rios, das fontes e do clima e o embelezamento da paisagem — embora só isso fosse suficiente para se aconselhar o reflorestamento. Reflorestar é negócio. Reflorestar é um dos melhores emprêgos de capital que se pode fazer, no Brasil, a leste de uma linha imaginária que passe por São Luiz do Maranhão, Goiânia, Campo Grande e Corumbá. E os resultados pecuniários surgem muito mais depressa do que se pensa, e de maneira certa e vultosa.

Determinadas essências, por exemplo, fornecem 300 metros cúbicos de lenha por

hectare, de sete em sete anos; ou 2.500 postes, por hectare, de sete em sete, ou de oito em oito anos. Para a fabricação de pasta de madeira, possuímos essências que podem ser cortadas aos quinze anos. Outras há capazes de produzi-la aos oito anos, aos sete, e até mesmo aos quatro anos de idade. As madeiras de lei precisam de muito mais tempo que varia com a espécie, as condições ecológicas e o tratamento que lhes dispensarem.

No Brasil, as florestas crescem mais depressa

A ecologia da maior parte do Brasil permite que as árvores cresçam muito mais depressa do que na Suécia, Finlândia, Noruega, Canadá e Estados Unidos — clássicos fornecedores de produtos florestais à maior parte do Mundo. As nossas florestas de araucária, nos planaltos meridionais do País, já aos 15 anos estão fornecendo polpa para a fabricação de papel. Isto pode parecer muito aos nossos apressados fazendeiros e industriais. Não devem, contudo, esquecer, que, no Canadá, um pinheiro leva um século para crescer; na Suécia, outro tanto; na Finlândia, 120 anos, no noroeste da Rússia, uma das grandes regiões madeireiras do mundo, 170 anos. Já vimos que, em sete anos, e até mesmo em menos, em cinco anos, por exemplo, já é possível ter muita lenha, desde que se plantem determinadas essências. Mas algumas árvores, boas produtoras de madeira para compensados, caixas e polpa para papel crescem com admirável rapidez. Gonzaga de Campos, escreve, por exemplo, "que no Hôrtio Botânico de Belém, uma sumaumeira mede 22 metros de altura e um metro de diâmetro, e tem apenas 13 anos. As matas de várzea podem refazer-se em cerca de 20 anos". Ora, a sumaumeira, a maior árvore da Amazônia, fornece madeira branca e muito leve, própria para fabricação de celulose e várias outras finalidades. Na fabricação de celulose, seu rendimento é de 26%. As fibras têm uns 2,9 milímetros de comprimento. Produz uma paina muito valiosa. As sementes dão 18 a 30% de óleo amarelo claro, comestível. Há outras árvores semelhantes, cujas propriedades não devem ser esquecidas pelos industriais e fazendeiros.

Onde reflorestar

Em zonas de população mais ou menos densa, as florestas devem revestir as nascentes dos rios, riachos e regatos, as ba-

cias de abastecimento das fontes, as encostas íngremes, o têrço superior dos morros, as terras pobres. Também é aconselhável plantar árvores ao longo dos cursos d'água, das divisas das fazendas, das cercas internas, dos caminhos e estradas, e formando bosques nas pastagens, onde os gados se abriguem dos calores excessivos e dos ventos frios.

Pastos arbóreos

Algumas árvores fornecem pastos magníficos, idênticos aos melhores do mundo.

Os pastos arbóreos são utilizados pelos fazendeiros há milhares de anos. Os agrônomos da antiga Roma a êsse se referem economicamente. Os agrônomos modernos a êles recorrem sempre com resultados excelentes, graças às suas extraordinárias vantagens. Produzem êles, por exemplo, grande cópia de forragens verdes — 80 a 150 toneladas por hectare — no período mais sêco do ano. Tal contribui para aumentar a quantidade de bovinos por unidade de área, e a produção de leite e carne.

Como reflorestar

O reflorestamento se processa plantando sementes ou mudas de essências florestais.

O reflorestamento com sementes é fácil e barato. Consiste em abrir covas com o compasso de dois metros por dois. Em cada cova enterram-se duas sementes. Posteriormente, quando as mudinhas tiverem, uns dois metros, faz-se um desbaste, deixando apenas uma plantinha — a mais forte em cada cova.

Só as sementes médias e grandes podem ser semeadas diretamente.

Lembremos o pinheiro, a jaqueira, a azeitona, o sabiá...

As sementes pequenas são semeadas em canteiros preparados como os de hortaliça. Cuidados idênticos aos dispensados às hortaliças. Repicagem para caixas, jacáznos ou torrões, quando tiverem alguns centímetros. Plantação das mudas no lugar definitivo em dias úmidos, com o compasso de dois metros por dois metros.

As sementes e mudas podem ser fornecidas pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Florestas puras e mixtas

As florestas dizem-se puras quando pelo menos 80% de suas essências pertencem

cem a uma única espécie. As florestas são mixtas, nos casos diferentes. As florestas puras têm algumas vantagens. As mixtas apresentam outras vantagens. Aconselhamos florestas mixtas para as encostas íngremes, o terço superior dos morros, as nascentes dos rios, riachos e regatos e a bacia de abastecimento das fontes. Essas serão formadas pela plantação de umas quatro ou seis espécies diversas, que costumam aparecer juntas nas florestas naturais da região, ou serão determinadas por técnicos.

As capinas são indispensáveis nos dois ou três primeiros anos.

É possível, muitas vezes, fazer, no primeiro ou no primeiro e no segundo anos, culturas consorciadas, para baratear o reflorestamento.

Quando possível, o solo deve ser preparado previamente.

Enriquecimento das matas

As matas naturais, quando exploradas, vão, aos poucos, perdendo todos os seus le-

nhos de valor. Convém enriquecê-la com espécies nobres.

Abrem-se de 10 em 10, ou de 15 em 15 metros, faixas com uns três a quatro metros de largura, pela roçagem da vegetação existente.

Plantam-se mudas de essências de valôr, de dois em dois metros. Tomam-se os cuidados de roçagem e capina indispensáveis ao rápido crescimento da muda, durante uns três a quatro anos.

Plantam-se mudas de boas essências, nas clareiras.

Lavouras nas encostas

As encostas, de preferência, devem ser florestadas ou reflorestadas.

Quando se faz mistér cultivá-las, é indispensável usar métodos que permitam a conservação do solo. Para isto se fazem culturas em faixa, em curva de nível ou em terraços.

O Ministério da Agricultura dará instruções detalhadas aos que as solicitarem.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO. — AV. GRAÇA RANHA, 226-3.º andar
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

Primeira mesa redonda da conservação do solo

O professor Geraldo Goulart da Silveira, da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura, ao encaminhar ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura em completo dossier sobre a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, enviou, também, o seguinte ofício:

"Tendo sido designado por V. S., para como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, conjuntamente com os colegas Alberto Ravache e Kurt Repsold, tomar parte na Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, partí, via aérea, para o Estado de S. Paulo, no dia 18 do corrente.

Em chegando ao Estado de S. Paulo, imediatamente compareci à Sociedade Rural Brasileira onde fui condignamente recebido em um ambiente de cordialidade e entusiasmo.

Neste primeiro dia de estadia em S. Paulo me foi dado conhecer toda a organização da Sociedade Rural Brasileira, o seu Instituto de Economia Rural, e os seus Departamentos Especializados, como por exemplo o Serviço de Assistência Social.

Através de palestras com o Dr. Raul de Medeiros, Presidente da Sociedade, Dr. Helio Schlittler Silva, Secretário Técnico do Instituto de Economia Rural, Dr. Olhôa Cintra, Secretário Geral e outros elementos da Sociedade Rural Brasileira, me foi dado conhecer, em seus detalhes, os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, resultante do memorável discurso pronunciado em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Ainda no dia 18 travei relações com colegas da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, especialmente os do Instituto Agrônomo de Campinas e do Serviço de Combate a Erosão, Irrigação e Drenagem, além de numerosos representantes de associações rurais, que já haviam chegado à S. Paulo.

No dia 19, como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura tomei parte na primeira reunião preparatória do conclave onde, por proposta minha, a vossa tese

foi incluída na VII Comissão Técnica, e a minha, na VI Comissão Técnica.

No mesmo dia, procedente do Rio, chegou o colega Alberto Ravache, que, depois de uma demorada visita à Sociedade Rural Brasileira, como nosso delegado, visitou comigo o Serviço de Fomento Agrícola Federal.



Aspecto da Sessão do dia 22, quando falava o Dr. Alberto Ravache, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

Dia 20, pela manhã, após ter estado na Sociedade Rural Brasileira, o colega Ravache e eu estivemos, com outras representantes da Sociedade Rural Brasileira, em visita a comitiva do Exmo. Snr. Ministro da Agricultura e, mais tarde, com a mesma comitiva, visitamos o Serviço de Combate à Broca do Café.

No período da tarde assistimos à bênção do pavilhão da Sociedade Rural Brasileira e, logo após, a sessão solene de inau-

guração da Primeira Mesa Redonda de Conservação do Solo, sob a presidência do Dr. Daniel de Carvalho.

Após a cerimônia, com a comitiva do Ministro da Agricultura, com numerosos Secretários de Estado e Chefes de Delegações, estivemos em visita à F.A.R.E.S.P.

No dia 21 fui eleito membro da VI Comissão, para onde havia sido remetida a minha tese sobre "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação de fertilidade do solo".



Sessão de encerramento: Fala o Prof. Gastão Goulart da Silveira, representante da Sociedade Nacional de Apicultura.

Nesta reunião, a pedido do Dr. Cory Gomes de Amorim, Presidente da comissão, tive a oportunidade de ler, para conhecimento dos colegas, a minha tese que, foi entregue ao Dr. Moacyr Pavageau, da Delegação do Estado do Rio.

O colega Alberto Ravache, ficou acompanhando os trabalhos da VII Comissão, para onde havia sido remetida vossa tese sobre "A conservação da fertilidade do solo como uma medida básica de defesa nacional".

Do dia 20 até o dia 25, o nosso trabalho na Sociedade Rural Brasileira foi muito intenso, pois tínhamos, diariamente:

a) — reunião das Comissões Técnicas das 8.00 às 12.00 horas;

b) — sessão plenária das 14.30 às 18.00 horas;

c) — sessão plenária às 20.30, que terminava, quase sempre, às 24 horas.

Nos intervalos das reuniões procurávamos sempre, estar em contacto com as delegações das sociedades rurais, afim de trocarmos idéias sobre os seus problemas.

No dia 21, a convite do Dr. Iris Meimberg, estivemos em uma reunião, às 17.00 horas na F.A.R.E.S.P., onde estavam presentes vários Secretários de Agricultura, chefes de delegações de Associações Rurais, etc.

Nesta ocasião, o colega Alberto Ravache teve ocasião de falar em nome da Sociedade Nacional de Agricultura.

Na terceira sessão plenária realizada no dia 22 à noite, foi levada à plenário a tese de vossa autoria intitulada "A conservação da fertilidade do solo como uma medida básica de defesa da agricultura brasileira", que, com parecer favorável do relator, Snr. Francisco Grohmann, foi unanimemente aprovada.

Coube ao colega Ravache, defender a vossa tese no plenário.

Na mesma sessão, foi submetida ao plenário a minha tese sobre "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da fertilidade do solo", que, com parecer favorável do relator, Dr. Moacyr Pavageau, foi unanimemente aprovada.

Coube-me, como membro da VI Comissão Técnica, relatar a tese "A necessidade do ensino em face da conservação do solo, dos agrônomos Laerte Ramos de Moura e Abramides Neto" que, com meu parecer favorável foi unanimemente aprovada pelo plenário, na 5.ª sessão, realizada à noite, no dia 23.

No dia 24, pela manhã, via aérea, voltou para o Rio o colega Alberto Ravache, permanecendo eu, até o final dos trabalhos, representando a Sociedade Nacional de Agricultura.

A Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo despertou grande interesse em todo o país.

O número de adesões ao conclave atingiu um total de cento e sessenta e quatro, entre elas a do Governador do Estado de S. Paulo, três Ministros de Estado, dezenove Secretários de Estado, oito do Congresso Federal, doze de Câmaras Legislativas Estadual e Municipais, autoridades eclesiásticas,

Prefeituras Municipais, Entidades Científicas, Associações de Classe, etc.

Durante a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo foram apresentadas e estudadas sessenta e oito teses, onze indicações e onze comunicações, o que é um índice expressivo do interesse que a mesma despertou.

Através da documentação anexa, poderá V. S. analisar melhor o que foi a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira.

E' digno de assinalar a valiosa cooperação do Dr. Alberto Prado Guimarães que tudo facilitou para que os delegados à Sociedade Rural Brasileira não encontrassem dificuldades e do Dr. Raul Medeiros, que igualmente, muito se interessou pelos delegados da Sociedade Nacional de Agricultura.

Dia 26, terminados todos os trabalhos, realizou-se a sessão solene de encerramento, durante a qual, como único delegado da Sociedade Nacional de Agricultura presente a mesma, fiz um discurso, cuja cópia encontra-se anexa ao presente relatório.

Dia 27, nada mais havendo a tratar em S. Paulo, embarquei, via aérea, para o Rio.

Agradecendo à V. S. a honrosa incumbência que me foi confiada, e que procurei desempenhar tendo em vista os elevados objetivos da Sociedade Nacional de Agricultura, aproveito o ensejo para reiterar os protestos da mais elevada consideração e apreço.

Geraldo Goulart da Silveira

(da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura).

Transcrevemos, a seguir, o discurso que o mesmo proferiu na Sessão Solene de encerramento da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, em época oportuna convocada pela Sociedade Rural Brasileira, tendo em vista o memorável discurso pronunciado por Sua Excia. o Snr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, no Município de Itaperuna, no Estado do Rio.

Discurso pronunciado pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, na Sessão de Encerramento da

Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

Exmo. Snr. Representante do Governador do Estado.

Exmo. Snr. Secretário da Agricultura-Snr. Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Minhas Senhoras.

Meus Senhores.

Seja-se permitido, no momento em que, com tanto brilho encerram-se os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo convocada pela Sociedade Rural Brasileira, dizer algumas palavras em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, aqui representada por uma delegação de elementos da sua diretoria, da qual tenho a honra de fazer parte.

A Sociedade Nacional de Agricultura que há mais de cinquenta anos vem trabalhando com todo o interesse e carinho pela agricultura nacional, e, com todo empenho, tem procurado defender os legítimos interesses dos agricultores, não podia deixar de acudir ao apêlo de sua congênere — Sociedade Rural Brasileira — que, em seus trinta e dois anos de fecunda existência, já conta com um grande acervo de assinalados serviços prestados à lavoura nacional.

Aqui comparecemos, Senhor Presidente, para emprestarmos a nossa colaboração à Sociedade Rural Brasileira que, com esta Primeira Mesa Redonda de Conservação do Solo, procurou focalizar um dos mais palpitantes problemas da agricultura nacional.

Motivos imperiosos impediram que o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, aqui comparecesse, como era de seu desejo, chefiando a delegação que houve por bem designar para representar a nossa associação de classe nos trabalhos que ora, com tanto êxito, se encerram.

Embora ausente, tem o Dr. Torres Filho acompanhado com vivo interesse, como lhe é peculiar, todos os trabalhos da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

Muito feliz e oportuna, Senhor Presidente, foi a convocação da Sociedade Rural Brasileira para que nesta memorável reunião, acudindo à uma advertência do Exmo. Snr. Presidente da República em seu discurso de Itaperuna, técnicos e agricultores estudassem e debatessem em seus múltiplos e variados aspectos, os problemas relacionados com a conservação do solo.

Que em tão poucos dias muito se tra-

balhou, atesta o elevado número de teses e comunicações que, convenientemente estudadas e analisadas no seio das Comissões Técnicas, foram amplamente debatidas no plenário, em um magnífico ambiente de cordialidade e elevados objetivos.

Dos estudos e debates havidos, resultaram, sem dúvida, conclusões do mais elevado interesse para o país.

E' preciso que os nossos agricultores, através de suas prestigiosas associações de classe, não só estudem os problemas que de perto lhe dizem respeito, e façam chegar aos poderes competentes as suas justas reivindicações, como também, colaborem com esses mesmos poderes nos estudos dos problemas nacionais, como com grande brilhantismo, vem de fazer a Sociedade Rural Brasileira, com esta Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo.

A Sociedade Nacional de Agricultura tem trabalhado, também, nêsse sentido, e bem sabe as dificuldades que se apresentam para a realização de tão interessantes reuniões.

Através de congressos, conferências, reuniões, etc., tem ela debatido e estudado os problemas de nossa agricultura, e emprestado a sua colaboração para levar aos poderes públicos, o pensamento da lavoura, as suas reivindicações, os seus anseios.

O ambiente de entusiasmo, idealismo, boa vontade e brasilidade que aqui reinou, é bem o atestado do quanto de útil e profícuo pode conseguir a classe agrícola através de reuniões como esta, em que técnicos e agricultores, irmanados nos mesmos objetivos, juntos trabalharam.

Está, pois, de parabens, a Sociedade Rural Brasileira.

A Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, em tão boa hora convocada, decorrente do grito de alerta do Exmo. Snr. Presidente da República, alcançou indiscutível êxito.

Eu me congratulo, portanto, Senhor Presidente, com a Sociedade Rural Brasileira e formulo votos para que, dos estudos e recomendações da Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, estudos e recomendações que tão bem focalizaram um problema de indiscutível oportunidade e relevância, resultem melhores dias para a agricultura nacional, agricultura pujante de possibilidades, agricultura que garante a nossa subsistência, agricultura que abastece grande parte de nossas indústrias, agricultura que foi e ainda é o alicerce econômico do Brasil.

CR I A D O R E S

**Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.**

VACINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS. PRODUTOS PARA TÔDAS AS DOENÇAS E PARA TÔDAS AS ESPÉCIES ANIMAIS.

Na febre Aftosa — KUROS E COLLOIDO-CÁLCIO

Para banheiros carrapaticidas — CAVIÃO.

Nas bicheiras e bernês — CRESOS.

Nas verminoses — FENOTIAZINA — FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.

Peçam folhetos e preços aos representantes nos Estados ou aos

**Laboratorios
Raul Leite S. A.**

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130 — RIO

Alguns subsídios para a história do cooperativismo no Brasil. A secção de Crédito Agrícola do Fomento Agrícola Federal

por **Fábio Luz Filho**

Quando o Ministério da Agricultura baixou, em 1927, a lei 17.339, de junho, regulando a fiscalização dos bancos Luzzitti e caixas Raiffeisen, e, seis meses depois, assumi, por designação do **Dr. Artur Torres Filho**, a chefia da Secção de Crédito Agrícola, ponto de partida da reação que salvou o cooperativismo no Brasil, o panorama cooperativista era sombrio. Limitava-se o seu campo a falsos bancos populares cooperativos e a caixas rurais, Raiffeisen, doutrinariamente menos desajustadas dos seus princípios, embora, no geral, nitidamente confessionais. Fôra disso, uma ou outra cooperativa de consumo, sobrelevando-se a tôdas a de Santa Maria, como é sabido.

Pessoas pouco sinceras, com apóio em políticos influentes, principalmente nos Estados do Rio e do Norte (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, etc.), dirigiam êsse movimento de deturpação. Nossa luta foi árdua. Ao lado de livros que com sacrifício editávamos, iam divulgando oficialmente milhares de folhetos, instruções com estatutos, formulários, etc., organizando, assim, eu, o **Dr. Saturnino Brito** e o **Dr. Adolfo Gredilha**, apoiados pelo **Dr. Artur Torres Filho**, a resistência, que culminou na negação de registos aos falsos bancos populares e a numerosas caixas rurais, e na revogação da lei 1.637, com a consequente promulgação da lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, fruto dos esforços e dos conhecimentos especializados dos técnicos da Secção de Crédito Agrícola, e hoje substituída pelo decreto-lei 5.893, na gestão do **Dr. José Arruda de Albuquerque**, digno e operoso diretor do **Serviço de Economia Rural**.

As Inspetorias Agrícolas, sob a douda direção do Sr. **Artur Torres Filho**, foram sendo paulatinamente, por nós, daquela Secção, (fundada em 1926), orientadas quanto ao verdadeiro aspecto doutrinário do cooperativismo, deformado por falsos pregoadores.

Dos Estados do Norte, a Paraíba, que tivera no **Dr. Diógenes Caldas** um dos paladinos do movimento lúdimo das caixas Raif-

feisen, logo seguiu a verdadeira orientação da Secção de Crédito Agrícola; Pernambuco, então um deserto cooperativista, teve no **Dr. Raimundo Fernandes e Silva**, um esforçado propugnador da legítima orientação, infelizmente sem a repercussão, merecida, de vez que o desconhecimento dos verdadeiros princípios, como nos demais Estados, acobertava essa campanha de demolição e resistência pela inércia. Alagôas teve nos **Drs. Evaristo Leitão e João Palmeira**, organizadores sinecros, entre outros fiéis seguidores da nova e lidima orientação. Outros Estados foram trilhando a mesma senda, surgindo aos poucos os atuais Departamentos, com suas credenciais e suas realizações. Mas, foi no Rio Grande do Sul que a campanha da Secção de Crédito Agrícola encontrou clima mais propício, notadamente para as primeiras e verdadeiras cooperativas agrícolas de transformação e venda do Brasil, alicerçadas em fundamentos sólidos.

Servindo com o **Dr. Luiz Gomes de Freitas**, operoso chefe da Inspetoria Agrícola no Rio Grande do Sul, teve o **Dr. Paulo Monteiro de Barros**, o mérito, que ninguém lhe pôde negar, de, após o interregno de estagnação que se seguiu à propaganda Paternó (1911), fazer ressurgir, reestruturado, em 1929, o cooperativismo agrícola de transferências no Rio Grande do Sul, dentro da orientação da Secção de Crédito Agrícola, que, mais tarde, se consubstanciou na lei 22.239, que firmou princípios basilares da teoria cooperativa e antepôs um dique definitivo à deturpação.

Em 1929, surgiu em Forqueta a primeira pura cooperativa agrícola de transformação do Brasil (cooperativa vitivinícola), como, ao influxo da propaganda da Secção que u dirigia, foi fundada em 1931, em São Paulo (Cruzeiro), a primeira de laticínios do Brasil em moldes verdadeiros, então, considerada a melhor usina de S. Paulo. Minhas visitas a Cruzeiro, e meu livro "Cooperativas Escolares", possibilitaram a fundação, em 1933, da primeira cooperativa escolar do Brasil, nessa mesma cidade.

Outras cooperativas se sucederam no Rio Grande do Sul.

Ao percorrer este grande Estado em 1936, tive oportunidade de aquilatar da extensão da obra realizada.

O Rio Grande do Sul, então se avantajava sobre todos os Estados do Brasil, constituindo o seu maior campo experimental no gênero, dada a multiplicidade de formas nêsse grande Estado surgidas (até cooperativas de navegação), um dos vanguardeiros que se tornou do movimento, que, anos depois, atingiu outros Estados. Já era êle pioneiro e campeão do cooperativismo de crédito (1902). Para se ter idéia do vulto da obra realizada pela **Secção de Crédito Agrícola**, com, apenas, três funcionários extra-numerários, e apôio da Inspetoria Agrícola, basta atentar no ambiente de lutas sem tréguas que então existia, nêsse Estado, entre sindicatos de capitalismo e cooperativas vitivinícolas, e o aspêto político que na época essas cousas revestiam.

A **Secção de Crédito Agrícola** espalhava a idéia pelo Barsil a mancheias, numa

abnegação de apostolado, na primeira tentativa séria de vitalizar um dos aspectos fundamentais de nossa economia rural.

O pequeno mais perseverante grupo inicial atacou, num terreno prático de realizações, um dos mais delicados e decisivos setores da economia rural brasileira. E sofrendo, ironias, motejos, e chacotas... Vivíamos, então, insulados no nosso idealismo e patriótico esforço, tendo apenas o apôio reconfortante de um **Artur Torres Filho** e de um **Luciano Pereira**.

Eramos todos considerados como visionários e quase como idiotas ou esmaniados. Até na própria Escola Superior de Agricultura professores de economia bulhavam conosco...

Nessa atmosfera mantivemos nossa impertérrita tenacidade. E o cooperativismo venceu, e a ex-Secção de Crédito Agrícola (1925), trabalhosa, idealista e insulada em meio à indiferença geral, cresceu, agigantou-se, sendo hoje o que é: o **Serviço de Economia Rural**, terceira etapa final de sucessivas transformações.

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

(CARBÚNCULO SINTOMÁTICO)

(CARBÚNCULO HEMÁTICO)

(PNEUMOENTERITE)

40 ANOS DE ABSOLUTOS SUCESSOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

RUA LICÍNIO CARDOSO, 91

Telefone: 28-9966

Caixa Postal, 1420

Rio de Janeiro

Consultas e Informações

Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

O abacaxizeiro e sua propagação

Esclarecendo à um nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que, normalmente, o abacaxizeiro é propagado por meio de rebentos (mudas formadas em torno dos próprios pés de abacaxizeiros), ou, por meio de filhotes, (os filhotes formam-se na base do pedúnculo). Si bem que não sejam utilizados por não apresentarem vantagens, a multiplicação por meio da corôa de folhas e a multiplicação por meio de fragmentos do pedúnculo, também são viáveis.

Cursos de Botânica Agrícola

Respondendo ao Snr. J. P., do Distrito Federal, temos a informar que no corrente ano, da mesma forma que no ano anterior, serão realizados na Escola de Horticultura Wencesláu Belo em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, cursos práticos de Botânica Agrícola. Os cursos serão realizados pela manhã, aos domingos, na referida Escola, situada no Caminho Maria Angú, 480, Penha.

Arados de aiveca fixa

Respondendo ao Snr. J. C., nosso consócio do Estado do Espírito Santo, temos a informar que o arado de aiveca fixa, não se presta para arar terrenos um tanto inclinados, como os do consulente.

Conservação de flôres

Respondendo à Snra. J. C., do Distrito Federal, temos a informar que são comumente recomendados para a conservação de flôres, vários processos, e, entre eles, os seguintes:

a) mergulhar as flôres em uma solução de sal de amoníaco, em água, na proporção de um litro de água para cinco gramas de sal de amoníaco.

b) mergulhar o pedúnculo em água com uma aspirina.

Clima e solo para a mangueira

Esclarecendo à um nosos consócio da Bahia, temos a informar que a mangueira é uma fruteira tropical que se desenvolve bem no Brasil, especialmente no nordeste, onde encontra condições ideais para a sua cultura.

A mangueira prefere os terrenos secos e permeáveis, de natureza sílico-argilosa, contendo uma porcentagem razoável de humus.

Nos terrenos frios e húmidos, não é viável a sua cultura em condições econômicas.

Novos Cursos Práticos

Respondendo à Snra. V. S., do Distrito Federal, temos a informar que serão realizados na Escola de Horticultura Wencesláu Belo, no período de abril a junho de 1949, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos: Jardinocultura, Reflorestamento, Cultura de Raízes e Tubérculos Hortícolas, Estatística Agrícola, Multiplicação Vegetal, Restauração de Pomares, Cálculos e Medidas Agrárias, Melhoramento do Solo, e Organização de Museus Escolares. Todos os cursos são inteiramente gratuitos.

Conservação do solo

Vem de ser realizada em S. Paulo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, a Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, que obteve completo êxito, conforme atesta o elevado número de teses aprovadas, todas elas de elevado alcance e interesse.

A Sociedade Nacional de Agricultura fez-se representar, na referida Mesa Redonda por uma delegação de três técnicos e apresentou duas teses, uma de autoria de seu Presidente, Dr. Arthur Torres Filho, e outra do Professor Geraldo Goulart da Silveira, ambas aprovadas por unanimidade.

Sociedade Nacional de Agricultura

Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de Março de 1949, sob a presidência do sr. Alberto Ravache

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e nove, às 17 horas, no salão de sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, à Avenida Franklin Roosevelt N.º 115, 6.º andar, presentes os senhores sócios constantes do livro de presença, o Sr. Antônio de Arruda Câmara, 3.º Vice-Presidente, na ausência, por doente, do presidente Dr. Artur Torres Filho, abriu os trabalhos. Disse que assim o fazia na ausência, também, do Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente, atualmente nos Estados Unidos, e do Sr. Edgard Teixeira Leite, 2.º Vice-Presidente, que ainda não havia chegado, e explica os fins da assembléia. De acordo com os Estatutos, pedia aos presentes a indicação de um presidente para os trabalhos. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira indica o sócio Sr. Alberto Ravache, aclamado por uma salva de palmas. Este assume a presidência e convida para secretários os Srs. Goulart da Silveira e Ben-Hur Ferreira Raposo, mandando que o primeiro procedesse à leitura da ata da sessão anterior. O Sr. Goulart propõe que se dispense a leitura desse documento, já do conhecimento da grande maioria, a fim de poupar tempo. O Sr. Presidente submete a discussão a proposta e em seguida a votos, esclarecendo que a aprovação importaria em admitir a casa pleno conhecimento da dita ata. A proposta é aprovada por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Arruda Câmara que, em nome do presidente, Sr. Artur Torres Filho, procede à leitura do relatório referente ao período administrativo de 1947-1948. É um documento, embora sintético na sua forma, bastante longo, suscitando entre os presentes os seus vários capítulos o maior interesse, e está vasado nos seguintes termos:

“Relatório apresentado à Assembléia Geral de Sócios da Sociedade Nacional de Agricultura, relativo ao biênio 1947-1948.

Prezados consócios,

Obediente a preceito estatutário, dou-vos conta, sucintamente, da atividade da nossa instituição no ano de 1947-1948, atividade essa que, silenciosa às vezes, muito resultado, contudo, trouxe à nossa classe agrícola.

Procuramos, nesse espaço de tempo, manter sempre altos os designios desta Casa, e seguir a sua tradicional política de amparo à agricultura, em franca e leal cooperação com os poderes públicos. Por outro lado, o programa de atividade a que poderíamos chamar de interna, ou administrativa, ocupou boa parte do tempo do Presidente, sempre apoiado e coadjuvado pelos companheiros de Diretoria. Aqui deixo, desde logo, o meu melhor agradecimento a esses consócios, cuja cooperação muito contribuiu para que a Di-

retoria alcançasse os melhores resultados nos seus trabalhos.

Falecimentos

Durante o biênio, registou a Diretoria o falecimento de um dedicado amigo e colaborador, o Dr. Hilário Luiz Leitão, membro da Diretoria Técnica, tendo a Sociedade lhe prestado todas as homenagens a que fazia jus a sua apreciável soma de serviços à Sociedade e à agricultura.

Também os antigos consócios, Sr. Frederico Ferreira Lima e Antônio Carlos Simoens da Silva, faleceram em 1948, o que deixamos registado, com o nosso pesar.

Cinquentenário da Sociedade

A 16 de janeiro de 1947, comemorou a Sociedade o seu 50.º aniversário de fundação. Uma comissão foi organizada para elaborar o projeto de comemorações, dele resultando a cunhagem de uma medalha (em ouro, prata e bronze), e a publicação de um número especial de “A Lavoura”, com 142 páginas. Acha-se em execução o índice alfabético dos 50 anos dessa revista, trabalho de que foi encarregado o redator-secretário da mesma, Sr. Luiz Marques Poliano, que ainda não o pôde terminar.

Organização das classes rurais

Tem funcionado regularmente, na Sociedade, a comissão incumbida de pôr em prática a organização das classes rurais, prevista no Decreto-lei N.º 8.127, de 24 de outubro de 1945. Essa comissão, como se sabe, é composta do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; do Dr. Oscar Daudt Filho, Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; do Dr. Iris Meinberg, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; do Dr. Antônio de Arruda Câmara, representante do Ministério da Agricultura e do representante da Sociedade Mineira de Agricultura, tendo como secretário ao Sr. Luiz Marques Poliano, funcionário do Ministério da Educação, posto à disposição da Agricultura para esse fim. A presidência tem mantido permanente contato com os demais membros, sediados nos Estados, tendo, mesmo, realizado algumas reuniões, como aconteceu recentemente, quando solicitado pelo Sr. Ministro da Agricultura para opinar sobre as sugestões de entidade estadual quanto à reforma do Decreto-lei N.º 8.127. A maioria, presente, foi pela manutenção da lei, como está redigida, devendo qualquer reforma basear-se numa experiência maior do Decreto-lei. O Ministério da Agricultura, pelo Serviço de Economia Rural, publicou em 1947 um utilíssimo folheto contendo não somente aquele decreto e o respectivo regulamento,

como o organograma e modelos de atas de fundação e mais esclarecimentos necessários à fundação das instituições previstas no referido diploma. Esgotado esse folheto, procurou a Sociedade dar a sua colaboração, e fêz publicar, no ano passado, sob o título "Organização Rural", com uma tiragem de 3.000 exemplares, um opúsculo tratando do assunto, inclusive esclarecendo os nossos meios rurais sobre os objetivos do decreto-lei N.º 8.127. A distribuição foi largamente feita mas se nos afigura necessário uma 2.ª edição do folheto organizado pelo Serviço de Economia Rural, sendo, mesmo, de sugerir que, pela sua utilidade, seja essa publicação custeada pela própria Sociedade. O movimento continua e já se pôde afirmar que os intuitos da Sociedade, ao encabeçá-lo, já estão atingidos. Nada menos de 7 federações estaduais já estão funcionando no país e centenas de associações, dos vários tipos previstos na lei, se organizaram e atuam, sob registro no Ministério da Agricultura. Vários Estados, como Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Paraná, estão em condições de fundarem as respectivas federações. E' por desejar que a Confederação Rural Brasileira surja como força nacional que ainda não foi a mesma fundada. Esse evento deverá efetivar-se no correr do pre-

sente ano. Releva notar que não têm sido poucas as despesas que a Sociedade tem feito para os resultados já alcançados, pois é na sua sede que se acha instalada a Comissão que preside esse movimento de redenção da nossa vida rural.

Federação das Associações Rurais do Distrito Federal

Dispõe o art. 15 do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, que "A Sociedade Nacional de Agricultura, por ser a instituição rural mais antiga, com ação em todo o país, terá na assembléia geral da Confederação Rural Brasileira 2 representantes, cabendo-lhe, ainda, a representação como órgão federativo do Distrito Federal.

Em virtude dessa faculdade, houve por bem o Ministério da Agricultura investir a nossa Sociedade das funções e prerrogativas de Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, sendo-lhe, por isso, "outorgados todos os direitos estabelecidos na lei que dispõe sobre a organização da vida rural brasileira". Está a Sociedade movimentando os meios agrícolas da Capital no sentido de fundar associações locais, sem embargo do aproveitamento e adaptação de outras, já

FUNDAÇÃO DOS MUNICÍPIOS



Reunião convocada e presidida pelo Ministro da Justiça, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, composta de representantes de associações da classe, dentre elas a Sociedade Nacional de Apicultura, nos dias 7, 9, 11 de fevereiro, afim de estudar o ante-projeto de estatutos da "Fundação dos Municípios", órgão esse destinado à "revitalização dos municípios brasileiros". Essa organização vem merecendo, pela sua estruturação e elevados objetivos, os mais francos aplausos.

existentes, algumas com longo passado de serviços à causa da agricultura do Distrito Federal.

Reforma agrária

A Sociedade, tendo estudado o projeto de reforma agrária do então Deputado Nestor Duarte, submetido à Câmara dos Deputados, e tendo discordado do mesmo em muitos pontos resolveu fazer publicar um folheto sobre o título acima no qual incorporou não só a sua opinião, mas também a de diretores, associados e estudiosos da matéria, com o fim de alertar os interessados, propiciando assim um exame mais detido da importante matéria. Esse folheto, que alcançou a tiragem de 5.000 exemplares, foi distribuído aos municípios, associações rurais, aos órgãos da imprensa, aos sócios e a todos quantos o solicitaram. Felizmente, o projeto foi abandonado. A sua adoção, com as linhas que o norteavam, viria trazer as mais graves consequências à economia rural do país.

Convênio comercial com o Chile

A Sociedade debateu, em tempo, o convênio de cooperação assinado com o Chile. Nesse convênio, o Brasil se obrigava a, pelo espaço de três anos, não estabelecer usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenosos sintéticos. Além disso se comprometia ainda nosso governo a não dar facilidades nem conceder privilégios ou proteção aduaneira a quaisquer pessoas de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas daquele produto. A Sociedade considerando importante essa matéria no que toca à fertilização de nossas terras, designou uma comissão composta dos Srs. Teixeira Leite, Enio Leitão, Adamastor Lima, Antônio Barreto e Eumenes Marcondes de Melo, para emitir parecer a respeito. Esse parecer, uma vez elaborado foi, a pedido da mesa da Câmara, enviado àquela casa do Congresso, que terá de opinar a respeito do tratado em definitivo.

Distribuição de sementes

A Sociedade, durante 1947 e 1948, fez larga distribuição, não só aos seus sócios mas a qualquer interessado, de sementes de soja, cereal Adlay, mucuna, amendoim, trigo sarraceno e café. A revista *A Lavoura* publicou em vários dos seus números informações a respeito da utilidade e dos métodos de cultura dessas plantas.

A Lavoura

Em 1949 entrou a revista da Sociedade no seu 53.º ano de existência. E', no gênero, a mais antiga que se publica no Brasil, formando no número daquelas raras publicações que no país alcançaram tão longa vida contínua. E' de notar a regularidade com que vem sendo publicada *A Lavoura*. Foi melhorado o seu aspecto material, mais bem distribuída a matéria de que se compõe, aumentado o número de páginas e também a respectiva tiragem. Essa, dada a procura sempre maior, tanto no Brasil como no estrangeiro, tem o seu número de exemplares sempre mais escasso e não fôsse o alto custo, sempre crescente, da impressão, seria de aconselhar o respectivo aumento.

Sessões da Diretoria — Palestras e Conferências

Realizaram-se, durante o período, numerosas sessões de Diretoria. Aí não se incluem reuniões de comissões e sobre assuntos especiais, cujo número foi muito superior àquele. Durante as sessões, sempre muito concorridas, fizeram-se ouvir técnicos sobre assuntos de interesse da agricultura e economia e, em resultado dos debates, foram adotadas pela Sociedade providências do maior alcance em benefício da classe.

Biblioteca

Continua em organização a nova biblioteca da Sociedade, que já conta com bom acervo em suas estantes, graças a numerosas doações, dentre as quais as dos Srs. Amílcar Savassi, Mário Carneiro, Gustavo Adolfo Bally, Randolfo Chagas, Comissão Brasileiro-Americana, Alverto Ravache, e outros. Ao lado disso, aquisições, por compra, enriqueceram, de muito, esta útil dependência da Sociedade. A Diretoria está empenhada em organizar o catálogo para tornar livre a consulta ao público, tendo designado a funcionária Marta Mendes de Brito para, sem prejuízo de suas funções na Secretaria, dar andamento a esse serviço.

Séde Social

A séde atual da Sociedade ocupa toda a frente do 6.º pavimento do edifício Itanagra, sobre a Avenida Franklin Roosevelt. A aquisição dessa propriedade em boas condições de preço, há cerca de quatro anos proporciona à instituição um razoável alojamento para as suas secções administrativas e reuniões. Pôde a Diretoria ultimar as providências, um pouco retardadas pelas exigências burocráticas, para a assinatura da escritura definitiva, inclusive liquidando com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a parte financiada. O custo total do imóvel, inclusive despesas de cartório, registro, imposto de transmissão, etc., alcançou a cifra de Cr\$ 1.297.500,00 (um milhão duzentos e noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros).

Casa da Agricultura

E' um capítulo obrigatório de nossas resenhas, o da séde definitiva da Sociedade Nacional de Agricultura. Há mais de três anos, quando nos foi, pelo governo federal, doado o terreno, aqui próximo, na Avenida Presidente Justo, tem a Diretoria diligenciado para realizar esse sonho de todas as administrações da Sociedade. Já vos tenho dado conta de nossas providências junto à Caixa Econômica para a obtenção do respectivo financiamento; referi já o contrato celebrado com a firma construtora, e as condições do mesmo, bem como aos planos de construção. Neste biênio, tendo-se feito muito, pouco de concreto, entretanto, pôde ser alcançado. E' que inúmeras dificuldades têm surgido e, vencida uma, outra surge, correndo o tempo, que não conhece empêços na sua marcha. Em setembro do ano passado, conseguiu a Sociedade, com o auxílio decisivo do Ministério da Agricultura, a realização dos serviços de sondagem do terreno, tendo sido de 22 metros a profundidade do terreno sólido. Nada custou aos cofres da Sociedade esse trabalho

indispensável, daí resultando uma economia de vários milhares de cruzeiros. Os trabalhos de cálculo de concreto foram entregues, por concorrência entre os especialistas, a conceituado técnico, o qual também já terminou a sua tarefa. Em 16 de janeiro do ano passado, um grupo de diretores e amigos da Sociedade fez lançar, no local, a pedra fundamental do início da construção, do que foi lavrada uma ata. O processo de licença, encaminhado à Prefeitura, levou esta a exigir o pagamento de cerca de 30.000 cruzeiros, a título de taxas. Não se conformou com a cobrança a Sociedade que, pelo decreto que lhe concedeu o terreno, tem isenção completa de quaisquer impostos, taxas, emolumentos, onus ou gravames, criados ou a se criarem, federais ou municipais, não só quanto ao terreno mas também quanto às bemfeitorias que nele forem feitas. Apelou sem resultado e, no momento, defende judicialmente esse seu direito, que não se cifra ao caso presente, mas ao futuro imóvel, se o precedente não for eliminado. Releva, também, referir o caso do financiamento pela Caixa Econômica. Já vos dei notícia, na assembléia passada, de que com esse estabelecimento firmáramos contrato para um empréstimo de Cr\$ 4.000.000,00 com os quais pretendíamos iniciar as obras. Em-

pregados esses recursos, por meio de uma segunda hipoteca, não seria difícil obtermos o restante, para a terminação do edifício. E' que a Caixa, para a quantia estipulada não se baseiou em avaliações, tanto que o terreno, na própria doação de há 3 anos, era avaliado pelo Domínio da União em Cr\$ 4.500.000,00. Hoje, esse imóvel vale, pelo menos, o dôbro. Com os 4.000.000 de cruzeiros aí empregados, alcançaria o imóvel cerca de Cr\$ 13.000.000,00 e sobre esse montante é que teríamos de basear a 2.ª hipoteca. Mas as nossas previsões foram traídas por uma interpretação regulamentar da Caixa Econômica, segundo a qual somente depois de haver a Sociedade aplicado Cr\$ 2.500.000,00 no terreno, é que ela entraria com os Cr\$ 4.000.000,00. Além do impasse da licença, este outro. A Diretoria está acompanhando os trâmites do seu recurso contra a Prefeitura e espera vê-lo vitorioso (*). Ao mesmo tempo, utilizando autorização aprovada na assembléia passada, está ultimando as providências para

(*) Por sentença do M.M. Juiz Dr. Eduardo Jara, de 21-3-49, que publicaremos no próximo número, foi concedida à Sociedade a segurança pedida, e reconhecido assim o direito da instituição à isenção do pagamento das taxas da licença.

FUNDAÇÃO DOS MUNICIPIOS



Reunião no Gabinete do Sr. Ministro da Justiça, sob a presidência do respectivo titular, dos presidentes da Associação dos Municípios, Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade Brasileira de Estatística, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Associação Brasileira de Planejamento, Sociedade Brasileira de Educação, e Instituto Brasileiro de Estatística, para exame do ante-projeto de Estatutos da "Fundação dos Municípios", oportuna iniciativa do Ministro Adroaldo Mesquita da Costa.

a venda, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, da parte restante (cêrca de 9.000 m².) do lote que foi autorizada a vender, em tempo, desmembrado do Horto da Penha. Obteve um preço compensador (2 milhões de cruzeiros). Com êsse numerário, não lhe será difícil iniciar as obras, preparando-se, assim, para receber o empréstimo de 4.000.000 de cruzeiros da Caixa Econômica. Seria conveniente que a assembléia solicitasse à diretoria que fôr eleita a adotar essas e outras providências que se tornam necessárias à consecução da velha aspiração da Casa.

Semana do Fazendeiro, em Viçosa

Acedendo ao gentil convite da direção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Viçosa, a Sociedade compareceu à Semana do Fazendeiro, de 1948, por intermédio de uma comissão composta do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, do horticultor Romeu Rampaso, do Secretário da revista A Lavoura, Sr. Luiz Marques Poliano. O primeiro dêles escreveu um trabalho sôbre o título "O que é uma semana de fazendeiros, em Viçosa", publicado no número de A Lavoura, de novembro daquele ano.

O Cooperativismo na Inglaterra

Recebeu a Sociedade, em 1948, a honrosa visita de Mr. George Woods, membro do Partido Trabalhista inglês e proeminente figura do movimento cooperativista em seu país. Durante essa visita e na presença dos Srs. Carlos de Lacerda, Waldick Moura, Clifford Germann, Rafael Xavier, Fábio Luz Filho, Diógenes Caldas, Arruda Câmara, José de Sales Fonseca, José Vieira de Melo Filho, Flávio de Brito e Maurício Costa, fêz uma interessante palestra sôbre o movimento cooperativista, na Inglaterra. A sua palestra vem publicada no número de outubro, da A Lavoura.

Seguro Agro-pecuário

Tomando conhecimento do oportuno projeto apresentado ao Congresso pelo Senador Atílio Vivácqua, a Sociedade apoiou junto a êsse ilustre parlamentar a sua idéia, oferecendo-lhe, além disso, diversos subsídios colhidos em seu arquivo, inclusive as conclusões a respeito votadas na II Conferência Nacional de Pecuária. Todos êsses subsídios foram devidamente apreciados pelo representante espiritosantense e acabam de ser publicados no "Diário do Congresso".

Fundação Getúlio Vargas

No capítulo em que tratamos da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, fazemos pormenorizada referência à colaboração mantida entre as duas instituições, no período referido. Tudo aconselha que se estreite essa colaboração, à vista dos resultados alcançados.

Comissão Permanente de Exposições e Feiras

Nessa Comissão, que funcionou no Ministério do Trabalho e na qual a Sociedade tem assento permanente, tem representado os interesses da agricultura o nosso prestimoso consócio Sr. Alberto Ravache.

Comissão Central de Preços

Dois representantes, um da lavoura outro da pecuária, os Srs. Edgard Teixeira Leite e Jerônimo Antônio Coimbra, respectivamente, ambos indicados pela Sociedade, defendem ali os interesses da classe. O trabalho de ambos tem sido por todos os títulos eficiente e louvável.

Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Nesse órgão, filiado à ONU e que funciona junto ao Ministério das Relações Exteriores, tem a Sociedade a participação, sendo representada pelo seu ilustre 1.º Vice-Presidente, Dr. Luiz Simões Lopes.

Comissão de Intercâmbio com o Exterior

E' órgão do Ministério da Fazenda, junto ao Banco do Brasil. A Sociedade foi designada em lei para representar, aí, os interesses da agricultura. E' o desdobramento da antiga Comissão de Prioridades, da Carteira de Importação e Exportação, do Banco do Brasil, sendo a sua função de grave responsabilidade, por depender dela todo o material de origem estrangeira que entra no país. A Diretoria manteve no novo órgão o seu antigo representante, Dr. Edgard Teixeira Leite que, apesar de suas inúmeras ocupações como Secretário da Agricultura do Estado do Rio, não se negou a mais êste serviço à Sociedade e à produção.

Conselho Federal de Comércio Exterior

A Sociedade participa dêsse organismo desde a sua fundação, em 1934. Ininterruptamente, tem a nossa Casa participado dos trabalhos do Conselho Federal de Comércio Exterior em sua já longa existência através a representação do presidente da Sociedade. O seu nome foi êste ano reconduzido, por decreto de S. Exa. o Sr. Presidente da República.

Comissão de Tarifas Aduaneiras (Acordos de Genêbra)

Atendendo à solicitação contida em aviso do Sr. Ministro da Fazenda, a Diretoria da Sociedade designou seu representante junto à Comissão de que trata o art. 3.º da lei n.º 313, de 30 de julho dêste ano, ao Sr. Antônio de Arruda Câmara, 3.º Vice-Presidente. E' matéria da mais alta importância, o Acôrdio Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, de que o Brasil participou, e que interessa a um sem número de produtos de importação e exportação. O Dr. Arruda Câmara, para bem desempenhar-se dessa grave incumbência, manteve estreito contácto com as demais associações do país, tendo a sua colaboração sido das mais valiosas. Tendo viajado para o Vale Amazônico, a serviço do Ministério da Agricultura, designou a Diretoria para a dita comissão o Dr. Alberto Ravache, que deu, no seio da Comissão, continuidade ao alto conceito em que ali é tida a representação da Sociedade.

Outras comissões

Além de suas estreitas relações, sempre mantidas, com os órgãos dos poderes legislativo e

executivo, em particular com o Ministério da Agricultura, tem a Sociedade participado de trabalhos, comissões e estudos com entidades particulares e oficiais, como, por exemplo, o Conselho Permanente de Comércio e Produção, a Comissão Permanente de Estradas de Rodagem, a recente Mesa Redonda de Conservação do Solo, de São Paulo, o Congresso das Classes Produtoras a realizar-se em Araxá, tendo, para este conclave, organizado o temário relativo à agricultura. Têm colaborado nesse trabalho os consócios Alberto Ravache e Geraldo Goulart da Silveira que aliás, com o nosso colega Kurt Repsold, foram os nossos representantes na Mesa Redonda de Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, de S. Paulo.

Exposições e Congressos

Tem a Sociedade dado a sua adesão e em alguns casos participado de Congressos e Exposições promovidos por suas congêneres, como é o caso de citar, dentre outros, as Exposições de Campos, de Barra do Piraí, de Leopoldina, para as quais enviou, a título de estímulo, troféus para serem disputados em seus concursos. Tendo transcorrido o ano passado o 50.º aniversário da fundação da Sociedade Agrícola de Pelotas, designou seu representante junto às festividades o Dr. Luiz Simões Lopes, oferecendo também, valiosa taça de prata, para a Exposição Pecuária. A "A Lavoura" dedicou espaço em dois dos seus números para assinalar a efeméride.

Fundação dos Municípios

A Sociedade foi distinguida pelo ilustre Sr. Ministro da Justiça como uma das iniciadoras dessa oportuna e necessária organização. Por várias vezes, o Presidente da Sociedade compareceu a reuniões no gabinete de S. Exa., tendo colaborado, na medida de suas possibilidades, para dar à classe rural posição condigna na futura organização. Os trabalhos de comissão terminaram e o projeto está em vias de ultimção, na parte que compete ao Governo.

Situação Financeira

Sem considerar o patrimônio da Sociedade, representado pelo imóvel em que nos achamos, o terreno que nos foi doado e o valor, sempre aumentado do Horto da Penha, o que, tudo, atinge a algumas dezenas de milhões de cruzeiros, os recursos de que sempre pudemos dispor se cingem aos auxílios oficiais e às contribuições dos sócios. Esses recursos, que não podem ser confundidos com aqueles, são relativamente escassos, mas com eles tem a Sociedade podido atender às despesas da sua atividade, sendo as maiores despesas com os ordenados, A Lavoura e o expediente, já que e aluguel hoje não pagamos, antes, pelo contrário, contamos com uma pequena verba de receita, proveniente do aluguel de 2 salas deste grupo. No corrente exercício, graças aos esforços do Dr. Simões Lopes e à decisiva atuação do nosso amigo Senador Apolônio Sales, foi a nossa verba aumentada para 200.000 cruzeiros, o que nos deixará com maiores possibilidades nos trabalhos deste ano. A verba da Escola, de 150.000 cruzeiros, foi mantida, embora condicionado o seu recebimento à época posterior ao 2.º semestre, de acordo com a determinação presidencial, o que em

muito prejudicará os trabalhos do ano letivo. Quanto a esta parte, está a contabilidade à disposição dos senhores associados para quaisquer esclarecimentos que se tornem necessários.

Funcionários

A despeito do aumento do serviço, não admitiu a Diretoria senão um único funcionário de pequeno ordenado, para serviços de rua e limpeza. O quadro não é o mesmo de quando para esta casa viemos, porque é ainda menor, pois não preenchemos, por absoluta dificuldade financeira, o lugar do chefe da Secretaria falecido, limitando-nos a recorrer, para o preenchimento das funções, a antigos elementos do quadro. Em virtude de determinação judicial para aumento dos comerciários — categoria em que se enquadram os nossos funcionários —, foram estes aumentados de acordo com as tabelas aprovadas. Lamenta a Diretoria não poder dar-lhes mais, pois bem o merecem, por sua dedicação e pelos seus esforços.

Escola de Horticultura Wenceslau Belo

Foram múltiplas e proveitosas as atividades da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, não só por seus cursos normais, como pelos numerosos outros, avulsos e de extensão, realizados por iniciativa própria e em colaboração com o Ministério da Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas. Teremos, aqui, de resumir muito, para dar uma idéia dessas atividades:

1947

Cursos permanentes (Internato)

Hortelão — 2 anos, 21 matrículas.

Fruticultura — 2 anos, 21 matrículas.

Floricultura — 2 anos, 29 matrículas.

Nesse ano, concluíram o curso 7 fruticultores, 7 floricultores e 7 hortelões.

Cursos avulsos e de extensão (Em colaboração com o Ministério da Agricultura)

Horticultura — 28 matrículas, 15 aprovações.

Fruticultura — 139 matrículas, 73 aprovações.

Cursos Práticos (Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas)

Economia e Administração Rural — 129 matrículas, 62 aprovações.

Solos e Adubação — 26 matrículas, 15 aprovações.

Botânica Agrícola — 50 matrículas, 17 aprovações.

Jardinagem — 24 matrículas, 8 aprovações.

Viveiristas — 29 matrículas, 13 aprovações.

Hortas Domésticas — 51 matrículas, 23 aprovações.

Floricultura — 57 matrículas, 22 aprovações.

1948

Cursos Permanentes (Internato)

Hortelão — 54 matrículas.

Fruticultor — 39 matrículas.

Floricultor — 25 matrículas.

Cursos Avulsos (Em colaboração com o Ministério da Agricultura).

- Horticultura "A" — 15 matrículas, 13 aprovações.
- Fruticultura "A" — 56 matrículas, 29 aprovações.
- Horticultura "B" — 16 matrículas, 12 aprovações.
- Fruticultura "B" — 23 matrículas, 15 aprovações.

Cursos Práticos (Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas).

- Economia e administração rural — 3 cursos realizados, 135 matrículas, 76 aprovações.
- Hortas Domésticas — 3 cursos realizados, 78 matrículas, 49 aprovações.
- Solos e Adubações — 2 cursos realizados, 67 matrículas, 46 aprovações.
- Contabilidade Agrícola — 3 cursos realizados, 195 matrículas, 95 aprovações.
- Enxertia — 3 cursos realizados, 121 matrículas, 70 aprovações.
- Viveiristas — 2 cursos realizados, 79 matrículas, 47 aprovações.
- Botânica Agrícola, 2 cursos realizados, 108 matrículas, 61 aprovações.
- Herbários e Museus — 3 cursos realizados, 98 matrículas, 56 aprovações.
- Reflorestamento — 2 cursos realizados, 48 matrículas, 27 aprovações.
- Zoologia Agrícola — 2 cursos realizados, 92 matrículas, 60 aprovações.
- Restauração de Pomares — 1 curso realizado, 21 matrículas, 11 aprovações.
- Museus Zoológicos — 1 curso realizado, 55 matrículas, 33 aprovações.

1.ª Semana do Hortelão

No ano passado, sob iniciativa e orientação da Sociedade e da Fundação Getúlio Vargas, e com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, realizou-se na Escola de Horticultura Wenceslau Belo, a sua 1.ª Semana do Hortelão, que alcançou grande sucesso. Durante a "Semana", que congregou 25 lavradores de diversos Estados e 1 da Bolívia, foram ministradas 27 aulas, 12 palestras e 7 sessões cinematográficas. 1312 refeições foram, então, servidas aos semanistas. O Relatório da Escola pormenoriza em todos os seus aspectos, e até nas notas obtidas pelos alunos dos diversos cursos, a grande atividade do estabelecimento, fazendo, pois, parte integrante do Relatório do Presidente.

São estas, em linhas muito amplas, as principais faces da atividade da Diretoria que hoje entrega seu mandato. Não pôde ser feito mais. Contudo, nada seria feito com tanta vontade de acertar e de servir. a) Artur Torres Filho, Presidente".

Em seguida, manda o Sr. Presidente proceder à leitura do parecer da comissão de contas, concebido nos seguintes termos:

"PARECER: A Comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura para o exame de

contas no período de 1947-1948, tendo verificado cuidadosamente os livros de escrituração e todos os documentos comprobatórios dos pagamentos, recebimentos e mais operações, declara a escrituração exata e convenientemente comprovadora e organizada. Estando tudo em ordem, é de parecer que as contas no período referido devam ser aprovadas. Rio de Janeiro, 16 de março de 1949. aa) Severino Gonçalves Câmara; João Tjader; Orlando de Almeida e Albuquerque".

De acôrdo com os Estatutos, punha em discussão esse documento, ajuntando que os livros e documentação da contabilidade estavam à disposição de qualquer sócio, para serem examinados no momento. Como ninguém pedisse a palavra, é o parecer posto em votação, logrando aprovação unânime.

O Presidente suspende a sessão por cinco minutos, para que os srs. sócios se munam das células, visto como, em seguida, será procedida a eleição dos novos corpos dirigentes da Sociedade, para o período 1949-1950. Reaberta a sessão, são designados escrutinadores os Srs. Enio Leitão e Agrícola Castelo Borges, iniciando o secretário a chamada pelo livro de presença. Feita a segunda chamada, e ultimada a apuração, verifica-se a eleição, por 82 votos de chapas completas, e 2 de chapas alteradas, somente no conselho superior, da seguinte diretoria:

Presidente — Artur Torres Filho; 1.º Vice-Presidente — Luiz Simões Lopes; 2.º Vice-Presidente — Edgard Teixeira Leite; 3.º Vice-Presidente — Antônio de Arruda Câmara; 1.º Secretário — Frederico Murtinho Braga; 2.º Secretário — Adamastor Lima; 3.º Secretário — Eurico Santos; 4.º Secretário — Cinéas de Lima Guimarães; 1.º Tesoureiro — Kurt Repsold; 2.º Tesoureiro — Otto Frensel.

Diretoria Técnica: Alberto Ravache; Altino de Azevedo Sodré; Antônio Francisco Magarinos Torres; Enio Luiz Leitão; Franklin de Almeida; Geraldo Goulart da Silveira; Honório da Costa Monteiro Filho; João Maurício de Medeiros; Joaquim Bertino de Moraes Carvalho; Mário de Oliveira.

Conselho Superior: Alvaro Simões Lopes, Anápio Gomes, Antônio Barreto, Antônio José Alves de Souza, Apolônio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Carlos de Souza Duarte, Diógenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fábio Furtado Luz, Francisco Saturnino Brito Filho, Guilherme Egbert Hermsdorff, Humberto Bruno, Iris Meinberg, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisboa, Jenrônimo Antônio Coimbra, Joaquim Câmara Filho, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Júlio César Covelo, Landulfo Alves de Almeida, Luiz de Oliveira Mendes, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Júnior, Mário Vilhena, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Fontes, Pedro Calmon Moniz de Bitencourt, Roberto de Araujo Carneiro Campelo, Rui Carneiro, Sebastião Herculano de Matos, Sebastião Santana e Silva e Waldick Moura.

O Sr. Presidente declara, então, eleitos e empossados os referidos componentes da Diretoria e do Conselho Superior e pede que assumam a pre-

sidência, na ausência do presidente e 1.º vice-presidente eleitos, o Sr. Edgard Teixeira Leite, 2.º vice-presidente. Agradecendo, em seu nome e no dos companheiros, a sua escolha, declara livre a palavra para quaisquer assuntos de interesse social, de acordo com a ordem do dia. O Sr. Itagiba Barçante lê a seguinte indicação:

“Não tendo sido possível executar, até o momento, o contrato de empréstimo para a construção da “Casa da Agricultura”, assinado entre a Caixa Econômica Federal e a Sociedade Nacional de Agricultura, em virtude de exigir o regulamento daquela o prévio emprego, no terreno, de quantia não inferior a Cr\$ 2.500.000,00, a assembléia geral da Sociedade Nacional de Agricultura resolve:

a) — conceder-lhe poderes especiais para, atendendo à exigência da Caixa Econômica Federal, levantar fundos, assinar contratos, fazer segunda hipoteca, tomar providências, agir em juízo e fora dele, e de um modo geral e amplo, exercer quaisquer atos que a seu ver se tornem necessários para a construção da “Casa da Agricultura”;

b) — ainda com esse propósito ratificar a autorização da assembléia geral de 21 de março de 1947, relativa à venda da área remanescente de 9.992 metros quadrados de terreno, a serem desmembrados do Horto Frutícola da Penha e incluídos na autorização do decreto-lei n.º 662, de 1 de outubro de 1938, que autorizou a venda, no total ou parceladamente, de 200.000 metros quadrados. O produto dessa venda, deduzidas as despesas, terá exclusiva aplicação na construção da “Casa da Agricultura”;

c) — aprovar todos os atos praticados até o presente pela Diretoria, em virtude dos poderes à mesma concedidos nas assembléias gerais anteriores e, especialmente, nas de 22 de janeiro e 21 de março de 1947.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1949 —
aa) Alberto Ravache, Geraldo Goulart da Silveira, Pedro Goulart da Silveira Filho; Agrícola Castelo Borges; Ben-Hur Raposo, Paulo Gomes Soares; Waldir Gonçalves da Cunha; Severino Gonçalves Câmara; Juvenal Costa, Frederico Coutinho Braga; Eurico Santos, Antônio Francisco Magarinos Torres, Joaquim Bertino, Adamastor Lima, Itagiba Barçante e Enio Luiz Leitão.

O Sr. Adamastor Lima diz que o que ali se pede é apenas um reforço de autorizações anteriores e até estatutárias, de que dispõe a diretoria da Sociedade. E', em última análise, a atuação de poderes para a continuação de trabalhos que não podem ser interrompidos. Posta a votos, é a proposta aprovada por unanimidade.

O Sr. Geraldo Goulart da Silveira pede, sucessivamente, sendo aprovados, a votação das seguintes moções:

“Considerando que as atividades da Sociedade Nacional de Agricultura no biênio que findou, foram das mais eficientes e proveitosas, propomos:

— um voto de congratulações com a Diretoria cujo mandato terminou, especialmente com o Dr. Torres Filho, ora reeleito presidente da mesma, pela maneira acertada com que sempre conduziu os destinos da Sociedade Nacional de Agricultura”.

Sala de sessões, 20 de março de 1949.

VOTO DE PEZAR — Considerando que faleceu, no dia 4 do corrente, no Estado do Espírito Santo, o jovem horticultor Romeu Rampazzo, assistente de ensino da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, propomos:

“um voto de profundo pesar pelo falecimento de um profissional de grandes méritos e dedicado companheiro da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, como sempre foi o saudoso Romeu Rampazzo”.

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

MOÇÃO — Considerando que a Escola de Horticultura Wenceslão Belo é um modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura e que, desde a sua fundação, em 1947, vem sendo dirigida por um profissional que a ela se tem dedicado com raro devotamento, propomos:

a) — um voto de louvor e congratulações com a Sociedade Nacional de Agricultura que, com tanto idealismo mantém tão útil estabelecimento de ensino;

b) — um voto de louvor e cogratulações com o Dr. Antônio de Arruda Câmara, que, com tanto acerto, idealismo e abnegação, vem conduzindo a Escola por uma trilha de constante progresso e engrandecimento.

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

MOÇÃO — Considerando que a Fundação Getúlio Vargas vem prestando um valioso auxílio à Escola de Horticultura Wenceslão Belo, possibilitando a ampliação de seu internato, a melhoria de seu equipamento escolar e a realização de numerosos cursos práticos, propomos:

.. “um voto de louvor e congratulações com a Fundação Getúlio Vargas pela maneira objetiva e eficiente com que a mesma vem cooperando com a Escola de Horticultura Wenceslão Belo, em prol do desenvolvimento do ensino horticola no país”.

Sala de Sessões, 24 de março de 1949.

O Sr. Alberto Ravache propõe, ainda, um voto de louvor à Diretoria da Sociedade, especialmente ao Presidente Artur Torres Filho, pela obra que vem realizando, em benefício não só da Sociedade, mas principalmente da agricultura Nacional. O Sr. Teixeira Leite declarou que esse voto está naturalmente aprovado e tece elogiosas referências à personalidade do Presidente Torres Filho, com o qual se congratula pela sua recondução ao alto posto que em sucessivos mandatos, vem dignificando. Pede a designação de um convite para lhe dar notícia da sua reeleição e lhe apresentar os votos de pronto restabelecimento. O Sr. Frederico Murtinho Braga propõe que a ata da presente assembléia fôsse apenas assinada pelos secretários e presidente da mesa, e encerrada pelo presidente da Sociedade ou seu substituto, para todos os efeitos legais. Essa proposta também foi unanimemente aprovada. Foram encerrados os trabalhos às 19,10 minutos.

Ensino Agrícola avulso

Cursos práticos mantidos na Escola "Wenceslau Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira

Nenhuma assistência agrícola é mais efetiva e eficiente do que a assistência sob a forma de ensino.

Entre as modalidades de ensino agrícola, o **Ensino Agrícola Avulso**, sob a forma de **Cursos Práticos**, destinado a dar a jovens e adultos uma sumária preparação profissional, é, a nosso ver, a modalidade de ensino agrícola mais acessível a todos e capaz de, em pouco tempo, modificar os nossos métodos de trabalho e exploração agrícola infelizmente, até agora, em sua maior parte, caracterizadas por um espirismo e rotinismo que só se justificam pela falta de uma conveniente preparação do nosso homem rural para os trabalhos de campo.

E' preciso que sejam utilizados e difundidos os recursos do ensino para que o nosso homem rural, e, até mesmo o homem das cidades que eventualmente vá para o campo, aprenda a trabalhar melhor e mais eficientemente, abandonando os processos empíricos de exploração agrícola, que até hoje vêm sendo empregados.

Os Cursos Práticos sobre os mais variados assuntos agrícolas, pela sua grande objetividade, pela sua imperiosa necessidade e grande oportunidade, por serem acessíveis a todos, etc., devem ser intensificados e ministrados em todos os recantos do país.

E' preciso levar a assistência técnica ao nosso homem rural, através de Cursos Práticos sobre os mais variados assuntos, pois ele ainda não está convenientemente esclarecido sobre como trabalhar melhor visando o mais racional aproveitamento do sólo.

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, é um modelar estabelecimento de ensino com grandes serviços prestados ao desenvolvimento da horticultura do país.

Desde 1937, vem ela mantendo, apesar do exíguos recursos que dispõe, numerosos Cursos Práticos sobre os mais diversos assuntos, especialmente os relacionados com a horticultura em todas as suas especializações.

Desde Setembro do ano passado, graças ao valioso auxílio que lhe vem proporcionando a Fundação Getúlio Vargas, outra entidade privada de caráter técnico-educativo, tem sido possível ampliar cada vez mais os Cursos Práticos que tanto sucesso têm alcançado.

Para que se tenha uma idéia do interesse e da oportunidade de tais cursos, basta lembrar que, de Setembro de 1947 a Julho de 1948, isto é, em apenas dez meses, foram ministrados na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, 30 Cursos Práticos, com uma matrícula de 1.322 candidatos.

O exemplo é eloquente, e mostra o que se pode fazer pelo ensino agrícola avulso no país.

Os Cursos Práticos mantidos na Escola de Horticultura Wenceslau Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, são, como o próprio nome indica, cursos essencialmente práticos e objetivos, de preferência de curta duração (10 a 15 aulas de duas a três horas, são suficientes para cada curso).

A duração dos cursos, deve ser suficiente para que os interessados possam prender bem e praticar suficientemente um determinado ofício ou trabalho agrícola.

Em um Curso Prático de Enxertia, por exemplo, com a duração de 12 aulas de duas horas, cada uma, isto é, com a duração de 24 horas de aula, devem ser empregados cerca de 1/4 de aulas teóricas, isto é, 6 horas; e 3/4 de aulas práticas, isto é, 18 horas, para que os candidatos compreendam bem as questões relacionadas com a enxertia e aprendam, realmente, a enxertar.

Os programas para esses cursos são muitos sucintos e objetivos.

Apenas o que é absolutamente indispensável é ensinado para que os alunos aprendam bem um determinado ofício ou técnica agrícola.

Os cursos práticos são iminentemente práticos e objetivos, cursos verdadeiramente

te populares, cursos ao alcance de todos os que se dedicam ou se interessam pela agricultura, sem limites de idade ou de nível de conhecimentos.

Tais cursos, inteiramente gratuitos, ministrados de preferência aos domingos, no período da manhã, e aos sábados, no período da tarde (condições que facilitam o estudo daqueles que desempenham outras atividades), são destinados às pessoas que desejam conhecer, sumária e praticamente, certos assuntos relacionados com a Agricultura.

Para fazer os cursos nada se exige dos alunos a não ser assiduidade (frequência, pelo menos, a 80% das aulas dadas), interesse pelas aulas e bom aproveitamento.

O ensino, nesses cursos, é muito claro, simples, objetivo e atraente, para despertar o interesse e estimular os alunos.

Os professores procuram:

a) — empregar linguagem clara e simples, reduzindo ao mínimo indispensável o emprego de nomes científicos, afim de que as aulas sejam compreendidas por todos, mesmos os menos cultos.

b) — Tornar as aulas muito objetivas, reduzindo ao mínimo as explanações teóricas e dando grande desenvolvimento às aulas práticas, afim de que os alunos trabalhem e aprendam a trabalhar bem.

c) — Ministrará aulas em um ambiente adequado, pois ele concorre para a mais fácil receptividade dos alunos, uma aula de horticultura por exemplo, só é útil quando dada em plena horta.

d) — Não exigem trabalhos escritos, pois, em grande número de casos os alunos não podem fazê-los com facilidade. Preferem, sempre, as exposições verbais e as demonstrações práticas de serviços, que fornecem, com mais segurança, o índice de aproveitamento dos alunos.

De Setembro a Dezembro de 1947 foram realizados, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, os seguintes Cursos Práticos: Botânica Agrícola, Economia e Administração Rural, Floricultura, Hortas Domésticas, Jardinagem, Sólidos e Adubação e Viveirista.

De Janeiro a Março de 1948 foram realizados mais cinco Cursos Práticos, a saber: Economia e Administração Rural, Enxertia, Organização de Herbários, Reflorestamento e Restauração de Pomares.

De Abril à Junho de 1948, foram ministrados os nove seguintes Cursos Práticos:

Botânica Agrícola, Contabilidade Agrícola, Economia e Administração Rural, Enxertia, Floricultura, Hortas Domésticas, Organização de Herbários, Reflorestamento e Zootecnia Agrícola.

No momento, isto é, iniciados em Junho, estão sendo ministrados mais os seguintes Cursos Práticos: Contabilidade Agrícola, Floricultura, Organização de Herbários, Viveirista, Museus Zoológicos, Hortas Domésticas, Solos e Adubação, Botânica Agrícola e Economia e Administração Rural.

Em resumo, em pouco mais de dez meses de atividades, já foram ministradas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, trinta Cursos Práticos, totalizando mil trezentas e vinte e duas matrículas assim distribuídas:

a) Três Cursos Práticos de Botânica Agrícola com um total de cento e cinquenta e oito matrículas.

b) Quatro Cursos Práticos de Economia e Administração Rural, nos quais se inscreveram duzentos e sessenta e quatro alunos.

c) Três Cursos Práticos de Floricultura, com um total de cento e cinquenta e cinco matrículas.

d) Três Cursos Práticos de Hortas Domésticas, com cento e trinta e cinco candidatos.

e) Um Curso Prático de Jardinagem com vinte e quatro matrículas.

f) Dois Cursos Práticos de Solos e Adubação, nos quais se inscreveram sessenta e oito candidatos.

g) Dois Cursos Práticos de Viveiristas, com um total de setenta e duas matrículas.

h) Dois Cursos Práticos de Enxertia, com oitenta e dois alunos matriculados.

i) Três Cursos Práticos de Organização de Herbários, cento e quatro matrículas.

j) Dois Cursos Práticos de Reflorestamento com cinquenta alunos matriculados.

k) Um Curso Prático de Restauração de Pomares com vinte e uma matrículas.

l) Dois Cursos Práticos de Contabilidade Agrícola, nos quais se matricularam cento e cinco candidatos.

m) Um Curso Prático de Zootecnia Agrícola com quarenta e dois alunos matriculados.

n) Um Curso Prático de Museus Zoológicos, com cinquenta e cinco matrículas.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Pelo último relatório da Diretoria da Companhia Docas de Santos, que tem a seu cargo o maior porto da América do Sul, chega-se à conclusão de que, no ano passado, o importante escoadouro marítimo comercial do Brasil cumpriu, com inegável proveito para a economia nacional, a sua importante missão. A ampliação das instalações e do aparelhamento portuário permitiu um grande movimento de mercadorias, que atingiu o total de 4.974.369 toneladas e, o que é mais, foi possível contornar o grave problema do congestionamento do porto, podendo todos os navios atracar com rapidez e, pois, com a maior economia, o que foi verificado e confirmado pela Superintendência da Marinha, de Londres.

O programa de ampliação e reaparelhamento do porto prosseguiu e continuará este ano, tendo sido feitas várias alterações para ampliação de algumas quantidades previstas e foram introduzidas novas obras e aquisições, indispensáveis ao aperfeiçoamento do porto.

Na parte social, de amparo ao seu pessoal, — e eis aqui um aspecto digno de menção e de aplausos — a Companhia Docas de Santos, elevou para 5.000 cruzeiros o valor do pecúlio instituído em janeiro de 1934, em favor dos herdeiros dos seus inúmeros empregados de qualquer categoria falecidos em serviço ativo. Também elevou de 5 para 10% a percentagem inicial do adicional por tempo de serviço dos seus funcionários, correspondente ao primeiro decênio, mantendo, por outro lado, a taxa de 5% de acréscimo para cada período sucessivo de 5 anos, deixando de interromper a progressão desse adicional, quando atingido o limite de 30%.

Pelos dados do balanço encerrado em 31 de dezembro pode-se verificar a prosperidade da Companhia e, sobretudo, a segurança com que vem sendo dirigida a grande empresa que tem à frente o nome do Dr. Guilherme Guinle, como presidente; do Dr. Oscar Weinschenck, como diretor Gerente; Octacílio P. dos Santos, como tesoureiro; e Carlos Guinle, como Secretário.

Discos MAREMONT para ARADOS E GRADES



FABRICAÇÃO DE MAREMONT AUTOMOTIVE PRODUCTS INC. — CHICAGO — U. S. A.

- * Máxima durabilidade sob as mais severas condições de serviço — Furo central redondo ou duplo quadrado podendo o mesmo disco ser adaptado a eixos de diferentes diâmetros.
- Todos os tipos e tamanhos. *

PREÇOS ESPECIAIS PARA REVENDADORES E FABRICANTES
SOLICITEM INFORMAÇÕES

Distribuidores exclusivos para todo o BRASIL:

COMPANHIA AMERICANA DE INTERCÂMBIO (BRASIL)
CADIB

AVENIDA RIO BRANCO, 311-5.º andar
Telefone: 22-2147
Rio de Janeiro

RUA DA CONCEIÇÃO, 426-2.º andar
Telefone: 6-5860
São Paulo

Conselho Federal de Comércio Exterior

Sessão de instalação e início das atividades desse órgão no corrente ano — O relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos — A agricultura e a industrialização — Palavras do Senhor Professor Arthur Torres Filho

Reuniu-se em sessão de instalação e início de suas atividades para o corrente exercício, sob a presidência do Diretor Geral, Sr. General Anápio Gomes, o Conselho Federal de Comércio Exterior.

Depois de se referir aos novos membros do Conselho, representantes da Agricultura, do Comércio e da Indústria, nomeados recentemente por decretos da Presidência da República mediante indicação daquelas entidades de classe, pronunciou o Diretor Geral, ao se iniciarem os trabalhos, um discurso, dizendo, inicialmente, deixar de apresentar o balanço da conjuntura econômica do país, por estar ele traçado no relatório da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, que ultimara os seus trabalhos, dos quais havia participado, relatório que dentro em breve será publicado. Deixou em seguida acentuado que três assuntos da mais alta importância deverão ser cuidadosamente examinados pelo Conselho: a) — as respostas ao inquérito a que procedeu, no ano findo, com o objetivo de fixar as diretrizes para uma política econômica do país; b) — as repercussões que terá no Brasil o desenvolvimento econômico da África; c) — o problema dos países intermediários na exportação de certos produtos brasileiros.

No inquérito, segundo declarou, teve grande ressonância na imprensa e nas entidades de classe, proporcionando ao Conselho a recepção de respostas do mais alto valor. Com tais respostas e os relatórios da Comissão Mista Brasileiro-Americana fica o Conselho de posse do mais atualizado documentário sobre a situação econômico-financeira do Brasil, cumprindo-lhe, agora, depois de analisar toda essa documentação, fixar as diretrizes da política econômica que julgue por mais útil aos interesses do país. Continuando, assim se expressou o Diretor Geral:

“Os programas de desenvolvimento econômico da África que estão sendo postos em execução por vários países (Inglaterra, França, Bélgica, Portugal, Estados Unidos da América), constituem, por certo, a mais séria ameaça que já surgiu para o comércio exterior do Brasil. Os países europeus citados, valendo-se principalmente dos recursos do *Plano Marshall*, estão executando, com a mão de obra baixíssima e, em certos casos, até escrava ou semi-escrava, planos de desenvolvimento econômico de suas possessões ou colônias africanas que tende a expulsar vários produtos brasileiros dos mercados internacionais, inclusive levando-se em conta os regimes preferenciais mantidos pelos citados países; óleos vegetais, fibras têxteis, café, carnes, certos minérios, são produtos brasileiros que estão ameaçados nos mercados internacionais (principalmente nos mercados europeus), em face dos planos já em execução para o desenvolvi-

mento econômico do continente africano. O Conselho deve, portanto, acompanhar cuidadosamente a execução de tais planos e estudar as medidas de defesa que devemos aplicar desde já, cumprindo-me acrescentar que, segundo o boletim da Agência France-Presse, intitulado *Information et Documentation* (n. 225, de 5 do corrente mês, págs. 13) já funcionava na própria Administração de Cooperação Econômica (*Plano Marshall*) uma comissão especial incumbida de estudar o desenvolvimento econômico de certas colônias e possessões de vários países europeus, principalmente da África”.

Depois de outras considerações, rematou o Diretor Geral o seu discurso pela referência ao problema da exportação de determinados produtos brasileiros para certos países, através de outros, o que está demandando a atenção do Conselho no sentido de se lhe dar melhor solução.

Terminado o discurso do Diretor Geral, dissertou o Sr. Conselheiro Arthur Torres Filho sobre a situação econômica do país, proferindo as seguintes palavras:

“Seja-me permitido, nesta sessão inicial do Conselho em 1949, bordar ligeiras considerações sobre o momento econômico nacional, tanto mais pelo fato de ser um órgão diretamente subordinado ao Sr. Presidente da República, com uma existência de quinze anos, em ação ininterrupta. O Conselho realizou até aqui uma obra que, serenamente examinada, se torna digna do apreço da Nação. Por estudos realizados e por providências sugeridas em relação ao comércio exterior, em fases críticas da vida nacional, possui hoje o Conselho uma tradição de trabalhos valiosos prestados ao País. Relevante tem sido a amplitude de nossas atribuições e não menores, portanto, a extensão de nossas responsabilidades. É possível que nos tenham escapado meios de dar mais solidez às resoluções tomadas, numa verdadeira sistematização da nossa política econômica. Por vezes têm o Conselho realizado estudos e inquéritos que permitiram a organização de planos parciais de reconstrução econômica, muitos deles hoje em plena execução.

É bem certo também que o Conselho precisará transformar-se cada vez mais em organismo vivo, aparelhado para estudar e planificar todas as possibilidades de melhorar e incrementar nossa exportação, como atuar ainda sobre os fatores de produção, servindo de traço de união entre a idéia e a realidade, possibilitando a criação de uma economia estável, que faça a grandeza do Brasil.

Baseam-se as riquezas das nações:

a) nos produtos do solo, ou sejam nas produções agrícolas e pecuárias convenientemente beneficiadas;

b) nos produtos do sub-solo ou sejam nos minerais e sua adequada exploração;

c) finalmente, na capacidade transformadora do país, seja dos produtos próprios ou dos importados, pelo trabalho das manufaturas ou da grande indústria em geral, com a utilização da energia em grande escala.

Está evidente fornecerem o solo e o sub-solo os elementos básicos que, quando não são encontrados no território das nações super-industrializadas, dão lugar a disputas nos mercados internacionais. Devemos estar lembrados que, devido à irregularidade na distribuição das matérias primas vegetais, animais e minerais, vimos surgir o princípio do "espaço vital" que prenunciou a segunda grande guerra mundial. Não seria exagero dizer que essa disputa continua.

Não apenas na fase propriamente manufatureira logra-se alcançar o enriquecimento dos povos. No caso do Brasil, por exemplo, ter-se-á que considerar o sentido da sua civilização. É um país de grande território, em que a agricultura poderá desenvolver-se vantajosamente. Tendo a maior parte de sua população na *interlândia*, nele prevalecem as atividades agro-pecuária.

A agricultura, a pecuária e a mineração representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, representam forças que, conduzidas com segurança, em bases racionais de exploração, poderão proporcionar elementos de riqueza e alicerces de segura industrialização. Entendo que devemos promover, sem prejuízo da vida do povo, a industrialização mas, de mão dadas com a agricultura, sem nos esquecermos de que dispomos de grande população de baixa capacidade aquisitiva no interior e de um *mercado interno* que deverá constituir sólida garantia do processo industrial. Prejudicial também será o divórcio entre a produção e o comércio, embora o produtor agrícola tenha

legítimo direito a uma remuneração que recompense seu trabalho. A venda em comum, através do cooperativismo sadio, constitui fórmula aconselhável, podendo facilitar bastante a defesa dos interesses gerais sem choques violentos entre as classes.

De outra parte, o consumidor deve receber produtos padronizados que se recomendem pela mosiocidade dos preços e se revistam de garantias sanitárias. O bom preparo dos produtos nas fontes de origem, seu conveniente beneficiamento e acondicionamento com facilidades de armazenamento nos centros consumidores (frigoríficos, câmaras de expurgo, silos, etc.) são requisitos indispensáveis a exigir equipamento, de que não dispomos suficientemente, para que haja boa distribuição dos produtos, sobretudo perecíveis, nos mercados consumidores.

Importa dizer não se tornar suficiente pensar em *produzir*; será preciso organizar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. Dentro das realidades do momento, tanto produtores como consumidores carecem ser defendidos, removendo-se as causas que concorrem para a depressão econômica, sobretudo a produção dos campos, afetando principalmente os artigos de alimentação.

Estou concorde com aqueles que se mostram alarmados com a queda dos rendimentos das nossas terras. Na verdade, o que se passa no meio rural está a exigir a máxima atenção dos poderes públicos. Fenômeno idêntico se tem observado em outras nações.

Possivelmente nos defrontamos com fenômenos de ordem econômica e financeira, que se entrelaçam e constituem, até certo ponto, complexo da situação brasileira. É natural o retraimento do produtor rural quando deixa de produzir certos artigos que não lhe proporcionaram lucro e vem engrossar a onda daqueles que se dirigem para os centros urbanos, na esperança de vida mais confortável

BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA S. A.

Sede: LEOPOLDINA — ESTADO DE MINAS

DEPARTAMENTOS:

ESTADO DE MINAS GERAIS

BOM JESUS DO GALHO
BELO HORIZONTE — CARATINGA
FRANCISCO SALES — PALMA
PATROCÍNIO DO MURIAÉ
PIRAPETINGA — PORTO NOVO
RECREIO — S. JOÃO NEPOMUCENO
S. LOURENÇO — SILVESTRE FERRAZ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MIMOSO DO SUL — MUQUI

ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE BERNARDES — VALPARAÍBA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

BARRA MANSA — CAMBUCÍ
CAMPOS — CARDOSO MOREIRA
CARMO — ITAPERUNA
MIRACEMA — NITERÓI
PADUA — PETROPOLIS
PORCIUNCULA — PORTELA
PUREZA REZENDE
SÃO FIDELIS — SAPUCAIA
VOLTA REDONDA

Filial: RUA DA QUITANDA, 70/72 — RIO DE JANEIRO

ou de salários elevados. É certo que o êxodo rural para ser devidamente caracterizado, exige a apreciação de elementos estatísticos e de profundas investigações econômicas e sociológicas nas várias regiões mais caracteristicamente produtoras.

Mutação esnos valores dos produtos agrícolas, sem que haja um preço mínimo garantidor para o produtor, calcado no custo de produção; ausência de assistência social, técnica e financeira para os que trabalham na interlândia, os atrativos naturais oferecidos pelos centros urbanos para os homens do campo; o grande surto industrial do país verificado durante a guerra, nas cidades; obras públicas de vulto; o desenvolvimento anormal até há pouco verificado nas construções civis; dificuldades e deficiências dos meios de transporte; a falta, na proporção necessária, de financiamento a longo prazo, em base hipotecária e não apenas para o custeio de safras, mas para colonização, beneficiando o pequeno produtor; a inexistência de legislação que facilite acesso mais fácil à posse da terra, permitindo a formação da pequena propriedade, são fatos que traduzem a necessidade de uma *política agrícola nacional*, bem articulada sem a qual não poderemos preparar futuramente uma sólida base econômica para a nacionalidade.

Caulcula-se que na população brasileira atual 29,46% represente a população urbana e a rural, 70,54%, quando há quinze anos atrás esta última porcentagem era de 77,54%. A criação de novas indústrias e o alargamento das existentes, os grandes empreendimentos representados por obras públicas, principalmente nas cidades, o surto das construções imobiliárias, a legislação social beneficiando as concentrações urbanas, concorreram para a queda da produção agrária, em face principalmente do desenvolvimento demográfico. É preciso considerar ainda que dêse total de 70,54% da população rural, segundo o recenseamento de 1940 apenas 22,92% representam as atividades na agricultura, na pecuária e na sicultura. Deante do que ocorre nos Estados Unidos, na Argentina e outros países onde idêntico fenômeno se tem verificado, o desequilíbrio têm sido corrigido por novos métodos técnicos aplicados às produções agrícolas e muito principalmente pela mecanização. Segundo alguns economistas torna-se suficiente 20% da população aplicada na agricultura para contrabalançar a rapidez da industrialização.

Será preciso estarmos atentos à fase da industrialização para que possamos evitar a desorganização da agricultura, com seu cortejo de piores consequências para a economia nacional. Já se fala na lei de Malthus, como se desconhecêssemos os métodos técnicos agrônomicos e as vantagens de um regime agrário capaz de se contrapor às consequências da industrialização. Calcula-se que um agricultor pode, com recursos modernos, sustentar 6 ou mais cidadãos.

Há pouco, o Dr. Euvaldo Lodi, ilustre Presidente da Confederação Nacional da Indústria, em discurso recente, pronunciado na posse do Sr. Morvan Dias de Figueiredo, no Centro da Indústria de São Paulo, declarou: "Ao preconizar a industrialização fixamos a diversificação da produção e o desenvolvi-

mento do mercado da produção e o desenvolvimento do mercado internacional, possibilitando à nossa Pátria caminhar para a sua integração econômica e dependendo cada vez menos dos sobressaltos e incertezas dos mercados internacionais"

Vê-se bem que o ilustre Presidente da Confederação da Indústria, com a sua inteligência brilhante e os conhecimentos que possui, procurou desfazer o equívoco que preconiza a industrialização no país em prejuízo da agricultura, sem a qual, em bases racionais, nenhuma nação pode subsistir.

Declarou também o Sr. Morvan Figueiredo: "Compreendemos que sem agricultura, pecuária e comércio sólidos e prósperos, é impossível existir uma indústria próspera. Isso orientará a nossa gestão".

Oxalá essa compreensão da industrialização por parte de ilustre líderes da indústria concorra para evitar funestos desequilíbrios na vida nacional, com medidas unilaterais, criando ambiente propício a doutrinas exóticas, contrárias à índole e aos sentimentos brasileiros.

A questão magna por excelência, no momento, de que dependem a ordem interna e a garantia da nossa própria soberania reside na *estruturação econômica*. Essa *estruturação*, para que se realize, está a exigir atenções especiais no que toca às produções *industrial, agrícola e extrativa*, evitando que se processe tragicamente, com reflexos sérios na ordem social, em consequência de desequilíbrio na produção, nos salários, nos impostos, nos lucros, com prejuízos graves enfim para a coletividade. Reconhece-se que o Estado pode e tem o dever de intervir, formulando programas de sistematização de suas realizações. Isso não importa em pôr à margem a cooperação da iniciativa particular, que deve ser chamada a uma colaboração mais ativa com o Estado.

Louvores só merece, portanto, o governo pela atitude desassombrada que tomou de, após estudos severos de vários problemas fundamentais, haver elaborado o *Plano Salte*, visando planificar os grandes grupos da *saúde, alimentação, transporte e energia*. Esse Plano, para os que o estudarem em seu conjunto, desde que devidamente supervisionado, posto com firmeza em execução proporcionará, sem dúvida, os benefícios esperados, porque trará aos Poderes Públicos, como declarou em Mensagem ao Congresso o Sr. Presidente da República, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem brasileiro, facilitando os recursos de trabalho que o habilitem a produzir mais e melhor, proporcionando recursos de transporte, evitando as moléstias que o afligem ou ameaçam, colocando, finalmente, ao seu alcance a energia e os combustíveis para maior rendimento do trabalho, sem o que não poderá desfrutar os benefícios da civilização.

Esperemos, com confiança, consiga o eminente Presidente Dutra vencer as resistências visíveis ou ocultas que se oporão ao Plano Salte e que dele possamos esperar a organização e o fortalecimento da nossa economia interna, da qual depende fundamentalmente o bem estar nacional e a expansão no exterior. Acima de tudo nossa lição deverá ser no sentido de dar estímulo e amparo aos que trabalham, garantindo-lhes justa remuneração ao

esforço dispendido. Temos de estar atentos à desordem universal e, por isto, acima de tudo, carecemos de cuidar da nossa *organização econômica*, elevando a produtividade do homem brasileiro, dando-lhe maior bem estar.

Quando este Conselho entra no 15.º ano de suas atividades, cabe-lhe cooperar na obra que ataca geralmente o gado, produzida pela governamental de afeiçoar a vida brasileira aos imperativos de ordem econômica, da hora presente procurando realizar estudos e sugerir providências relacionadas com todas as atividades nacionais e, principalmente, com as atinentes ao comércio exterior.

Ele saberá, certamente, cumprir, como até aqui sua relevante missão, numa colaboração decidida ao programa administrativo do Sr. Presidente da República.

Como disse certa vez o saudoso Roberto Simonsen, grande estudioso dos problemas brasileiros, se procurássemos coligar os dados característicos que pudessem precisar os contornos marcantes de nossa verdadeira situação econômica, nêsse constaria, como um dos elementos fundamentais "*a determinação da renda nacional*".

E' pela renda nacional evidentemente pela sua distribuição "per capita", que poderemos ter a expressão numérica da posição econômica do nosso país".

Entrando nos trabalhos ordinários da sessão, ocupou-se o Conselho de um expediente da Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores, à cerca de um ofício que lhe dirigira a embaixada do Brasil em Buenos Aires, referente à produção de "guaiule", na Argentina, e aos primeiros artigos manufaturados, nesse país, com a borracha extraída do mesmo vegetal.

A hora do expediente, usou da palavra o novo representante do comércio no Conselho, Sr. Oswaldo Benjamin de Azevedo que teceu considerações em torno do discurso pronunciado pelo Diretor Geral, onde se fixam, segun-

do declarou, importantes aspectos de problemas de que irá ocupar-se certamente o Conselho.

Referiu-se ao combate à doença do sono, mosca tsé-tsé. Comentou, em seguida, a notícia, que lera numa revista, de pretender a Inglaterra inverter vultosa importância no combate a essa moléstia, o que interessará certamente ao Brasil e à Argentina. Encarando o problema do trigo, aludiu ao fato de estarem, na Australia, trabalhando 24 horas por dia na plantação desse cereal, visando sem dúvida à supressão de importações do produto de origem argentina por parte da Inglaterra. Tratou, ainda, da queda dos preços nos Estados Unidos da América, acentuada em 20 ou 30 produtos, na sua quase totalidade saídos da terra, e terminou suas considerações fazendo sentir que será difícil o ano de 1949, por pretender a Alemanha entrar nos mercados, com o apoio da Inglaterra e dos Estados Unidos da América que desta maneira julgam ficar livres do ônus de sustentá-la. Disse que a entrada da Alemanha no comércio exterior importará em benefícios para o Brasil, pela concorrência que vai despertar, esperando-se também a entrada do Japão. Tudo isso faz crer, segundo observou, que se vão operar este ano grandes alterações no comércio internacional.

Usou da palavra, depois, o Sr. Conselheiro Arthur Torres Filho, que se referiu à Mesa Redonda convocada pela Sociedade Rural Brasileira de São Paulo, para versar o problema da conservação do solo, assunto de que se ocupou o sr. Presidente da República no discurso que pronunciou em Itaperuna, o qual revelou não ter escapado ao Conselho, onde havia uma Indicação preconizando o estudo de um programa de defesa do solo do Brasil. Ouviu, ainda, o Conselho a palavra do Sr. Conselheiro Ernani Cotrim sobre o problema do carvão de Santa Catarina que, conforme afirmou, contém grande quantidade de pirita, inteiramente desaproveitada.

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS

GERENTE: O. ASSUMPCÃO

SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

BANCO DO BRASIL

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

Pelo seu inegável interesse para a classe rural do país, "A Lavoura", abre espaço para a publicação, na íntegra, da parte relativa ao crédito agrícola e industrial, constante do Relatório do Banco do Brasil, de 1948.

Os criadores e agricultores terão nas apreciações e nas cifras coligadas pela administração do nosso principal estabelecimento de crédito, nesse importante setor, a perfeita noção dos esforços que o Banco vem, desde a instalação da Carteira, empenhando por dictar a produção nacional dêsse indispensável elemento de progresso, que é o crédito agrícola.

Deixamos para o próximo número um estudo, por parte desta revista e da Sociedade, de que ela é órgão, dos diferentes aspectos do importante documento.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

a) Recursos e Aplicações

O quadro dos recursos e aplicações da Carteira, em 31 de dezembro de 1948, revela a permanência da situação, referida em relatórios anteriores, exigindo constante utilização de disponibilidades gerais do Banco.

De fato, para inversões no total de Cr\$ 4.683.136.402,80, apenas Cr\$ 1.591.433.734,70 correspondem a recursos específicos. A diferença, ou sejam Cr\$ 3.096.702.668,10, proveio de redescontos, no montante de Cr\$ 1.307.438.380,10, e de suprimentos do Banco do Brasil num total de Cr\$ 1.789.264.288,00.

Verifica-se, assim, que, até agora, não se solucionou o problema fundamental da Carteira, — aliás, de preponderante influência na economia do próprio Banco — qual seja o da constituição dos meios específicos necessários às operações rurais e industriais, reclamadas em volume cada vez maior.

A subscrição de bônus prevista pela Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937, para o financiamento das atividades rurais e industriais mantém-se inalterada, não passando de Cr\$ 75.863.000,00. Somam Cr\$ 348.683.280,10 os depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos. Também insuficientes são os recursos, para idênticas finalidades, criados pelo Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de setembro de 1940.

Esse tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente, saberão solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja provida do desejável vulto de meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção.

Inegavelmente, isso representa valiosa contribuição do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível ônus para economia dêste Banco.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Recursos e aplicações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

Recursos

Recursos próprios da Carteira:

(Decreto-lei n. 3.077, de 26-2-41)

	Cr\$
Depósito judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	1.007.268.036,60
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	26.478.481,70
Depósitos de empréas concessórias de serviços públicos	123.140.936,30
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Institutos)	348.683.280,10
	1.515.570.734,70
Bônus em circulação	75.863.000,00

Recursos de outras origens:

Da Carteira de Redescontos ..	1.307.438.380,10
Das disponibilidades gerais do Banco	1.789.264.288,00
	3.096.702.668,10
	4.688.136.402,80

Aplicações

	Cr\$
Empréstimos Rurais	3.421.753.775,50
Empréstimos Industriais	898.121.496,70
	4.319.875.272,20
Créditos em Liquidação	368.261.130,60
	4.688.136.402,80

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-48, sendo que os créditos, em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

Rurais	4.139.915.982,40
Industriais	775.263.915,40
Total	5.115.179.877,80

Desde sua fundação, firmou a Carteira 141.412 contratos, no valor de Cr\$ 19.935.215.229,00, dos

quais 110.258, no total de Cr\$ 14.820.035.351,20, foram liquidados até 31 de Dezembro de 1948, restando em vigor, na mesma data, 31.154 operações,

somando Cr\$ 5.115.179.877,80. Sua distribuição, por espécies e por Estados, encontra-se compilada em quadros a seguir.

CRÉDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	Agrícolas		Pecuários		Agro-Pecuários		Industriais		Agro-Industriais		Total	
	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000
Guaporé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre	4	1.087	6	2.280	—	—	—	—	—	—	10	3.467
Amazonas	16	1.409	7	214	—	—	—	—	1	75	24	1.698
Rio Branco	14	300	23	2.175	—	—	—	—	—	—	37	2.475
Pará	19	2.299	47	5.150	—	—	—	—	10	220	76	7.669
Amapá	—	—	2	270	—	—	1	134	—	—	3	404
Norte	53	5.035	85	10.189	—	—	1	134	11	295	150	15.713
Maranhão	25	15.757	10	335	—	—	13	6.957	—	—	48	13.658
Piauí	100	15.757	245	10.407	6	165	8	946	4	529	362	28.304
Ceará	130	22.108	1.150	36.587	10	373	17	13.459	41	1.319	1.348	73.846
Rio Grande do Norte	81	7.502	1.289	73.744	69	2.050	13	16.617	13	3.917	1.465	104.730
Paraíba	177	14.596	1.770	141.965	52	3.248	11	17.087	13	606	2.023	177.415
Pernambuco	85	22.426	1.584	156.576	5	310	16	8.511	86	366.493	1.770	554.336
Alagoas	6	283	567	57.269	—	—	11	4.455	26	35.956	610	97.063
Nordeste	604	89.861	6.615	477.383	142	7.046	83	67.132	183	407.920	7.627	1.049.343
Sergipe	16	378	661	47.904	2	82	3	1.988	25	8.765	707	58.217
Bahia	324	42.363	2.241	167.718	16	477	3	2.510	6	10.868	2.590	223.934
Minas Gerais	579	41.597	4.944	725.523	3	185	30	74.908	13	10.519	5.560	852.733
Espírito Santo	618	31.275	282	19.018	—	—	6	2.020	32	2.056	939	54.369
Rio de Janeiro	458	20.174	832	58.005	3	166	63	61.399	26	74.512	1.382	214.756
Distrito Federal	101	1.117	28	5.652	1	573	52	197.374	5	2.686	190	207.403
Leste	2.099	136.904	5.989	1.023.820	25	1.433	157	339.799	107	109.404	11.377	1.611.410
São Paulo	3.716	550.563	1.870	378.467	3	56	91	391.235	33	82.738	5.713	1.402.999
Paraná	305	54.312	200	21.520	2	420	54	49.688	4	11.950	565	137.890
Santa Catarina	294	3.843	70	3.442	—	—	15	18.696	—	—	379	25.981
Rio Grande do Sul	1.670	193.579	1.301	194.890	2	239	58	109.580	2	17.144	3.033	514.433
Sul	5.985	802.237	3.441	598.319	7	715	218	568.199	39	111.832	9.690	2.081.303
Goiás	17	2.309	1.056	176.467	1	22	—	—	1	1.732	1.075	180.470
Mato Grosso	49	1.035	1.185	175.661	—	—	—	—	1	198	1.235	176.943
Centro-Oeste	6	3.394	2.241	352.068	1	22	—	—	2	1.928	2.310	357.413
Brasil	8.307	1.037.491	21.371	2.461.779	175	9.266	459	975.264	342	631.379	31.154	5.115.179

b) Crédito Agrícola

Com o objetivo de concorrer para o fomento de nossas atividades agrícolas, expedimos às Filiais, em 30-11-48, carta-circular nos termos seguintes:

"Dado o notório interesse nacional de ser intensificada a assistência financeira à agricultura, visando o aumento da respectiva produção, mórmente da parte relativa aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, vimos recomendar aos Srs. Administradores das Agências que dispensem a melhor atenção às operações de financiamento agrícola, estimulando-as discretamente e procurando atrair à órbita da Carteira os produtores mais qualificados".

"À Direção da Carteira deverá ser feita imediata comunicação da cada indeferimento de propostas da espécie, mencionando-se o nome do proponente, valor do empréstimo pleiteado e fins a que se destinava, expondo-se, outrossim, os motivos determinantes da recusa".

Várias concessões têm sido ultimamente feitas em benefício do produtor, tais como:

a) dispensa de garantia subsidiária (quando os preponentes possuam outros imóveis e estejam em situação econômica capaz de acobertar o Banco de prejuízo, na hipótese de invalidação do penhor), no caso de financiamento de lavouras formadas ou imóveis

gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade;

b) dispensa de avaliação prévia das safras de algodão, quando localizadas as lavouras em terras já vistoriadas por prepostos do Banco;

c) dispensa, em determinadas hipóteses, da avaliação, por peritos remunerados, das safras de café;

d) manutenção em carteira dos contratos vencidos de financiamento de lavouras de café, sem maiores ônus para os devedores, isto é, isenção da cobrança de juros suplementares, à razão de 1% a.a., pela mora, até que se processe a venda normal do produto, para a qual se concede um prazo adicional de 90 dias, após o vencimento, quando depositado o café no interior, de 60 dias, após sua chegada e liberação, se despachado para as praças de exportação;

e) concessão de novos financiamentos a mutuários que, por frustração das colheitas apenhadas, não hajam liquidado os contratos anteriores, os quais são conservados vencidos, em carteira, nas mesmas condições do item anterior;

f) liberação dos conhecimentos de transporte de café apenhado, que excederem

a quantidade necessária para a cobertura dos débitos correspondentes e despesas suplementares até final liquidação, na base regulamentar de 60% do valor do produto, considerando-se, para efeito do cálculo, os preços correntes nas praças de exportação e descontando-se, dos adiantamentos, as despesas a que o produto estiver sujeito.

Essas facilidades e o nosso decidido propósito de difundir o crédito agrícola — tanto quanto permitem o atual Regulamento e os recursos de que pôde a Carteira dispôr — contribuíram para o auspicioso movimento registado no exercício de 1948, ano em que o número de contratos agrícolas se elevou a 3 676, no valor de Cr\$ 1.583.271.000,00, contra 5.448, feitos em 1947, no total de Cr\$ 1.300.904.000,00. Verificou-se, pois, um acréscimo de 3.228 contratos, no valor de Cr\$ 373.367.000,00.

Circunstância digna de especial registo é a elevada percentagem, em 1948, dos empréstimos de valor até Cr\$ 30.000,00 cada um, os quais corresponderam a 41% do total dos financiamentos rurais (agrícolas e pecuários), conforme se constata no quadro aqui reproduzido.

FINANCIAMENTOS RURAIS

Número

Produtores	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos							
Cr\$ Cr\$							
De 250 a 5.000	5.376	935	1.049	686	315	490	8.851
De 5.001 a 10.000	7.312	2.472	2.717	1.776	618	1.010	15.905
De 10.001 a 20.000	10.188	3.110	3.819	2.768	900	1.561	22.346
De 20.001 a 30.000	6.397	2.760	3.153	1.930	458	742	15.440
	<u>29.273</u>	<u>9.277</u>	<u>10.738</u>	<u>7.160</u>	<u>2.291</u>	<u>3.803</u>	<u>62.542</u>
Médios							
Cr\$ Cr\$							
De 30.001 a 50.000	7.306	3.364	4.009	2.544	649	1.039	18.911
De 50.001 a 100.000	8.315	4.406	5.518	3.215	943	1.505	23.902
	<u>15.621</u>	<u>7.770</u>	<u>9.527</u>	<u>5.759</u>	<u>1.592</u>	<u>2.544</u>	<u>42.813</u>
Grandes							
Cr\$ Cr\$							
De 100.001 a 500.000 ...	7.858	5.590	7.490	4.103	1.618	2.503	29.162
Superiores a 500.000	999	1.115	1.859	456	346	663	5.438
	<u>8.857</u>	<u>6.705</u>	<u>9.349</u>	<u>4.559</u>	<u>1.964</u>	<u>3.166</u>	<u>34.600</u>
Todos os produtores	<u>53.751</u>	<u>23.752</u>	<u>29.614</u>	<u>17.478</u>	<u>5.847</u>	<u>9.513</u>	<u>139.955</u>

NÚMERO DE FINANCIAMENTOS RURAIS

% das Classes s/Total

Produtores	1938/943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Pequenos							
Cr\$ Cr\$							
De 250 a 5.000	9	4	4	4	5	5	5
De 5.001 a 10.000	13	10	9	10	11	11	11
De 10.001 a 20.000	18	13	13	16	15	16	15
De 20.001 a 30.000	12	12	11	11	8	8	10
	52	39	37	41	39	40	41
Médios							
Cr\$ Cr\$							
De 30.001 a 50.00	14	14	14	15	11	11	13
De 50.001 a 100.00	16	19	18	18	16	16	17
	30	33	32	33	27	27	30
Grandes							
Cr\$ Cr\$							
De 100.001 a 500.00	16	23	25	23	28	26	23
Superiores a 500.000	2	5	6	3	6	7	6
	18	23	31	26	34	33	29
Todos os produtores	100	100	100	100	100	100	100

Pequenos Produtores

Colaborando com os poderes públicos, empenhados em promover a redução do preço dos gêneros alimentícios, objetivo que só se poderá alcançar mediante substancial aumento de produção, decidimos autorizar a extensão das regalias aplicáveis aos "pequenos produtores" a todos os casos de empréstimos até Cr\$ 20.000,00, destinados ao custeio de lavouras, ainda que os proponentes disponham de patrimônio acima de Cr\$ 100.000,00 ou a lavoura por financiar comporte empréstimo superior a vinte mil cruzeiros.

Considerando que, em muitos casos, os principais trabalhos das pequenas lavouras são executados pelos próprios donos, com a cooperação de membros de suas famílias, admitimos, dentro do princípio de que os orçamentos integrantes dos contratos devem indicar a verdadeira aplicação que terão os créditos abertos, a **inclusão nos mesmos orçamentos, de verbas para manutenção dos creditados e de suas famílias.**

São as seguintes as concessões especiais facultadas aos pequenos produtores:

- a) dispensa de prévia estimativa da colheita por avaliador remunerado;
- b) dispensa de certidões negativas de impostos, ônus sobre bens imóveis, ações cíveis e criminais;
- c) dispensa de organização da ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituída por ficha especial, de confecção simples e resumida;

d) dispensa da garantia subsidiária comumente exigível nos financiamentos de culturas periódicas;

e) inclusão no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado não dispuser de recursos suficientes para pagá-las; e

f) fornecimento da primeira parcela do crédito ainda antes da inscrição do penhor, que será providenciada por nossas próprias Agências.

Máquinas Agrícolas

Ainda dentro do programa de estímulo à produção, contribuindo para o plano de mecanização das lavouras, regulamentamos o financiamento da compra de máquinas agrícolas pelo seu valor integral, em função da garantia oferecida, e ao prazo de até três anos, de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes, estimada esta pelo provável rendimento líquido da exploração.

PRODUTOS**Açúcar (Lavoura e Indústria)**

Não obstante ser a produção "muito superior às necessidades do consumo nacional", como reconhece o Instituto do Açúcar e do Alcool continuamos prestando assistência à lavoura canavieira e à indústria açucareira, inclusive, em certos casos, para reaparelhamento das fábricas, desde que implique em melhoria do rendimento.

Os adiantamentos para os trabalhos das lavouras estão sendo feitos até o máximo de 50% do valor do

venda fixado por aquele Instituto, com base na produção de canas próprias das usinas e respeitados sempre os limites oficiais destas. Além dessa limitação fundamental, o valor do empréstimo não deverá exceder ao da cobertura dos gastos compreendidos no período que se estende do término de uma safra ao início da subsequente ou, no máximo até o fim do primeiro mês da moagem seguinte.

Para os trabalhos das lavouras de fornecedores de usinas, os financiamentos estão sendo feitos até 50% do valor das canas (que estas se comprometem a receber daqueles), mediante penhor da safra corrente e respeitado o limite oficial de produção do fornecedor, fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Nosso auxílio à lavoura e à indústria do açúcar, produto que absorveu maior soma de recursos, se expressou, em 1948, pelo elevado total de Cr\$ 559.052.000,00, isto é, mais Cr\$ 92.522.000,00 do que em 1947.

Agave

A crise do agave, esboçada em princípio de 1946 em consequência da retração dos compradores, agravou-se no decorrer daquele ano, não obstante as medidas adotadas em defesa do produto.

Assim, em Outubro de 1946, reconhecendo a completa saturação do mercado, vimo-nos na contingência de suspender os financiamentos da espécie, considerando tal iniciativa como indispensável à salvaguarda não só de nossos próprios interesses como dos de nossos financiados, uma vez que qualquer aumento de produção só lhes poderia acarretar, naquela conjuntura, dificuldades ainda maiores.

Durante o exercício de 1947, o mercado não chegou a oferecer reação digna de nota e, por esse motivo, embora deixando de conceder novos empréstimos não exigimos a liquidação dos contratos vencidos, a fim de evitar para os devedores mais sérios embaraços.

Em 1948, atendendo a apelos que nos foram feitos por interessados nessa cultura, mandamos que nossas Agências localizadas na área do agave estudassem a matéria, a fim de ficarmos habilitados a decidir sobre a conveniência de restabelecer nossos financiamentos.

Algodão

Foram alteradas, para o período agrícola de 1948-1949, as instruções relativas ao financiamento de lavouras de algodão, abandonando-se os limites máximos de adiantamento por hectare, de Cr\$ 700,00 (sul) e Cr\$ 450,00 (norte). Estabeleceu-se a base de 60% do valor da produção provável, até o máximo, por hectare, de 30 arrobas, na zona sul, e de 20, na zona norte, para o algodão em caroço. Foi considerado, para efeito de cálculo, o preço corrente da arroba na região. Se a colheita prevista fôr superior às máximas estabelecidas, são os financiamentos acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente, lavrando-se o contrato pelo valor total assim obtido.

No caso de necessidade de adubação das terras, admitimos, como base para o cálculo dos financia-

mentos, a produção máxima de 35 e 25 arrobas por hectare (ou 84,70 e 60,50 arrobas por alqueire de 24.200 m²), respectivamente nas zonas sul e norte.

Concedemos, em 1948, 1.399 financiamentos, no valor de Cr\$ 108.040.000,00, contra 842, em 1947, no total de Cr\$ 57.895.000,00, sendo a variação de mais 557 contratos, somando Cr\$ 50.145.000.

Babaçu

Limitados a Cr\$ 100.000,00 por cliente, os adiantamentos aos produtores foram feitos na base de 40% da estimativa da produção, considerado o preço corrente na região.

Cacau

O limite dos financiamentos foi ultimamente elevado de Cr\$ 25,00 para Cr\$ 30,00 por arroba da produção estimada.

Foram contratadas, em 1948, 142 operações no valor de Cr\$ 40.669.000,00. Em 1947, o número de contratos foi de 57, no total de Cr\$ 32.420.000,00.

Obtida autorização da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, foi nossa Agência, em Salvador instruída no sentido de contratar com o Govêrno daquele Estado, por intermédio do Instituto de Cacau, novo empréstimo no valor de Cr\$ 30.000.000,00, para adiantamentos aos cacaucultores que venderem ou entregarem o produto ao Instituto, mediante garantia de penhor mercantil.

CAFÉ

Financiamento comum

Desde 1944 o adiantamento total (compreendendo a parte destinada aos gastos referentes ao trabalho e conservação da lavoura, bem como a relativa as despesas da colheita, preparo e transporte do produto), passou a ser feito na base de um máximo de 60% da produção provável, quando esta não exceder 40 arrobas ou 10 sacas de café beneficiado por 1.000 pés, podendo ser acrescido, se maior fôr a safra prevista, da importância necessária para atender às despesas de colheita, preparo e transporte do produto excedente.

Para obtenção do valor da produção provável da lavoura por financiar, adota-se o critério dos preços correntes na região em períodos anteriores. Continuamos admitindo a inclusão, no orçamento, de verba razoável para atender à subsistência do agricultor e de sua família.

Finiciamento de lavouras infestados pela broca

Com o objetivo de propiciarmos recursos para o combate à broca, que se expandiu em 1948, estabelecemos as seguintes normas especiais aplicáveis aos financiamentos dos trabalhos das lavouras atingidas ou ameaçadas por aquela praga:

- 1) Os empréstimos serão contratados em data que permita a primeira aplicação de

inseticida adequado e na época mais recomendável, isto é, geralmente quando os frutos começam a desenvolver-se.

2) Poderão os financiamentos elevar-se a 60% do valor da produção provável, máxima correspondente à média de 44 arrobas ou 11 sacos, por 1.000 pés, admitindo-se, porém, que o montante seja acrescido de importância equivalente ao custo real dos serviços de colheita, preparo e transporte das quantidades excedentes.

3) Nos casos em que a produção provável ultrapasse a média de 44 arrobas, ou 11 sacos, de café beneficiado por 1.000 pés, e quando comprovadamente necessário, poderá ser proporcionado adiantamento especial, fora do limite fixado no item anterior, para ocorrer às despesas de aquisição e aplicação de inseticida adequado, desde que o empréstimo total não exceda 60% do valor da colheita prevista.

4) Quando, pela exiguidade da colheita prevista, não for possível solução nos termos do item precedente e esteja o proponente disposto e habilitado a formar, intercaladamente, nos cafezais (observados certos preceitos técnicos), culturas de outros produtos de fácil colocação, tais como amendoim, feijão, mamona, milho, etc. (exceto arroz), poderá ser concedido financiamento abrangendo a aquisição de sementes, preparo do solo para formação da cultura intercalar e serviços de colheita, preparo e transporte da produção, bem como a aquisição do inseticida indicado para o combate à broca, desde que se ajuste ao limite de 60% do valor da provável produção da lavoura de café, adicionada ao da cultura intercalar a ser introduzida.

5) Se os empréstimos máximos proporcionáveis, nas condições indicadas nos itens anteriores, não comportarem verba para ocorrer às despesas indispensáveis ao combate à broca, compreendidas as de aquisição da maquinaria e acessórios (polvilhadeiras, carretas, óculos, máscaras, animais de tração e arcos), poderão ser concedidos outros empréstimos para tal fim, como os destinados à melhoria das condições, rendimento das explorações agrícolas (regulamento, art. 2.º, letra g), com base nos prováveis lucros líquidos das lavouras, nas seguintes condições conforme a espécie da garantia oferecida:

Maquinaria — até 40% do valor desta podendo tal base elevar-se até 60%, quando se tratar de máquinas de maior porte;

Animais — até 60% do valor venal;

Imóveis — até 40% do valor venal, considerando-se:

- o valor exato das terras;
- o das matas e plantações permanentes;
- o de outras benfeitorias (edifícios, cercas, etc.), até o máximo de 20% do das terras e das matas ou culturas permanentes.

6) Os empréstimos de que trata o item precedente são realizáveis mediante contratos à parte, pelo prazo de um ano, prorrogável por tantos novos períodos iguais quantos necessários, de acordo com a capacidade de pagamento dos mutuários, até o máximo de três ou quatro períodos, conforme a garantia seja constituída de penhor agrícola, pecuário

ou hipoteca. Entretanto, como os lucros das explorações agrícolas, economicamente produtivas, no prazo de um ano, são quase sempre suficientes para o pagamento desses empréstimos, permite-se que os mesmos sejam conjuntamente contratados, em um único instrumento, com os destinados ao custeio comum.

Aos fiscais da Carteira foram fornecidas cópias de trabalhos técnicos sobre a aplicação de inseticidas, com a recomendação de orientarem nossos clientes quanto à conveniente execução do serviço, sempre que estiverem deficientemente instruídos a respeito.

Financiamentos especiais

A estiagem que flagelou as plantações em São Paulo, reduzindo sua produtividade, seguida de invernia anormal, com fortes geadas e constância de ventos frios, fenômenos que também castigaram, com violência, os cafezais do Paraná, levaram o Governo Federal, a partir do período agrícola 1940-41, — renovada a autorização legislativa até o período de 1947-48 — a contratar com o Banco, por intermédio do Departamento Nacional do Café, financiamentos especiais das lavouras cafeeiras, sem fixação de limites em função das colheitas previstas e adstritos, apenas, às legítimas necessidades de custeio de parte das lavouras consideradas economicamente produtivas, com a incorporação, em cada ano, do saldo devedor que porventura restasse do anterior. Nesse empreendimento, que teve o objetivo nacional de evitar o pericimetro de culturas assoladas por fenômenos climáticos adversos, mas ainda economicamente produtivas, inventemos cerca de meio bilhão de cruzeiras, sendo este um dos grandes serviços prestados pela Carteira em seu primeiro decênio de labor. Operação conduzida com observância de todos os preceitos técnicos, produziu os melhores resultados, sendo que o saldo devedor a descoberto — apesar do vulto da importância aplicada desde o início do plano a dever-se afinal reduzir-se a cerca de Cr\$ 3.300.000,00 apenas, importância que corresponde a financiamentos não integralmente liquidados por insuficiência das produções que os garantiam. Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-leis ns. 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570), estamos em entendimento com essa autarquia, ora em liquidação, no sentido de lhe ser transferida aquela parcela de Cr\$ 3.300.000,00, mediante sub-rogação de nossos direitos creditórios.

Aplicamos, em 1948, na lavoura do café, a elevada soma de 511.283 milhares de cruzeiros, relativa a 3.061 empréstimos. Isso representa, em comparação com os totais de 1947, mais 1.157 contratos e mais 168.213 milhares de cruzeiros.

Cêra de Carnaúba

Foram mantidas as bases para o financiamento dos trabalhos de extração e preparo do produto, isto é, adiantamentos de 40% do valor da produção, limitados ao máximo de Cr\$ 160,00 por arroba.

Financiamentos especiais

Nos termos do aviso n. 467, de 22 de Julho de 1948, do Senhor Ministro da Fazenda, foi autorizada a realização de empréstimos especiais, mediante penhor mercantil do remanescente das safras então, existentes, nas seguintes condições:

Valor por arroba:

Tipos	Cr\$
1	580
2	560
3	420
4	400

Adiantamento — 80% dos preços acima, com as deduções seguintes:

- a) Juros de 7% a.a.;
b) comissão de fiscalização de ½ % a.a.;

c) verba para pagamento de armazenagem e seguro;

d) quanto baste para pagamento de selos contratuais e despesas de transporte, impostos e taxas que incidirem sobre a mercadoria para ser vendida na praça de exportação.

Conforme quadro que acompanha este capítulo, foram realizados 71 contratos, correspondentes a 1.835.788 quilos de cera, somando os créditos Cr\$ 40.942.190,60.

Operação não especificamente agrícola, mas de sustentação e defesa de mercado, — não prevista, assim, em nosso Regulamento, — foi conduzida nos exatos termos da autorização do Senhor Ministro da Fazenda, a quem temos submetido todos os apelos que nos vêm sendo dirigidos por numerosos interessados na situação da cera de carnaúba, produto de vital importância na economia dos Estados do Piauí e Ceará.

CERA DE CARNAÚBA (*)**Posição dos financiamentos concedidos até Dezembro de 1948**

AGÊNCIAS	Contratos N.º	Quilos	Créditos concedidos (Cr\$ 1.000)	Saldos devedores (Cr\$ 1.000)	Liquidações normais	
					Quilos	Valor (Cr\$ 1.000)
Campo Maior	4	78.000	1.664	1.664	—	—
Parnaíba	8	332.060	7.373	6.061	25.000	533
Terezinha	3	37.200	794	794	—	—
Piauí	15	447.260	9.831	8.519	35.000	533
Camocim	2	42.570	1.010	1.010	—	—
Fortaleza	36	997.380	22.313	17.723	214.290	4.581
Sobral	12	99.518	2.137	1.008	52.952	1.129
Ceará	50	1.139.468	25.460	19.741	267.242	5.719
Rio Grande do Norte — Mossoró	3	178.300	4.120	3.657	15.120	464
Bahia — Salvador ..	3	70.760	1.531	1.531	—	—
Total geral	71	1.835.788	40.942	33.448	307.362	6.716

(*) Lei n.º 266, de 26-2-1948.

Juta

A lavoura dessa fibra, de sumo interesse para os dois Estados Amazônicos, e de ponderável significação para nossa economia, apresentava, todavia, para a prática dos financiamentos, embaraços difíceis de contornar, ligados às peculiaridades da região e ao próprio negócio e ainda à deficiência de transportes regulares. Não obstante, após acurados estudos, resolvemos autorizar o financiamento, observadas as condições seguintes:

Adiantamento — 40% do valor da produção provável — limitada ao máximo de 1.000 quilos por hectare, — calculado sobre a cotação do produto.

Garantia — Penhor das colheitas, mediante consentimento do proprietário das terras, (quando o proponente for arrendatário). No caso de terras devolutas, cuja ocupação não seja titulada, o consentimento será dado por decreto do Poder Executivo ou mesmo por ato administrativo mais simples, se assim o permitir a legislação local.

Prazo — Máximo de 10 meses, iniciando a 1.º de outubro e vencendo a 30 de junho do ano seguinte.

Foram concedidos, no exercício, 28 créditos, no valor de Cr\$ 2.883.000,00, sendo que, em 1947, o número de financiamentos foi apenas de 7, no total de Cr\$ 205.000,00.

Trigo

É com particular atenção que temos acompanhando o auspicioso surto da triticultura, dando-lhe, além de assistência financeira adequada, todo o apoio possível.

Os empréstimos são feitos até o máximo de 40% do valor da safra, calculado ao preço de Cr\$ 150,00 por saca de 60 quilos de trigo em grão não se levado em conta, para tal efeito, produção superior a 900 quilos por hectare. Se a produção prevista ultrapassar essa base, poderá o financiamento ser acrescido do custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo do excedente.

Aos triticultores que tenham suas lavouras fundadas em terras próprias e não necessitem, para custeio de entressafra, de importância superior a Cr\$ 20.000,00, estamos proporcionando certas facilidades, com o objetivo de tornar os empréstimos mais acessíveis aos pequenos produtores.

A título experimental, concedemos também financiamento para aquisição de material agrário, na base de até 60% do valor das garantias oferecidas, desde que a capacidade de pagamento do proponente permita a liquidação do empréstimo contraído para compra de máquinas e custeio de lavoura.

Elevou-se a 460, em 1948, o número de contratos para custeio de lavouras de trigo, cujo valor atin-

giu Cr\$ 10.748.000,00. Em 1947 realizamos apenas 54 empréstimos, no total de Cr\$ 1.143.000,00.

Diversos

Arroz no Rio Grande do Sul — De acordo com o estabelecido para o período agrícola 1948-49, nossos financiamentos poderão elevar-se até 60% do valor da safra provável, dentro do critério de um máximo de 100 sacas de Cr\$ 3.600,00 por quadra, tomando-se por base não mais o preço de Cr\$ 45,00 por saca de arroz em casca, anteriormente fixado, mas o de Cr\$ 60,00.

Considerados satisfatórios, foram mantidos os limites para os financiamentos das lavouras seguintes:

Arroz (exceto no Rio Grande do Sul) — 40% da produção provável, na base máxima de 25 sacos do produto em casca por hectare.

Amendoim — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 50 sacos por hectare.

Feijão — 50% do valor da produção provável, na base máxima de 20 sacos por hectare.

Girassol — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 1.000 quilos por hectare.

Milho — 60% do valor da produção provável, na base máxima de 27 sacos por hectare.

Soja — 40% do valor da produção provável, na base máxima de 25 sacos por hectare.

Quando a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, poderão os financiamentos (calculados na forma acima), ser acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente.

Foram feitos, em 1948, 1.548 contratos de financiamento de culturas de arroz, no total de Cr\$ 216.926.000,00, contra 986 realizados em 1947, no valor de Cr\$ 128.140.000,00.

Apresentamos a seguir, o quadro geral das aplicações da Carteira em seus dez anos de funcionamento, com discriminação dos produtos agrícolas.

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31/12/1948

Número — Valor (Cr\$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Abóbora	2	123	—	—	—	—	2	116	2	17	1	5	3	22
Acácia negra	1	1.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	239
Adubo	28	1.040	131	9.452	248	19.103	195	17.178	—	—	7	68	9	1.078
Agave	34	690	10	338	9	292	2	132	—	20	—	*	602	47.615
Alfafa	9.316	326.732	2.717	139.889	3.038	112.922	2.380	15.615	4	288	3	106	62	1.896
Algodão	2.585	549.993	1.278	597.719	3.452	2.115.589	2.600	88.942	842	57.895	1.399	* 108.010	19.392	891.093
Algodão em pluma	9	103	—	—	—	—	—	—	4	613	—	—	7.593	3.261.586
Alho	24	685	—	—	1	31	6	72	109	4.399	52	2.091	9	103
Amendoim	3.771	394.286	1.208	213.555	1.502	167.993	1.377	208.258	986	128.110	1.518	* 216.926	10.392	1.329.159
Arroz	39	2.013	—	—	1	2	—	—	—	—	2	121	3	123
Arvea	953	70.453	254	2.917	81	6.320	89	1.704	142	4.708	133	6.422	526	26.154
Batata	6.952	451.333	863	55.159	1.522	171.813	1.555	3.956	57	32.429	142	10.669	1.821	158.372
Cacau	1.954	198.360	875	114.711	602	136.858	2.063	303.285	1.904	343.070	3.061	* 511.283	16.365	1.856.373
Café	1.444	399.248	358	223.258	348	149.518	347	63.115	41	12.435	26	8.559	3.717	534.068
Café especial	19	326	46	133	59	181	51	262.965	321	465.730	335	* 559.652	3.151	2.059.611
Cebola	1	21	1	26	—	—	—	303	65	357	103	686	316	1.996
Cevada	1	21	1	21	—	—	—	—	—	—	1	25	2	45
Coco	1	11	—	—	—	—	1	12	—	—	—	—	2	51
Erva-doce	1	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	12
Ervilha	39	520	2	12	57	1.938	17	1.181	50	908	101	3.035	2	42
Feijão	329	6.261	15	147	21	6.536	23	1.247	59	1.651	35	1.151	318	7.132
Frutas	39	370	29	696	58	918	10	790	23	158	82	1.318	482	7.231
Gergelim	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	271	4.610
Grassol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	18
Guaraná	2	18	—	—	—	—	—	—	—	—	1	250	1	250
Guaxima	113	2.310	42	1.173	17	580	—	—	—	—	2	590	2	590
Horralças	2	38	—	—	—	—	—	—	2	36	—	—	2	18
Jata	83	3.364	30	361	59	956	9	585	7	205	28	2.883	4	296
Linhaça	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	216	7.736
Linho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13	284
Lúpulo	—	—	—	—	—	—	—	—	39	1.307	68	2.106	313	8.797
Mamona	55	2.518	5	91	12	171	—	—	—	—	—	—	1	8
Mandioca	583	35.749	103	4.279	157	4.349	17	1.604	192	5.216	62	* 2.718	363	2.338
Monta	56	2.681	157	6.274	3	247	146	4.187	88	3.388	101	* 2.711	1.181	54.663
MLEjo	384	7.960	264	6.910	510	22.230	325	15.413	—	—	—	—	216	9.162
Rami	2	94	—	—	—	—	—	—	254	12.344	665	29.613	2.402	94.100
Repórlio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	396
Sericultura	1	90	1	200	6	135	6	233	2	29	1	15	15	512
Tomate	9	26.928	3	5.923	11	233	29	8.787	—	—	—	—	2	390
Trigo	68	600	4	21	1	10	23	227	23	10.548	7	15.405	82	66.924
Tucum	—	—	—	—	—	—	—	—	54	1.143	460	10.748	610	12.749
Uva	39	450	2	35	—	—	1	10	1	36	—	—	1	36
Outros produtos	348	28.585	35	4.338	114	4.841	42	2.515	1	15	4	284	47	794
Máquinas agrícolas	34	1.236	19	1.225	34	16.212	27	13.696	19	829	64	6.117	197	39.315

(*) Em 1948, as verbas assinaladas incluem elevações de crédito provenientes da capitalização de acessórios em virtudes de "ajustes de crédito" e "moralória".

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31/12/1948

Número — Valor (Cr\$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Piano de Emergência														
Dec-lei n.º 7.774 — Arroz	—	—	—	—	—	—	605	84.491	1	1.622	—	—	606	86.113
Dec-lei n.º 9.879 — Arroz	—	—	—	—	—	—	—	—	6	100.000	—	—	6	100.000
Ind. Extrativa Vegetal														
Babacu	80	6.783	54	7.338	75	15.635	95	20.627	76	13.542	6	1.072	386	64.997
Borracha	37	6.935	2	20	1	6	—	—	—	—	—	—	40	6.961
Curatõ vegetal	3	500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	500
Castanha	8	469	—	—	1	100	9	2.025	8	1.730	—	1.100	35	5.424
Cera de curatõ	146	10.092	49	2.365	36	2.251	117	12.670	44	2.734	64	3.935	456	34.018
Cera de curatõ — EAC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	71	40.942	71	40.942
Eucaliptos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	95	1	95
Ervã mate	27	291	2	263	6	607	—	—	—	—	—	—	1	35
Leõna	10	764	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	764
Madeiras	4	500	—	—	1	200	—	—	—	—	1	5	6	764
Out.erva	10	322	8	71	3	168	—	—	3	73	3	146	26	705
Placeta	1	100	1	100	—	74	3	174	—	—	—	—	8	780
Tungue	1	66	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	448
66														
Melhoramentos agrícolas														
Irrigaõ de cultura de arroz ..	—	—	—	—	2	50	—	—	—	—	—	—	2	50
Agrícolas														
Pecuarías	29.671	2.343.062	8.634	1.833.139	12.320	2.993.990	8.652	1.239.633	5.448	1.209.904	8.676	1.583.271	73.401	10.593.019
Pecuarías	23.669	1.638.611	14.905	1.971.808	17.157	2.091.868	8.771	804.931	397	88.206	936	* 308.769	65.835	6.967.183
Agro-Pecuarías	411	23.608	123	6.112	127	7.520	55	3.497	2	30	1	216	719	43.044
Rurais														
Industriais	53.751	4.207.341	23.752	2.311.090	25.614	5.096.378	17.478	2.048.071	5.847	1.238.140	9.513	1.952.256	139.955	17.913.046
Industriais	125	750.454	122	141.516	137	137.214	226	271.422	178	205.374	369	* 495.939	1.457	2.921.969
Total	54.176	4.957.765	23.874	3.452.676	29.751	5.253.692	17.704	2.319.493	6.025	1.508.514	9.882	2.448.245	141.412	19.935.215

(*) Em 1948, as verbas assimiladas incluem elevaçõ de crédito provenientes da capitalizaçõ de acessórios em virtude de "ajustes de crédito" e "moratória".

NOTA — Na actividade "Pecuaría" estão incluídos os seguintes financiamento para lá:

1943	3 opus.	Cr\$	5.000.000
1946	6 opus.	Cr\$	10.000.000
1947	6 opus.	Cr\$	5.500.000
1948	14 opus.	Cr\$	12.800.000
Total	29 opus.	Cr\$	33.300.000

c) Crédito Pecuário

No ano de 1947, de Janeiro a Abril, estiveram totalmente suspensas as operações de crédito pecuário, porque o artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de Dezembro de 1946, proibindo ao pecuarista a alienação ou gravame de bens sem expresso consentimento de todos os credores, impediu praticamente a constituição de garantias. Depois de Abril, embora enfrentando riscos, chegamos a deferir, naquele ano, 397 financiamentos, no total de Cr\$ 88.206.000,00, incluídas seis operações no valor de Cr\$ 5.500.000,00, realizadas com cooperativas de produtores de lã.

O quadro a seguir, bem expressivo, mostra total dos créditos pecuários concedidos desde a fundação da Carteira:

Anos	Número	Valor Cr\$ 1.000
1938	103	5.554
1939	653	39.594
1940	3.141	174.512
1941	5.524	307.051
1942	7.535	545.257
1943	6.713	566.643
1944	14.995	1.971.805
1945	17.167	2.094.868
1946	8.771	804.921
1947	397	88.206
1948	836	368.769

A vigência da Lei n. 8 foi ampliada pela de n.º 52, de 30 de Julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de Dezembro de 1947. Pela interpretação dada àquele diploma legal, justamente nos Estados onde maiores eram nossas aplicações na pecuária, chegou-se a firmar jurisprudência no sentido de que nem mesmo pelo desvio criminoso ou total abandono das garantias, conservada o credor pignoratício o direito a medidas judiciais acautelatórias de seus privilégios. Não é difícil avaliar quanto foram prejudicados os nossos legítimos interesses.

Finalmente, sancionada a 2 de Janeiro de 1948, veio a Lei n. 209 não só reger a moratória (abrangendo apenas débitos de criadores e recriadores de gado bovino e não de todo e qualquer pecuarista, na forma estabelecida pelos diplomas anteriores), como reajustar dívidas, estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento. Foi assim possível à Carteira, louvando-se na nova Lei, reiniciar os empréstimos da espécie, já então, regulamentados em bases e condições ditadas pelo estudo amadurecido da matéria e pela larga experiência adquirida.

Em Agosto, foram expedidas novas instruções às Agências, tendo-se realizado, em 1948, 836 contratos, no valor de Cr\$ 368.769.000,00, contra 397, feitos em 1947, no total de Cr\$ 88.206.000,00.

Os empréstimos destinados à aquisição de gado de criação e de engorda pouca alteração sofreram em suas condições. Apenas, quanto a engorda, tendo em vista que esse ramo da pecuária requer pastagens especiais, situadas nas proximidades de mercados

consumidores ou de centros de industrialização, tivemos o propósito de entimamá-lo, principalmente, nas zonas de maior perspectiva de sucesso na exploração.

Quanto à criação, considerando que os criadores, já radicados à profissão, geralmente não precisam adquirir fêmeas — pois dispõem, em regra, de novilhas do próprio rebanho — passamos a financiar de preferência a compra de reprodutores machos, como o mais eficiente meio de elevar o índice racial do gado. Todavia, as propostas de empréstimos para aquisição de fêmeas são por nós apreciadas e deferidas, se ponderáveis os motivos invocados pelos proponentes.

Demonstrando a experiência que os empréstimos para melhoramento de instalações nas propriedades rurais constituem eficiente amparo ao pecuarista, fizemos especial recomendação às Filiais, no sentido não só de examinarem, com o maior empenho, propostas desse gênero, como de orientarem seus clientes, para que eles se possam bem aproveitar dessa modalidade de auxílio financeiro.

Na disseminação do crédito especializado a criadores, para aumento e melhoria da população bovina, temos tido particular interesse em amparar os pequenos produtores, quando idôneos e credenciados para a atividade pastoril.

Retomando o curso normal das operações, estávamos também, no exercício de 1948, em fase de recomposições de dívidas (elevavam-se os empréstimos pecuários, em 31-12-1948, a Cr\$ 2.457.482.225,30), não só facilitando os ajustes legais, amigáveis ou judiciais, como proporcionando outra modalidade de composição, fôra da moratória, aos que se não quisessem valer da Lei n. 209. Mas a Lei n. 457, de 29 de Outubro de 1948, reabriu o prazo de habilitação aos benefícios da moratória, conferindo, outrossim, aos devedores a faculdade de terem seus rebanhos liberados, mediante especificação de bens imóveis em garantias da dívida.

Muitos foram os pecuariistas que, expressamente, renunciaram aos benefícios da Lei n. 209, porque deixassem caducar o direito de requerê-los ou porque já tivessem reajustado seus débitos. Não obstante, grande parte deles, ante as condições propiciadas pela Lei n. 457, procurou conseguir o amparo desse novo diploma legal. E, já agora, esboça-se forte movimento por parte dos interessados no sentido da concessão de liberalidades ainda maiores.

Nutrimos a esperança, porém, de que o patriotismo de nossos legisladores encontre, para tão complexa e delicada matéria, solução que preserve a instituição do crédito, que universalmente se funda na confiança e na certeza do regular reembolso das aplicações.

d) Crédito Industrial

Melhor demonstra o quadro seguinte a assertiva que fizemos quanto ao incremento de nossas operações, e, conseqüentemente, ao amparo prestado à indústria nacional. Não obstante a mais rígida observância dos preceitos que orientam nossas atividades, alcançaram os empréstimos da espécie, em 1948, número bem superior ao total dos realizados em 1947, e seu valor ultrapassou, em muito, o montante das inversões feitas no exercício passado. De fato, enquanto, em 1947, firmamos 178 contratos, no valor de 205.374 milhares de cruzeiros, durante o exercício de 1948, foram feitos 369 contratos, no total de 495.989 milhares de cruzeiros, sendo a variação, assim, de mais 191 contratos, somando 290.615 milhares de cruzeiros.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Operações Industriais

ATIVIDADES FIANCIADAS	1938 a 1945		1946		1947		1948		Total	
	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000
Algodão beneficiamento, reprensagem)	61	13.507	77	42.128	40	41.155	55	60.518	233	157.933
Alimentação massas, panificação, bebidas, etc.)	47	18.385	5	998	4	3.831	24	27.939	80	51.155
Alumínio	6	121.110	—	—	—	—	—	—	6	121.110
Aroz, milho e outros cereais	42	8.470	—	—	54	37.656	97	64.912	233	144.122
Café (beneficiamento, torrefação)	48	23.345	37	32.684	26	26.244	63	48.338	205	193.101
Carnes e charqueadas	8	14.740	58	94.174	1	17.205	16	56.300	19	88.245
Cerâmica, cristais, louças e vidros	13	41.693	—	—	4	1.330	4	21.982	29	101.643
Cimento	1	10.000	8	36.638	1	8.000	5	18.000	4	43.000
Curtume (indústria de couros)	24	11.558	1	12.060	1	4.000	—	—	28	18.788
Espurgo de cereais	1	39.627	3	3.210	—	—	—	—	1	89.827
Frigorífico de frutas	1	35.000	—	—	—	—	—	—	1	35.000
Fumo	15	5.885	—	—	1	1.500	2	6.500	25	20.443
Madeiras (serrarias, compensados, lamnados, etc.)	34	32.804	6	6.560	4	910	8	7.259	50	41.823
Mandioca (industrialização)	12	55.336	4	853	—	—	—	—	12	55.336
Material bélico	2	23.600	—	—	—	—	—	—	2	23.600
Metallurgia e siderurgia	41	123.296	—	—	4	9.500	10	29.523	62	183.919
Minação	15	15.516	7	20.600	—	—	2	3.300	19	20.531
Óleos vegetais e gorduras	30	20.938	2	1.715	8	14.419	5	11.521	41	47.203
Papel, papelão, celulose, etc.	18	137.000	1	330	4	20.330	5	10.700	28	172.120
Produtos químicos e farmacêuticos	22	74.763	—	4.090	2	409	4	22.000	28	103.163
Sal	10	628	1	1.235	1	82	45	7.671	57	9.688
Texteis (fição e tecelagem)	42	8.943	2	1.850	4	11.124	7	18.145	55	113.033
Trigo e farinha de trigo	—	—	1	60	1	2.474	17	24.799	22	27.333
Transportes	6	101.298	—	—	1	2.450	—	—	7	103.748
Outras atividades industriais	184	39.245	12	12.187	4	2.360	10	56.450	210	110.243
Total	684	1.049.287	226	271.422	178	205.373	369	405.887	1.457	2.021.969

NOTA — As cifras relativas a "outras atividades industriais" até 1945 incluem operações de financiamento à borracha, realizadas até 1948 e posteriormente transferidas para o Banco da Borracha.

No tocante à produção do trigo nacional, cujo cultivo, em bases adequadas e permanentes, tem sido estimulado pela Carteira, estendemos nossa assistência financeira desde os trabalhos agrícolas até à industrialização primária desse cereal. Só na industrialização primária do trigo, isto é, moagem do grão para transformação em farinha, já inverteu a Carteira, ultimamente, cerca de Cr\$ 28.000.000,00.

Outro ponto que merece ser acentuado é o que se refere ao amparo da indústria do charque. Transpondo as naturais dificuldades que se lhe antepunham, decorrentes das próprias características da indústria, pôde a Carteira, como já o vem fazendo, incluir o charque na linha de utilidades especificadamente fi-

nanciadas, contribuindo, assim, para o efetivo amparo da produção nacional. Nessa atividade inverteu a Carteira, em 1948, Cr\$ 56.300.000,00, quando em todo o ano anterior tais aplicações não foram senão pouco além da casa dos 17 milhões.

O sal teve também, recentemente, sua produção amparada pela Carteira que, nos moldes do contrato assinado com a União, em 5 de Setembro de 1947, passou a prestar direta assistência aos salineiros, proporcionando-lhes os meios necessários à melhoria do produto. Dessa forma, 45 contratos, no valor de Cr\$ 7.671.000,00, foram firmados no exercício de 1948, contra um único financiamento, de Cr\$ 82.000,00, feito em 1947.

A LAVOURA

CIRCULA ININTERRUPTAMENTE DESDE 1897.

E' PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL A QUANTOS SE INTERESSAM PELOS NOSSOS PROBLEMAS AGRÍCOLAS E ECONÔMICOS.

DISTRIBUIDA GRATUITAMENTE AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

PREÇO DA ASSINATURA ANUAL: CR\$ 60,00

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115-6.º — Caixa Postal: 1245. Tel.: 42-2981

Rio de Janeiro

Apenas 50 Centímetros de Vida...

A camada da terra que alimenta os vegetais em algumas regiões do Brasil não vai além de 50 centímetros. E é justamente contra essa tenue camada superficial responsável pela vida das culturas que a erosão atua, em toda a sua força destruidora — silenciosa e persistente.

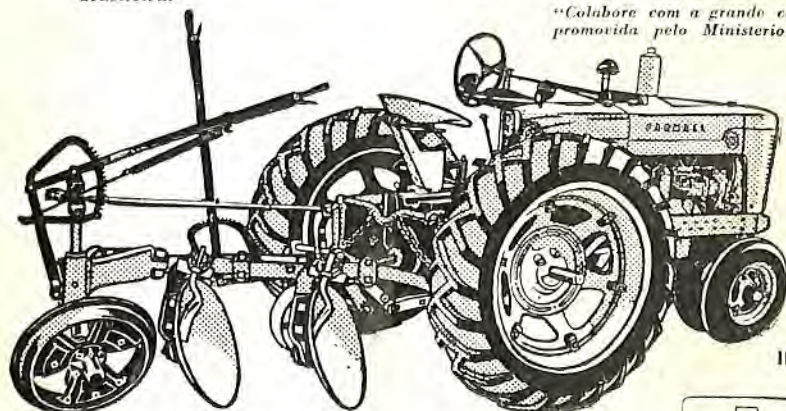


A EROSÃO é causada principalmente pelas chuvas, pois as enxurradas arrastam, para os vales e rios, a matéria orgânica e todas as demais substâncias que tornam fértil os 50 centímetros de solo.

COMBATER esse empobrecimento da terra, é um dever patriótico de todos os fazendeiros e agricultores, afim de preservar e defender um patrimônio, do qual depende a economia brasileira.



"Colabore com a grande campanha nacional de recuperação do solo, promovida pelo Ministério da Agricultura e autoridades estaduais."



O TERRACEAMENTO do terreno, a cultura em faixas, as curvas de nível — evitam os efeitos danosos da erosão. E isto tudo é fácil de ser realizado, sobretudo com o auxílio de tratores modernos, com equipamento agrícola comum. Consulte o concessionário International mais próximo.

GRATIS! Escreva-nos para a Caixa Postal N.º 250, Rio de Janeiro, e receberá um interessante folheto sobre a Erosão.



INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S/A
Rio de Janeiro, Av. Barão de Tefé, 74
São Paulo | Porto Alegre
Rua Oriente, 57 | R. G. Martins, 203



INTERNATIONAL HARVESTER

Tratores e Máquinas Agrícolas
McCormick - Deering International
Caminhão International e
Força Industrial International

EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR

